

desafios do desenvolvimento

ipea

Exemplar do Assinante

desafios do desenvolvimento



A crise mundial vai atingir o Brasil?

Governo tem tomado uma série de iniciativas para evitar contágio das turbulências europeias. Até aqui o país tem se saído bem, mas o futuro depende da conjuntura externa

Entrevista

David Harvey, geógrafo inglês, analisa a situação econômica nos países ricos e adverte: a grande questão é saber qual a estratégia de desenvolvimento da China

Os trinta anos do “Esperança e mudança”

Programa do PMDB de 1982 foi o último grande documento do nacional-desenvolvimentismo. Qual sua importância nos dias atuais?

Os governos “técnicos” na Europa

Itália e Grécia constituíram governos formados por profissionais do sistema financeiro. Analistas apontam consequências para a democracia

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
MINISTRO Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

PRESIDENTE Marcio Pochmann

<http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

desafios do desenvolvimento

www.desafios.ipea.gov.br

DIRETOR-GERAL Daniel Castro

CONSELHO EDITORIAL André Gustavo de Miranda Pineli Alves,
Antonio Semeraro Rito Cardoso, Daniel Gonçalves Oliveira, Fernanda Cristine
Carneiro, Guilherme Dias, João Cláudio Garcia,
Jorge Abrahão de Castro, José Aparecido Carlos Ribeiro,
José Carlos dos Santos, Júnia Cristina Perez Conceição, Luciana Acioly da Silva,
Márcio Bruno Ribeiro, Maria da Piedade Moraes, Marina Nery,
Murilo José de Souza Pires, Pedro Cavalcanti, Pêrsio Marco Antônio Davison

Redação

EDITOR-CHEFE Gilberto Maringoni

EDITOR DE ARTE/FINALIZAÇÃO Diogo Félix

EDITORA DE ARTE Francielli Dayne Megel

REVISOR Max Gimenes

RIO DE JANEIRO Marina Nery

JORNALISTA RESPONSÁVEL Gilberto Maringoni

FOTOGRAFIA Sidney Murrrieta e João Viana

ILUSTRAÇÃO DA CAPA Gilberto Maringoni

Colaboração

George da Guia

Cartas para a redação

SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, sala 1517

CEP 70076-900 - Brasília, DF

desafios@ipea.gov.br

Impressão

Gráfica Art Printer

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E
DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRESSANDO,
NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA
ECONÔMICA APLICADA (Ipea).

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DA REVISTA,
DESDE QUE CITADA A FONTE.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO DO Ipea
PRODUZIDA PELA VIRTUAL PUBLICIDADE LTDA.

virtualPublicidade

virtual publicidade ltda

Rua Desembargador Westphalen, 868, Curitiba-PR

Cap. 808220-100 - Fone: (41) 3018-9695

e-mail: virtualpublicidade@virtualp.com.br

Carta ao leitor

Esta edição de Desafios do Desenvolvimento traz três matérias especiais sobre o tema do momento: a crise europeia e suas consequências para o Brasil. O repórter Marcel Gomes ouviu diversos economistas e buscou detectar os possíveis canais de contágio das turbulências que assolam a Zona do Euro. A presidenta Dilma Rousseff já alertou que o país vai se proteger do que denomina “tsunami financeiro”, uma série de emissões monetárias por parte dos países ricos que pode desestabilizar ainda mais o mercado internacional.

Seguindo a mesma trilha, Arthur Araujo entrevistou o geógrafo inglês David Harvey, um dos mais renomados analistas heterodoxos da atualidade. Para ele, a crise não afeta igualmente povos e países. Em suas palavras, as medidas até agora tomadas resolvem a vida de uma minoria à custa da maioria da população das regiões afetadas.

O jornalista Pedro Pomar conversou com especialistas sobre uma suposta novidade surgida nos países mais afetados pelos problemas econômicos: estaria em curso uma onda de “governos técnicos” na Europa, em lugar das disputas no terreno da política? Em que medida tal fato colocaria em risco o funcionamento das instituições democráticas?

A complexa relação entre política e economia também pode ser lida na matéria *Esperança e mudança: o último grande marco do nacional-desenvolvimentismo*. Nela, Gilberto Maringoni analisa o programa lançado em 1982 pelo PMDB. Elaborado por alguns dos melhores intelectuais brasileiros, o texto aponta saídas para a grave crise que o país vivia à época, ao mesmo tempo em que apontava o fortalecimento da ação estatal como decisiva para a transição da ditadura para a democracia.

Trinta anos depois, o país tem diante de si várias propostas de mudanças institucionais. Uma delas diz respeito ao redesenho de algumas unidades federativas. A repórter Daniella Cambaúva partiu da proposta de divisão do Pará, derrotada em plebiscito no ano passado, para fazer um levantamento de iniciativas semelhantes em tramitação no Congresso Nacional. A criação de novos estados seria um caminho para o desenvolvimento?

Esta edição apresenta ainda uma extensa matéria de Igor Ojeda sobre as difíceis relações entre o Estado e as organizações não-governamentais, além de um painel sobre as iniciativas para a regulação dos meios de comunicação existentes em alguns países do continente. É um tema sensível, que tem suscitado controvérsias de várias ordens.

Há mais nas páginas seguintes.

Boa leitura.

Daniel Castro, diretor-geral da
revista **Desafios do Desenvolvimento**

Sumário

- Pág. 10 **Entrevista** – David Harvey
- Pág. 22 **Crise** – Como o Brasil pode evitar a crise
- Pág. 32 **ONGs** – A complexa relação entre Estado e ONGs
- Pág. 42 **Brasil** – O mapa do Brasil pode mudar
- Pág. 52 **História** – Esperança e mudança: o último grande marco do nacional-desenvolvimentismo
- Pág. 66 **Internacional** – Tecnocracias à moda da União Europeia?
- Pág. 74 **América latina** – A regulação da mídia na América Latina
- Pág. 80 **Melhores práticas** – Uma luta invisível

Seções

- 6 **Giro Ipea**
- 8 **Giro**
- 62 **Perfil**
- 86 **Circuito**
- 88 **Observatório latino-americano**
- 90 **Estante**
- 94 **Humanizando o desenvolvimento**

Artigos

- Pág. 40 **O BNDES e à “Copa da FIFA” no Brasil**
Carlos Tautz, João Roberto Pinto e Maira Fainguelernt
- Pág. 49 **A Praça é do povo, como o céu é do condor**
Cid Blanco Jr.
- Pág. 59 **Rio + 20, Agenda 21 e pactos globais para a sustentabilidade: mais do mesmo?**
Igor Ferraz da Fonseca
- Pág. 93 **Bicicleta está na moda, mas não é prioridade**
Claudio Oliveira da Silva



Cooperação

Ipea e Paraguai acertam termos de cooperação técnica

O Ipea e a Secretaria Técnica de Planejamento (STP) do Governo do Paraguai vão desenvolver projetos, estudos e pesquisas sobre temas de interesse mútuo. Isso se dará graças a um acordo de cooperação técnica assinado entre o presidente do Ipea, Marcio Pochmann, e o ministro da STP, Hugo Royg, em fevereiro.

O documento prevê a colaboração para que sejam implementadas ações conjuntas visando o intercâmbio de conhecimentos em áreas de interesse comuns. Entre outras, são a análise macroeconômica, a formulação de políticas públicas e de iniciativas orientadas ao desenvolvimento produtivo e tecnológico, o planejamento do desenvolvimento regional e setorial, o fortalecimento do Mercosul e a inserção internacional.

O presidente do Ipea ressaltou que o acordo é oportuno, pois reafirma uma dimensão que vem ganhando importância dentro da instituição, “a internacionalização do Ipea”. A iniciativa se relaciona com a política brasileira de integração no âmbito da cooperação Sul-Sul.

Qualidade de vida

Estudo aponta redução na vulnerabilidade das famílias

O avanço na qualidade de vida (o oposto à vulnerabilidade das famílias) da população brasileira foi de 14,3% em média entre os anos de 2003 e 2009. A constatação está no Comunicado do Ipea nº 131, *Vulnerabilidade das famílias entre 2003 e 2009*.

“Acredito que este seja um índice razoável. O acesso ao trabalho e à renda melhoraram muito. Assim como ao conhecimento. Mas não de forma tão rápida”, disse o Coordenador de Estudos Urbanos da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea (Dirur), Bernardo Furtado.

Realizado com base nos dados do PNAD de 2003 a 2009, o documento analisa o índice

de vulnerabilidade das famílias brasileiras em seis dimensões – vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, escassez

de recursos, desenvolvimento infanto-juvenil e condições habitacionais – e traz os dados particulares de unidades da federação, bem como as confrontações dos números entre urbano e rural, metropolitano e não-metropolitano.

Para acessar o estudo na íntegra, basta acessar o portal do Ipea: www.ipea.gov.br



Dreamstime

Mercado de trabalho

Brasil não atinge o pleno emprego



Dreamstime

No Brasil, há um elevado número de pessoas que alterna inserção com inatividade no mercado de trabalho, além de um grande mercado informal e rendimentos que não condizem com uma situação de pleno emprego. Esta é uma das conclusões do Comunicado do Ipea nº 135, *Considerações*

sobre o pleno emprego no Brasil, divulgado em fevereiro. O documento traz ainda considerações sobre as diferenças regionais no mercado de trabalho.

Segundo o texto, o pleno emprego é uma situação em que todos teriam uma colocação no mercado de trabalho e com remuneração considerada justa pelo empregado para sua função. A pesquisa aborda também fatos novos que têm afetado esses movimentos de atividade e inatividade, a participação expressiva do emprego doméstico e o crescimento do número de ocupações com salário baixo, principalmente na construção civil.

O Comunicado pode ser lido na íntegra no portal do Ipea: www.ipea.gov.br

Pobreza

Pobreza extrema cai pela metade no Amazonas

Indicadores revelam que, entre 2004 e 2009, o estado do Amazonas reduziu pela metade o número de pessoas abaixo da linha da extrema pobreza. A desigualdade, que já era menor que a média brasileira, também caiu. A renda domiciliar *per capita*, no entanto, teve desempenho pior e não conseguiu convergir para o nível dos demais estados brasileiros.

A extrema pobreza passou de 12% para 6% no período analisado, e a desigualdade, segundo o Coeficiente de Gini, registrou 50,9 em 2009, em comparação aos 54 do país (quanto mais perto de 100, mais desigual é uma região).

Esses dados estão no estudo *Situação Social nos Estados: o caso do Amazonas*, divulgado pelo **Ipea**. O documento apresenta indicadores em oito áreas da política social: saúde, educação, previdência social, emprego e renda.

A publicação integra uma série de estudos que o **Ipea** está apresentando em outras cidades brasileiras e está disponível em: www.ipea.gov.br

Biocombustíveis

Produção de biodiesel ainda é muito concentrada, indica levantamento



Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás e São Paulo são os quatro maiores produtores de biodiesel do Brasil. De 2008 a 2011 esses estados produziram juntos 5,86 bilhões de litros de do combustível, o que corresponde a 82,5% do volume nacional.

Essa concentração produtiva no Centro-Oeste, Sul e Sudeste denota que as demais regiões, Norte e Nordeste, precisam de atenção do Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel (PNPB) para enfrentar suas deficiências econômicas e sociais. É o que conclui o Comunicado 137, *Biodiesel no Brasil: desafios das políticas para a dinamização da produção*, do **Ipea**.

De acordo com o técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Gesmar Santos, é importante, a partir de agora, priorizar a pesquisa e o desenvolvimento da produção em todo o Brasil, estabelecer redes de pesquisas, e tornar os pequenos produtores competitivos, levando assistência técnica a eles.

“Biodiesel não é produzido para substituir o petróleo, mas para proporcionar postos de trabalho com qualidade em regiões esparsas, com grande foco, no nordeste e norte. A concentração acabou sendo predominante em volume de produção da soja”, esclareceu Santos.

O estudo, disponível no endereço www.ipea.gov.br, explica ainda que as regiões produtoras de soja servem como atrativo para a instalação de indústrias em locais próximos. Tal fator concentra geograficamente as empresas em poucos pólos.

Parceria

Economia criativa é foco de acordo firmado pelo Ipea

O **Ipea** firmou uma parceria com a associação cultural Ossos do Ofício e a Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura (SEC/MinC) com a finalidade de elaborar uma agenda de pesquisas sobre economia criativa no

Distrito Federal e no Brasil. As três partes assinaram um Acordo de Cooperação Técnica em fevereiro.

Participaram da assinatura o presidente do **Ipea**, Marcio Pochmann, a diretora de Pesquisa e Mapeamento da Ossos

do Ofício, Alexandra Caponi, a presidente da associação, Marta Carvalho, e a coordenadora-geral da SEC/MinC, Micaela Neiva.



Exportação

Ministério da Agricultura autoriza exportação de carne para a Europa



Desde janeiro a autorização para que os produtores rurais brasileiros possam exportar carne para a União Europeia (UE) depende apenas do Ministério da Agricultura. Assim, o Brasil retoma o gerenciamento da relação, conhecida como “lista trace”, que desde 2007 era feito exclusivamente pelas autoridades europeias, e se tornou o responsável pela fiscalização das fazendas habilitadas a exportar para a UE.

Essa era uma reivindicação permanente do Brasil nos últimos anos, com objetivo de reduzir a burocracia no processo. A medida deve aumentar o fornecimento de carne para a União Europeia.

As exportações brasileiras de carne diminuíram em volume ao longo de 2011, mas no início de 2012 voltaram a aumentar. Em janeiro os frigoríficos venderam para o exterior 86 mil toneladas, com aumento de 23% em relação ao mesmo período do ano anterior. Estima-se que, em todo o país, 1,95 mil fazendas estejam habilitadas a exportar para a UE.

Meio ambiente

BNDES lança programa de financiamento de tecnologia limpa

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou em fevereiro uma linha de R\$ 200 milhões para financiar projetos que tenham como objetivo a redução de emissões de gás carbônico.

A verba faz parte do Fundo Clima, iniciativa do Ministério do Meio Ambiente cuja meta é reduzir as emissões brasileiras em 39% até 2020. Segundo a ministra Izabella Teixeira, os recursos chegarão a R\$ 1 bilhão até 2014.

Ao todo, o Fundo contará com seis linhas de financiamento – eficiência em



transporte, energia renovável, combate à desertificação, melhorias na produção de carvão vegetal, aproveitamento energético do lixo, e eficiência energética em máquinas e equipamentos. A depender das condições, os juros variam de 2,5% a 7% ao ano e os prazos de financiamento chegam a 25 anos.

Pobreza

Em 14 anos, pobreza extrema cai 7,5% na América Latina e Caribe



A pobreza extrema caiu na região da América Latina e do Caribe de 14%, em 1984, para 6,5% em 2008, segundo dados divulgados pelo Banco Mundial.

O número de pessoas que vivem com menos de US\$ 1,25 (R\$ 2,14) ao dia chegou a aumentar de 1984 até 2002, mas, desde então, passou a diminuir e chegou a 1,29 bilhão em 2008, o que equivale a 22% da população que vive nos países em desenvolvimento.

Em 1981 o número de pessoas na faixa mais precária correspondia a 1,94 bilhões, de acordo com dados do Banco

Mundial coletados em 13 países.

Por fim, a pesquisa aponta que o coeficiente de pobreza extrema caiu para menos da metade do nível de 1990, o que significaria que o primeiro Objetivo do Milênio (ODM), sobre reduzir a pobreza extrema à metade do nível de 1990, poderia ser alcançado ainda antes de 2015.



Tesouro Nacional

Vendas de títulos pelo Tesouro Direto sobem 58%

A venda de títulos públicos por meio do programa Tesouro Direto somou R\$ 3,53 bilhões no ano passado, representando um crescimento de 58,3% em relação a 2010, informou a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O programa, criado em 2002, permite que investidores individuais comprem títulos públicos diretamente pela internet, por meio de um banco ou de uma corretora.

Segundo a STN, os títulos mais procurados

pelos investidores foram, respectivamente, os indexados à inflação, os de papéis prefixados (correção determinada no momento do leilão) e os vinculados à taxa Selic.

Quanto ao número de investidores, a Secretaria informou que 4.434 novos participantes se cadastraram no Tesouro Direto apenas em dezembro. Com isso, o total de chegou a 276.373 em 2011 – 28,75% a mais que em 2010.

Investimentos

Bird aprova crédito de US\$ 670 mi para trem e água

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) anunciou em fevereiro o empréstimo de US\$ 600 milhões para o sistema de trem urbano no Rio de Janeiro e de US\$ 70,3 milhões para ampliar o uso de água potável no estado de Sergipe.

Os fundos devem ser direcionados para a aquisição de sessenta novos comboios de quatro unidades no Rio de Janeiro. Estima-se que 500 mil passageiros serão beneficiados por dia.

Já o crédito para Sergipe tem como objetivo melhorar os serviços sanitários, a irrigação de cultivos e reduzir a poluição. Cerca de 237 mil moradores do estado não contam com água potável e 514 mil não têm serviços de saneamento básico adequados. A bacia do rio Sergipe, onde se concentra o projeto, é uma das áreas mais contaminadas do estado e abriga um milhão de habitantes, incluindo a capital, Aracaju.

Previdência

Meta da Previdência é chegar a 70,5% dos trabalhadores em 2012



A Previdência Social quer terminar o ano com uma cobertura de 70,5% dos trabalhadores e chegar a 77% até 2015 – atualmente a abrangência é de 67%.

Essa é uma das metas do Plano Estratégico da Previdência

Social (2012-2015). Se a meta para 2015 for atingida, estima-se que 16 milhões de pessoas serão incluídas.

O plano foi apresentado em fevereiro ao Conselho Nacional de Previdência Social e prevê a inclusão previdenciária em setores em que há uma baixa cobertura, como trabalhadores rurais, donas de casa, trabalhadoras domésticas e pessoas assistidas

Energia

Em 2012, consumo de energia crescerá junto com PIB



Dreamstime

O consumo de energia elétrica no Brasil deve aumentar 4,5% em 2012 em relação ao ano passado, mesmo percentual previsto pelo governo para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a previsão é que, em 2012, o consumo seja de 442.012 gigawatts/hora. Em 2011, foram consumidos 422.902 gigawatts/hora. Para as residências, o crescimento foi estimado em 4,4%; para o setor industrial, em 4,7%, enquanto o comércio deve demandar 5,1% a mais este ano. O crescimento do consumo em 2011 relativo a 2010 foi 3,6%.

De acordo com a EPE, o aumento do consumo será puxado pela retomada do crescimento da produção industrial e pelo contínuo aumento da renda da população, que acaba comprando mais equipamentos elétricos e eletrônicos.

pelo Bolsa Família.

Desde 2009, o Ministério da Previdência Social promove alterações nas regras de inclusão de determinados grupos, como o dos microempreendedores. De acordo com o Ministério, entre os trabalhadores que estão na informalidade, 11 milhões eram empreendedores individuais. Destes, dois milhões já foram trazidos para o sistema.

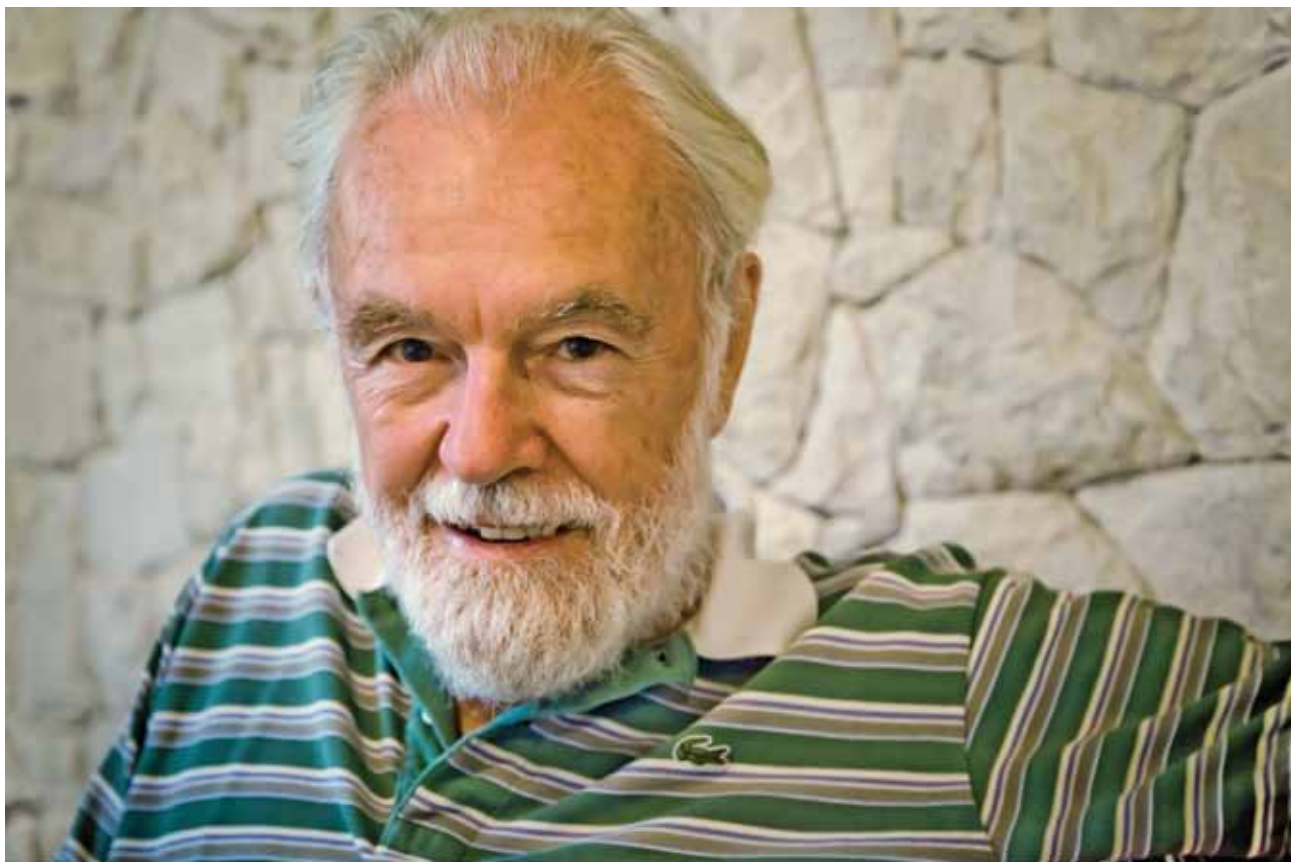
David Harvey

“Até agora, o combate à crise resolveu a situação de uma minoria, que acumula grandes riquezas à custa da maioria”

Artur Araújo – de São Paulo

David Harvey, um dos melhores pensadores heterodoxos da atualidade, analisa a crise e as alternativas colocadas no tabuleiro. Segundo ele, o instrumental teórico convencional não dá conta de promover uma reestruturação no sistema que o torne imune a turbulências. As soluções keynesianas podem dar certo em alguns países — e isso vem acontecendo —, mas não conseguem criar novas balizas de funcionamento global. Para ele, a grande questão do momento é saber qual será a estratégia de desenvolvimento da China, que surgiu há duas décadas como ator global decisivo





Modéstia é uma palavra adequada para descrever, rapidamente, o geógrafo e antropólogo inglês David Harvey. Considerado uma dos maiores pensadores marxistas da atualidade e citado

entre os principais geógrafos em atividade, nada em suas atitudes e colocações reforça o estereótipo do “grande professor” ou do “acadêmico tradicional”.

Vindo ao Brasil para o lançamento da edição nacional de seu livro mais recente –

O enigma do capital (Boitempo) –, Harvey concedeu esta entrevista a **Desafios do Desenvolvimento** em clima de bate-papo numa tarde de intensas chuvas em São Paulo. E nela faz jus à sua fama de heterodoxia criativa.

Perfil

Ao lado de títulos mais conhecidos – como *Limits to capital*, *Condição pós-moderna*, *Breve história do neoliberalismo*, *O novo imperialismo*, *Espaços de esperança*, *Espaços do capital*, entre muitos outros – publicou em 2003 um livro cativante – *Paris, capital of modernity* – em que lança mão de todo seu estoque de recursos intelectuais para analisar a modernização da capital fran-

cesa no século 19. As reformas urbanas, conduzidas pelo barão Hausmann e por Napoleão III, são examinadas a partir de Balzac, Flaubert e Marx, ao lado de cartuns e caricaturas do período, que se entrecruzam com estatísticas e interpretações de plantas e mapas, instrumentos típicos do ferramental do geógrafo. Polivalente e heterodoxo, sem perder a modéstia jamais.

*O que se vê hoje,
na Grécia e na Itália,
é o reconhecimento de
que o processo democrático
é inteiramente subserviente ao
mundo financeiro. E eles não
sabem como estabilizar
as coisas. Em muitos casos,
estão piorando
a situação*

Talvez sua trajetória intelectual explique muito de sua atitude. Trata-se de um geógrafo que iniciou sua carreira acadêmica pelos estudos literários. Sua opção pelo marxismo foi “tardia”, dele só passou a se valer quando já bem adiantado na carreira de pesquisador, em busca de ferramentas que permitissem uma compreensão mais plena dos fenômenos da urbanização e dos ciclos de acumulação de capital.

Ao lado de títulos mais conhecidos – como *Limits to capital*, *Condição pós-moderna*, *Breve história do neoliberalismo*, *O novo imperialismo*, *Espaços de esperança*, *Espaços do capital*, entre muitos outros – publicou em 2003 um livro cativante – *Paris, capital of modernity* – em que lança mão de todo seu estoque de recursos intelectuais para analisar a modernização da capital francesa no século 19. As reformas urbanas, conduzidas pelo barão Hausmann e por Napoleão III, são examinadas a partir de Balzac, Flaubert e Marx, ao lado de cartuns e caricaturas do período, que se entrecruzam com estatísticas e interpretações de plantas e mapas, instrumentos típicos do ferramental do geógrafo. Polivalente e heterodoxo, sem perder a modéstia jamais.

A seguir, os principais trechos da conversa.

Desafios do Desenvolvimento – Seu livro *O enigma do capital*, agora lançado no Brasil, é uma tentativa de realizar uma síntese da teoria das crises?

30
milhões

de empregos perdidos entre 2008 e 2009 na China por conta do colapso das indústrias de exportação

David Harvey – Uma das ideias que eu considero mais importantes nesse livro

Após a chamada “década perdida” na América Latina, sob o comando neoliberal, ocorreu uma reação. A desilusão com o neoliberalismo é mais articulada nesta região do que nas mais desenvolvidas. Há uma variedade de respostas, que não são obrigatoriamente iguais entre si

é que as crises do capitalismo não são resolvidas, mas se movem. Desde 2007-2008, ela se moveu em dois sentidos: foi deslocada geograficamente e deslocada de setor. A crise eclodiu nos Estados Unidos e agora tem seu ponto de ebulição na Europa. Ao mesmo tempo em que muda seus epicentros, a crise muda sua natureza, passando de um problema inicialmente do setor imobiliário para um problema financeiro, que por sua vez se



Jose Geraldo Oliveira

transforma em um problema de déficits estatais, que por sua vez resultam em novas crises financeiras. Isso sugere que há um problema subjacente à crise. Ela tem raízes mais profundas, no problema do crescimento econômico perpétuo. É o que Marx chamava de inevitabilidade da acumulação pela acumulação e como essa acumulação perpétua pode ser resolvida.

Desenvolvimento – O senhor costuma trabalhar com a ideia de “limites inerentes ao capital”. É disso que se trata?

A China consumiu, nos últimos três anos, metade da oferta de aço do mundo. Situação semelhante ocorre com ferro, cobre, soja e maquinaria sofisticada.

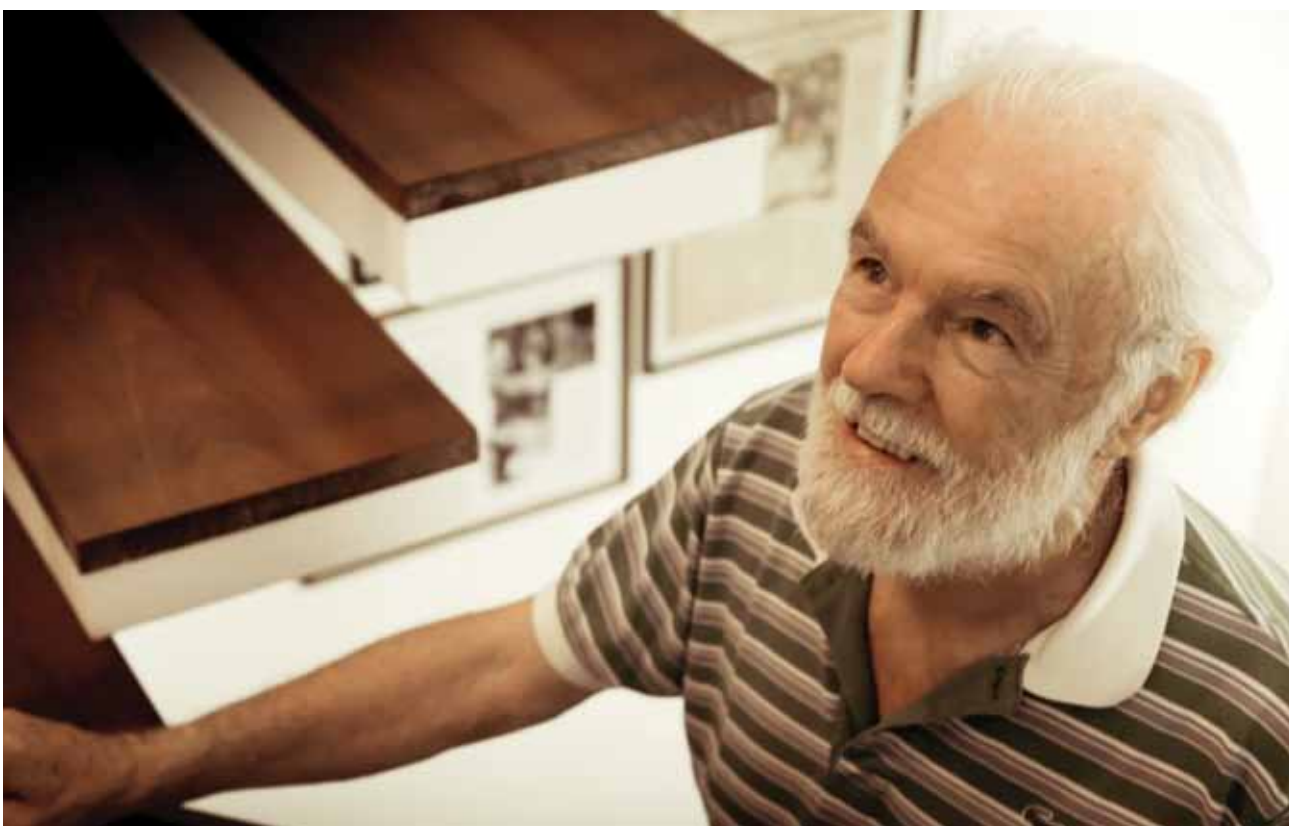
Todos os países que estreitaram relações comerciais com a China superaram os efeitos da crise rapidamente

cópia. Isso é o que nós vemos quando o Federal Reserve pratica o afrouxamento quantitativo criando do nada um trilhão de dólares. E Keynes mostra que isso, por si, gera um novo problema: onde investir esses recursos?

Desenvolvimento – É um problema econômico recorrente, não?

Harvey – Sim. Marx dizia a mesma coisa. Não há um limite monetário, mas há limites de recursos naturais, de capacidade de produção e de consumo. Isso traz à

José Geraldo Oliveira



Harvey – Há uma constante pressão da acumulação do capital contra os seus limites. Periodicamente esses limites se mostram muito difíceis de superação. E quando se tornam difíceis de superação nós temos uma situação de congelamento do sistema. Surge sempre a pergunta de como é possível para o capitalismo acumular sem limites. Marx tem uma resposta muito interessante para isso, que

a única coisa que pode ser acumulada sem limite é dinheiro. Você pode criar dinheiro porque dinheiro é só número. Eu encontrei um paralelo interessante sobre isso no último capítulo da *Teoria geral*, de Keynes, quando ele fala do “Odre da viúva”, que é uma história bíblica, do livro de Elias. A viúva lhe dá um odre que contem óleo e que perpetuamente se recompõe como se fosse uma cornu-

tona o tema do excedente (*surplus*) de capital, que tem levado a um grande deslocamento de capitais em direção à terra e à propriedade imobiliária. Globalmente, há um movimento de “tomada de terras” (*land grabbing*), de investimento em ativos naturais. Essa dinâmica, evidentemente, tem limites, que só podem ser transcendidos na esfera monetária. Nós criamos liquidez como



mecanismo de enfrentamento da crise, mas não sabemos para onde vai essa liquidez, onde colocá-la e como usá-la. Outra coisa que acontece é que, ao criar dinheiro, você cria desvalorização, seja a própria desvalorização do dinheiro ou a desvalorização dos ativos, como vimos acontecer no mercado imobiliário americano. Daí, os valores das propriedades colapsam.

Desenvolvimento – Nesse cenário de crise global, o que cabe ao Estado?

Harvey – No livro eu busco tratar desse tema através do conceito de “nexo estado-finança”. Um exemplo disso é a coalizão entre o Banco Central americano (FED) e o Departamento do Tesouro daquele país. A tarefa deles é gerenciar a situação. No plano internacional isso pode ser observado na atuação do Fundo Monetário e do

Banco Mundial. E, atualmente, vemos o G20 buscando atuar no mesmo sentido. Isso se articula com ações geopolíticas, como as dos alemães, que tentam não perder suas vantagens competitivas frente aos chineses. Um exemplo muito interessante do que venho chamando do nexos estado-finança é que, depois do colapso do Lehman Brothers, as duas pessoas que apareciam na televisão o tempo todo, para explicar o que deveria ser feito, eram Ben Bernanke, do FED,

Em certos países da Europa, as pessoas perderam a esperança na política. Junto com a frustração com o neoliberalismo, surge uma frustração com os partidos trabalhistas e com os partidos social-democratas. A maior parte do eleitorado nem mesmo vota. Com isso a direita ganha por default

e Hank Paulson, Secretário do Tesouro. Você não via o presidente ou alguém da área política do governo, somente os dois. O que você vê hoje, na Grécia e na Itália, é o reconhecimento de que o processo democrático é inteiramente subserviente ao mundo financeiro. A democracia é atirada pela janela, para que você possa criar o nexos estado-finança, que irá resolver a situação – ou, pelo menos, é assim que se espera. E eles não sabem como estabilizar as coisas. Em muitos casos, estão piorando a situação.

Desenvolvimento – O keynesianismo está de volta?

Harvey – Há um modo de pensar a superação da crise a partir da teoria keynesiana, através do aumento dos gastos sociais, socializando os custos da reprodução social, numa linha oposta à neoliberal, de privatização de

tais custos em termos de previdência, de educação. A socialização de tais custos me parece um bom caminho inicial. A outra peça da teoria keynesiana é o investimento em infraestrutura. Os chineses perderam 30 milhões de empregos entre 2008 e 2009, por conta do colapso das indústrias de exportação. Em 2009, eles tiveram uma perda líquida de só três milhões de empregos, o que significa dizer que eles criaram 27 milhões de empregos em cerca de nove meses. Isso foi resultado de uma opção pela construção de novos edifícios, novas cidades, novas estradas, represas, todo o desenvolvimento de infraestrutura, liberando uma vasta quantidade de dinheiro

As grandes questões que restam por serem resolvidas: desigualdade social global e degradação ambiental. Se você se perguntar o que essas políticas em curso realmente resolvem, a resposta é que elas solucionam a situação de uma casta capitalista, cada vez mais minoritária, que acumula grandes riquezas à custa dos demais

para os municípios, para que suportassem o desenvolvimento. Essa é uma clássica solução “sinokeynesiana” e me parece que uma coisa semelhante aconteceu no Brasil, através do Bolsa Família e de programas de investimento estatal em infraestrutura.

Desenvolvimento - E tais saídas podem representar uma métrica geral para a superação da crise?

Harvey - Esses países buscaram sair da crise através de políticas semelhantes ao keynesianismo. Porém, não está claro que esta seja uma saída para a crise global. A minha visão pessoal é que você pode modificar um pouco a situação, mas não se sabe como manter um crescimento



econômico a uma taxa composta de 3% ao ano. O próprio Keynes reconhece essa dificuldade no capítulo final da *Teoria geral*. A solução keynesiana para mim depende obrigatoriamente do “reempoderamento” (*reempowerment*) das forças do trabalho, o que envolve a socialização dos mecanismos da reprodução social. Seria um passo intermediário para uma transformação revolucionária. Eu não acho que seja uma solução que estabiliza o capitalismo. É necessária uma grande transformação do nosso modo de pensar sobre a natureza do problema e eu não vejo isso ocorrendo muito por aí. O pensamento econômico não me parece ter ido muito longe nisso.

Nos movimentos contra a crise, há uma obsessão para tudo ser “horizontal”, tudo ser “autônomo”. Não se pode ter nenhuma estrutura hierárquica. Isso reduz o poder do movimento. Sobre essa insistência na “horizontalidade”, já brinquei com um amigo: eu também gosto de ficar deitado, mas de vez em quando é preciso ficar em pé para enfrentar as situações

Desenvolvimento – Qual seria, então, a natureza do problema?

Harvey – As grandes questões que restam por serem resolvidas: desigualdade social global e degradação ambiental. Se você se perguntar o que essas políticas em curso realmente resolvem, a resposta é que elas solucionam a situação de uma casta capitalista, cada vez mais minoritária, que acumula grandes riquezas às custas dos demais. Desse ponto de vista, foram um grande sucesso. Mesmo nesta crise, muitos conseguiram

acumular mais riqueza. A riqueza se tornou ainda mais concentrada e o poder também. A estrutura de poder e a estrutura de renda servem àqueles que não têm intenção de mudanças e impede a discussão de alternativas. Essa estrutura de poder controla a política, é o que eu chamo de “Partido de Wall Street”. Apesar de o sistema ainda estar indo muito bem, para eles, na maior parte do mundo; na Índia, por exemplo, o número de bilionários dobrou nos últimos dois anos, o mesmo tem acontecido na China, a concentração de riqueza continua. Isso coloca em cena a questão política. É o que o movimento do *Ocupar Wall Street* chama de “política do 1%”.

Desenvolvimento – O cenário de início do século XXI pode ser interpretado como uma “Marx sendo vingado”?

Harvey – Eu tento escrever a partir dos fatos e de uma maneira que busca ser consistente com os argumentos gerais de Marx. A maioria dos meus colegas marxistas não gosta do que eu faço, porque muito deles têm uma visão muito dogmática sobre as crises. Meu objetivo tem sido uma releitura de Marx que seja apropriada para a conjuntura presente. As universidades estão dominadas pelo dogma neoliberal, esse é o seu *ethos* dominante, temos muito trabalho pela frente.

Desenvolvimento – O imperialismo é, ainda, um tema atual?



Just Gerardo Oliveira



Harvey - Eu passei a trabalhar com o conceito de “novo imperialismo” como uma resposta aos neoconservadores, que defendiam a ideia do “novo século americano”, que ancorava a agenda do governo Bush. Eu não acho que o termo imperialismo seja muito adequado, eu prefiro “hegemonias”, prefiro tratar de hegemonias e contra-hegemonias no cenário internacional. Nós podemos dizer, por exemplo, que o Brasil tem uma posição hegemônica na América Latina. Os EUA e a China exercem hegemonia mundial, a Alemanha tem uma posição

hegemônica na economia europeia. Estabelece-se um equilíbrio de forças entre hegemonias que se enfrentam, sem que, obrigatoriamente, exista um centro que domina todo o resto. Isso implica dizer que os países podem se reposicionar, para não serem atingidos diretamente pela crise. Brasil e Argentina, por exemplo, se reposicionaram, associando-se muito mais à China.

Desenvolvimento - Como o senhor vê o cenário latino-americano?

Harvey - Após a chamada “década perdida” na América Latina, sob o comando neoli-

beral, ocorre uma reação contra isso. A desilusão com o neoliberalismo é mais articulada nesta região do que nas mais desenvolvidas e você vê uma variedade de respostas, que não são obrigatoriamente iguais entre si. Chávez é uma coisa, Bachelet no Chile foi outra, Lula foi outra coisa ainda, Kirchner é alguma coisa ainda mais “especial”, mas todos eles compartilham uma espécie de frustração com as políticas neoliberais, mas, ao mesmo tempo, não são verdadeiramente anticapitalistas. Todos eles, no entanto, visivelmente criam benefícios. Se você olha para a Argentina, a minha sensação é que as pessoas estão vivendo muito melhor do que há sete ou oito anos atrás. Aqui no Brasil é a mesma coisa.

Se você olha para a Argentina, a minha sensação é que as pessoas estão vivendo muito melhor do que há sete ou oito anos atrás. Aqui no Brasil é a mesma coisa

Desenvolvimento - Trata-se de uma pauta de reformas antiliberais, então?

Harvey - O reformismo capitalista é melhor do que nada. Na Europa, não se vê um movimento semelhante, mesmo com a crise do estado de bem estar social. O movimento libertário, a partir de 1968, também se revelou bastante forte, mas foi cooptado pelo neoliberalismo. São dinâmicas históricas bastante diferentes, não houve uma década de frustração como na América Latina. Mas, se a crise continua pelos próximos cinco anos, com certeza veremos na Europa um cenário de frustração com as políticas atualmente em curso. Já há uma desilusão específica na Grécia, em Portugal e na Espanha. As pessoas nas ruas perderam inteiramente a

esperança na política, a maior parte deles nem mesmo vota, com isso a direita ganha por *default*. Olhe para a política dos partidos socialistas... Zapatero é um socialista e até Tony Blair é um socialista... Há uma perda de confiança nos partidos trabalhistas, a maior parte das pessoas os vê como um disfarce para a implementação da agenda neoliberal. Junto com a frustração com o neoliberalismo, surge uma frustração com os partidos trabalhistas e com os partidos social-democratas, abrindo até a possibilidade de uma derivação mais à direita, para uma direita nacionalista.

Desenvolvimento - Há a frustração, mas existe um movimento pela construção de alternativas?

Harvey - O que eu ouço das pessoas, nos EUA, depois do movimento *Ocupar Wall Street*, é que o debate segue, mas há

*As universidades
estão dominadas pelo
dogma neoliberal, esse
é o seu ethos dominante.
Temos muito trabalho
pela frente*

uma incógnita sobre o próximo passo político. Há movimentos de ocupação por todo o país, fala-se inclusive de uma convenção reunindo todos os movimentos de ocupação. Mas, para isso, terão que solucionar uma gama de problemas complicados, como tratar daquilo que eu chamo de “fetichismo das formas organizativas”. Há uma obsessão quanto a tudo ser “horizontal”, tudo deve ser “autônomo”, você não pode

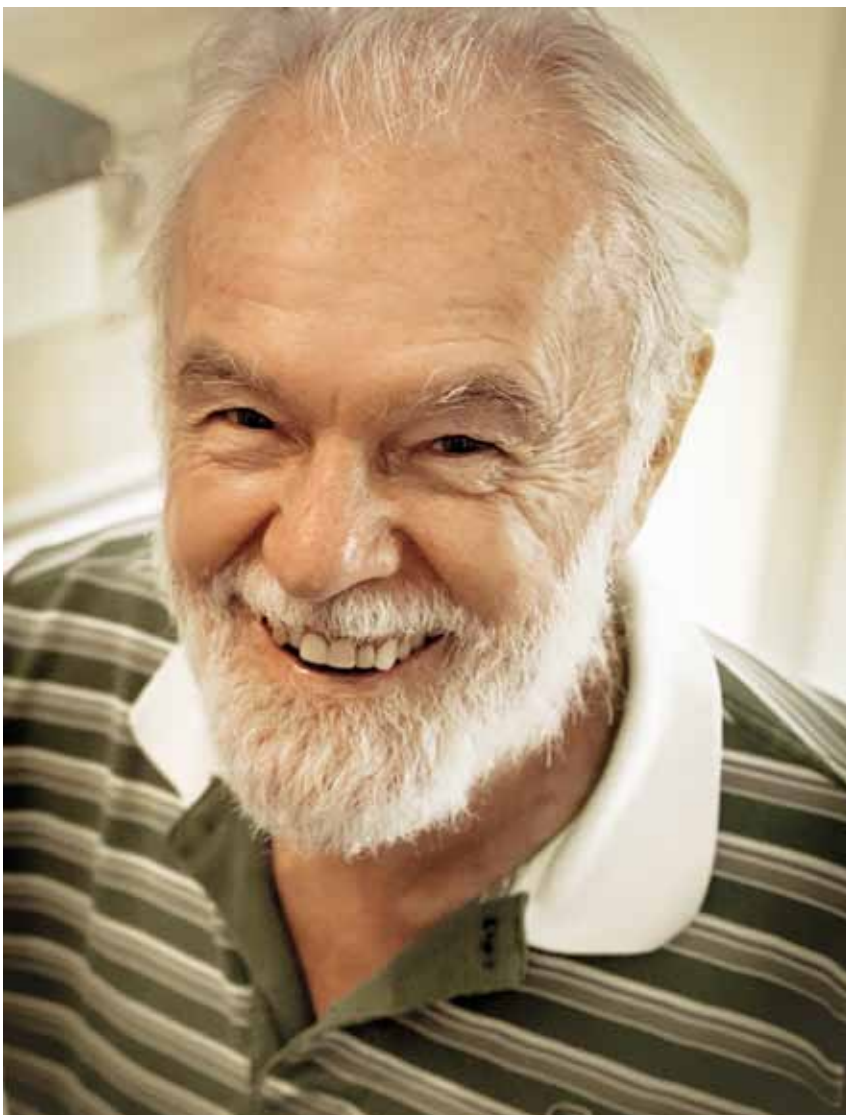
ter nenhuma estrutura hierárquica. Isso me parece reduzir o poder do movimento. Sobre essa insistência na “horizontalidade”, já brinquei com um amigo: eu também gosto de ficar deitado, mas de vez em quando é preciso ficar em pé para enfrentar as situações. O mesmo se aplica aos movimentos. Se não conseguirmos lidar com isso, não iremos a lugar nenhum.

Desenvolvimento - E o Brasil?

Harvey - Sobre o Brasil, duas coisas. Em primeiro lugar, sua política interna foi capaz de lidar com os efeitos da crise, como uma espécie de programa interno keynesiano. Criaram-se estímulos internos a partir de políticas de distribuição de renda. O segundo aspecto a ressaltar é a orientação para o comércio com a



Jose Gerardo Oliveira




China. Todos os países que estimularam o fortalecimento de relações com a China superaram os efeitos da crise rapidamente. A Austrália é um exemplo. Como fornecedora de matéria-prima para a China, quase nem sentiu os efeitos da crise, pois os chineses mantiveram sua política de criação de estoques de matéria-prima. A China consumiu, nos últimos três anos, metade da oferta de aço do mundo. Situação semelhante ocorre com minério de ferro. Com o consumo chinês de cobre, o Chile tem se dado muito bem. A China consome

grande volume de soja e, também, um bom volume de maquinaria sofisticada – e a Alemanha tem se dado bem com isso. Portanto, aqui no Brasil, em parte pela política interna e em parte com a associação com a China, vocês conseguiram se sair bem. Além do que, pelo que eu sei, o setor bancário brasileiro não havia investido fortemente no mercado de derivativos e, com isso, não houve uma quebra do setor bancário como nos EUA. Com isso, vocês estavam relativamente isolados no ambiente da crise.

Desenvolvimento – Não lhe parece que há, hoje, um grande ausente das discussões, o Japão?

Harvey – Bem, o Japão, depois de um período de grande crescimento, nos anos 1970-80, teve que se defrontar com uma questão: o que fazer com o seu superávit? Eu me lembro de estar no Japão, em meados dos anos 1980, pouco antes do colapso dos mercados locais. Muitas pessoas me diziam – pessoas das mais diferentes posições políticas – que eles estavam muito felizes por terem vivido naquela era, porque eles sabiam que ela tinha chegado ao fim. E eu perguntava por que tinha chegado ao fim, e me diziam “porque agora vai tudo para a China”. A grande vantagem japonesa, que era a mão de obra, seria superada pela China e agora nós vemos que até as grandes corporações japonesas se deslocaram para a China. A grande questão interna do Japão era de alocação de capital, que foi respondida pela inversão no mercado de ações e em propriedade imobiliária. Quando esses dois mercados quebraram simultaneamente eles não foram capazes de resolver os problemas.

Desafios – E poderia ter sido diferente?

Harvey – Muitas pessoas argumentam que eles poderiam ter se saído melhor caso fizessem uma reforma bancária. De qualquer maneira, o Japão não teria condição de competir com a China. Nos anos 1980 víamos duas hegemonias, a alemã e a japonesa; nos anos 1990, o retorno da hegemonia americana, com o Consenso de Washington. A grande questão do momento é saber qual será a estratégia de desenvolvimento da China. Eles conseguirão manter seu ritmo ou experimentarão sérias dificuldades? Da mesma forma que o Japão, eles estão tendo uma grande valorização da terra e dos imóveis, ainda que o governo chinês seja supersofisticado na manutenção de controles. 

Como o Brasil pode evitar a crise

Marcel Gomes – de São Paulo

Apesar do câmbio sobrevalorizado e dos juros altos, o país tem condições de fazer frente às turbulências da economia internacional? Governo vem tomando uma série de medidas para evitar contágio. Mas uma incógnita permanece: a situação da Europa pode nos atingir?



A crise europeia e a derrama de euros e dólares no mercado internacional colocam desafios sérios para as economias emergentes. Que tipo de medidas pode impedir a repetição da queda do PIB de 2011 e possibilitar a retomada de um projeto de desenvolvimento soberano?

Em sua passagem no início de março pelo hotel Luisenhof, em Hanôver, na Alemanha, a presidenta Dilma Rousseff foi vítima de um pequeno incidente. Quando conversava com jornalistas brasileiros sobre o protecionismo dos países ricos, uma barra de metal que delimitava um espaço para ela despençou sobre um de seus pés. A presidenta reclamou de dores no momento, mas depois brincou com o acontecido – que não gerou ferimentos.

O episódio foi assunto de comentários em *sites* na internet e nas redes sociais. Muitos viram nele uma metáfora da reação da chanceler Angela Merkel à crítica da mandatária brasileira sobre a expansão monetária dos países ricos, o “tsunami monetário”, que tem causado a valorização das moedas das nações emergentes – inclusive do real.

“Nós (ela e Dilma) vamos discutir a crise e as preocupações de cada uma. A presidenta falou que está preocupada com um tsunami. E nós, alemães, estamos olhando onde estão as medidas protecionistas unilaterais”, disparou Merkel, diante de sua colega brasileira, quando discursava para empresários na abertura da maior feira de tecnologia do mundo, a Cebit, onde o Brasil era o país homenageado.

Metáforas à parte, a rispidez de Merkel deu sinais de que, ao menos no curto prazo, os membros da zona do euro – e os Estados Unidos – irão se preocupar exclusivamente com seus próprios problemas internos: estagnação econômica, falta de competitividade, desemprego e, em alguns casos, até insolvência governamental.

QUEDA DE INTERESSE O cenário de crise, que deve persistir em 2012, seguirá atingindo a economia brasileira de várias formas: em primeiro lugar, as dificuldades econômicas no exterior fazem cair o interesse por produtos feitos no Brasil, contendo as exportações.

Depois, esse efeito é agravado pela pressão cambial, a qual, ao mesmo tempo em que torna os produtos nacionais mais caros para o comprador estrangeiro, transforma as importações em uma operação atrativa – atingindo, assim, as companhias nacionais também em seu mercado interno.

Todas essas dificuldades, que colaboraram para um crescimento de apenas 2,7% do PIB em 2011, ante uma previsão inicial de 4,5%, têm estimulado debates sobre o que deve ser feito para o Brasil interromper os canais de transmissão da crise externa. A questão colocada é: que medidas podem ser acrescentadas ao arsenal – para lembrar uma expressão do ministro Guido Mantega

“É possível que o euro se desvalorize recuperando parte da competitividade comercial, apesar do provável aumento do nível geral de preços, que pode ser calibrado com a disciplina orçamentária advogada pelo BCE”

Carlos Otávio Ocké-Reis,
economista e pesquisador da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea



Divulgação

(Fazenda) – já acionado pelo governo brasileiro?

Essa questão tem mobilizado economistas e líderes sindicais, que já defendem o uso de novas armas para o enfrentamento da crise. Na frente interna, por exemplo, propõe-se a aceleração da queda dos juros, o fim da sobrevalorização cambial, a redução do *spread* bancário, o estímulo aos investimentos públicos, a desoneração do setor industrial e o controle dos capitais estrangeiros de caráter especulativo. Na frente externa, pede-se mais pressão diplomática para que a raiz da crise, a desregulamentação do setor financeiro, seja internacionalmente revertida.

TSUNAMI MONETÁRIO Quando cunhou a expressão “tsunami monetário”, a presidenta Dilma se referia às ações empreendidas pelo

mundo desenvolvido para compensar rigidez fiscal com desvalorização cambial. O Banco Central Europeu (BCE), por exemplo, injetou um trilhão de euros na economia europeia,

20%
do PIB

deve ser a taxa de investimento dos setores público e privado em 2012

gerando efeitos em todo o mundo. Apenas em 29 de fevereiro, o BCE emprestou 529,5 bilhões de euros a 800 bancos do continente,

com o objetivo de fortalecer o crédito bancário, reduzir o risco de calote dos países em crise e conter a recessão.

“É possível que o euro se desvalorize recuperando parte da competitividade comercial, apesar do provável aumento do nível geral de preços, que pode ser calibrado com a disciplina orçamentária advogada pelo BCE”, diz o economista Carlos Octávio Ocké-Reis, técnico da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea.

As ações da autoridade monetária europeia visam salvaguardar a economia do bloco como um todo, mas o alvo principal é a Grécia, cuja bancarrota poderia ser tão grave quanto a quebra do banco Lehman Brothers, em 2008. Dentro da negociação do acordo de reestruturação de parte da dívida grega, um dos pontos-chave do plano é o perdão de 107 bilhões de euros dos 350



Roberto Suedbert Filho

Dilma Rousseff e Angela Merkel se encontram em Hanover, Alemanha, em março último

bilhões da dívida. Sem dinheiro novo para rolar a dívida, a Grécia poderia ter quebrado no final de março.

Segundo Ocké-Reis, a atuação do BCE tem como meta a monetização das dívidas soberanas e o aumento da liquidez do sistema. Com isso, a entidade espera que a Grécia cumpra seu plano de reestruturação e nações com pouca liquidez, como a Itália, adotem políticas fiscais que acalmem os credores externos.

“São os ‘príncipes’ sendo novamente chamados para socorrer os sistemas finan-

essas medidas acarretam a valorização do real diante das moedas estrangeiras. Isso prejudica cadeias produtivas e exportações de manufaturados, jogando areia no dinamismo da renda, do produto, do emprego e da inovação tecnológica.

BRASIL SOB PRESSÃO As preocupações demonstradas pela presidenta Dilma em sua viagem à Alemanha são proporcionais às dificuldades apresentadas pela economia brasileira em 2012. É interessante ressaltar que a taxa de

ainda que a taxa de juros Selic foi elevada, de 10,5% ao ano para 12,5%, em cinco reuniões consecutivas do Banco Central (BC), de janeiro a julho. “O BC adotou, também, medidas macroprudenciais para reduzir o ritmo de ampliação do crédito. O Tesouro reduziu o valor dos aportes ao BNDES em 2011. Em fevereiro, o governo anunciou um corte de R\$ 50 bilhões em gastos previstos para o ano. Posteriormente, elevou a meta de superávit primário em R\$ 10 bilhões, que saiu de R\$ 117,9 bilhões para R\$ 127,9 bilhões”. Segundo ele, o resultado esperado foi alcançado.

Aparentemente, não se deseja que o PIB repita neste ano algo próximo aos

“No início do ano passado, temendo a inflação e outros gargalos, a presidenta, junto com assessores mais próximos, tomou a decisão de desacelerar a economia utilizando políticas monetárias, creditícias e fiscais restritivas. Ao câmbio valorizado restou o papel de solidificar a situação em curso”

João Sicsú,
professor do Instituto de Economia da UFRJ
e ex-diretor de Políticas e Estudos
Macroeconômicos do Ipea

127,9
bilhões de reais

foi a meta de superávit primário
em 2011

ceiros às expensas, muitas vezes, do bem-estar social da população europeia”, critica o economista, lembrando que o avanço do endividamento norte-americano e europeu ocorreu após 2008, quando os governos destinaram recursos aos sistemas financeiros privados.

Ainda que a expansão monetária não esteja sendo capaz de ativar a zona do euro, seus efeitos são sentidos intensamente por outros países, sobretudo no bloco dos emergentes. No Brasil, que não tem adotado limitações mais duras à entrada de capitais externos,

crescimento do PIB em 2011 não se deveu ao acaso.

Segundo João Sicsú, professor do Instituto de Economia da UFRJ e ex-diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, a queda “foi o resultado de uma decisão de governo. No início do ano passado, temendo a inflação e outros gargalos, a presidenta, junto com assessores mais próximos, tomou a decisão de desacelerar a economia utilizando políticas monetárias, creditícias e fiscais restritivas. Ao câmbio valorizado restou o papel de solidificar a situação em curso”. O economista lembra

2,7% apurados em 2011. No ano passado, a expansão da economia mundial foi de 3,8% em média, conforme estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, os países em desenvolvimento cresceram 7,3% em 2010 e 6% em 2011, mais do que o dobro do registrado pelo Brasil.

O problema é que os sinais da economia em 2012 não são animadores. No início de março, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que a produção industrial em janeiro registrou queda de 2,1% em relação a dezembro, já descontadas as influências sazonais. Na comparação com janeiro de 2010, o recuo é de 3,4%. O



dado reverte o pequeno otimismo gerado pelas taxas no campo positivo apuradas em novembro (0,1%) e em dezembro (0,5%).

A produção industrial caiu em 14 dos 27 ramos investigados. O dado mais impressionante é a queda na fabricação de veículos automotores, de 30,7%. Segundo André Macedo, gerente da pesquisa, a causa principal foi a concessão de férias coletivas no primeiro mês do ano. Tem sentido. Os dados já eram mais positivos em fevereiro, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Conforme a entidade, foram fabricadas 217.848 unidades no mês passado, um crescimento de 2,9% ante janeiro, mas ainda 26% abaixo fevereiro de 2010.

Gustavo Bazerra



“Embora não se possa comparar o período atual com outras épocas que vivemos no país, já é possível notar uma clara tendência de redução de pedidos [na indústria automotiva] e um aumento das importações”

Artur Henrique,
presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

AUMENTO DAS IMPORTAÇÕES Segundo o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, a cadeia produtiva do setor automotivo já sente com intensidade os efeitos da crise externa, sobretudo nas indústrias de máquinas para autopeças.

“É claro que não dá para comparar com outros períodos que vivemos no país, mas já há uma clara tendência de redução de pedidos e aumento das importações”, relata. É um sinal realmente perigoso e que amplia o risco de desindustrialização:

segundo o IBGE, o crescimento de apenas 0,1% da indústria de transformação foi um dos principais fatores para a desaceleração da economia brasileira em 2011.

As pressões externas sobre a economia brasileira não param por aí. De acordo com



Premsstime

Houve uma queda de 30,7% na fabricação de veículos em um ano. Embora os dados tenham melhorado nos últimos meses, a produção ainda é menor que a de 2011

a *Carta de Conjuntura* do Ipea de dezembro de 2011, o déficit em transações correntes do país tem se mantido na casa de US\$ 50 bilhões desde o final de 2010. Como porcentagem do PIB, porém, tem apresentado uma queda gradual, situando-se hoje em 1,94%.

Ocké-Reis destaca que a queda do preço dos produtos primários e a desaceleração do crescimento da China, um dos nossos principais compradores de *commodities*, afetam a balança comercial: apenas duas das 23 *commodities* monitoradas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) não sofreram queda nos preços nos últimos seis meses. O premiê chinês, Wen Jiabao, prevê que a economia da China deverá crescer 7,5% em 2012, abaixo dos resultados dos últimos anos. Um dos motores do avanço brasileiro perde sua força.

INVESTIMENTO: VARIÁVEL-CHAVE Diante de tamanha pressão sobre o país, o economista Ricardo Carneiro, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), defende que uma das variáveis-

isso, ele acredita que seja necessário um novo perfil de política econômica, e que sua característica central seria a ampliação do papel do setor público para assegurar níveis mais elevados de investimentos em infraestrutura econômica e social.

“Isso exigirá tanto a ação direta do Estado na realização, por meio da administração pública e empresas estatais, e financiamento destes investimentos, quanto o suporte e indução do setor privado”, afirma Carneiro, que tratou do assunto na publicação *Desafios para o desenvolvimento brasileiro*, divulgada pelo Ipea em 2011. Transitando pela teoria, o professor da Unicamp explica que será necessário ao país passar de um modelo de crescimento baseado no “investimento induzido” para outro, fundado no “investimento autônomo”. Investimento induzido é aquele provocado pela variação do PIB ou

7,5%
de crescimento

estimado para economia da China em 2012,
resultado abaixo dos últimos anos

-chave para a preservação do dinamismo da economia brasileira é o investimento. Para

Dreamstime



O câmbio sobrevalorizado é um dos principais responsáveis pela perda de competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional

pela melhoria das condições da economia. Ele tende a se retrair quando a atividade econômica apresenta queda e se concentra no aumento da capacidade instalada. Já o investimento autônomo independe da atividade econômica. Ele é centralmente o investimento em inovações tecnológicas, que podem representar ganhos de produtividade, mudando a qualidade da produção.

Segundo Carneiro, quando se analisa o desempenho do investimento no ciclo recente, seu caráter foi induzido: num primeiro momento pelas exportações, num segundo pelo consumo, e finalmente pelo próprio investimento. Ou seja, ainda não se configurou no ciclo recente um padrão comandado pelo investimento autônomo, como ocorreria com frequência na era desenvolvimentista, marcada pela diferenciação da estrutura produtiva e pela ampliação da infraestrutura.

2,5% do PIB

é a média do investimento público no Brasil. O índice terá de dobrar para atingir padrões internacionais

um conjunto de desafios cuja superação acarretará a mudança de padrão em direção ao crescimento comandado pelo investimento autônomo”, ressalta Carneiro, para quem essa oportunidade decorre principalmente da necessidade de ampliar a oferta de serviços de infraestrutura. Mas o caminho será longo. O patamar de

“O desenvolvimento da economia brasileira verificado nos últimos anos, no qual o investimento foi preponderantemente induzido pela demanda doméstica, criou um conjunto de desafios cuja superação acarretará a mudança de padrão em direção ao crescimento comandado pelo investimento autônomo”

Ricardo Carneiro,
economista do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Mas agora se abriu uma porta. “O desenvolvimento da economia brasileira verificado nos últimos anos, no qual o investimento foi preponderantemente induzido pela demanda doméstica, criou

investimentos públicos no Brasil tem sido muito baixo e, apesar de ter crescido nos últimos anos (de 1,5% do PIB em 2003 para 2,5% em 2009), terá que dobrar para alcançar padrões internacionais.

VOLÁTIL E INSTÁVEL De acordo com o coordenador de Análises e Previsões do Ipea, Roberto Messemberg, o canal mais importante para o Brasil manter-se distante da crise externa também é o investimento. Ele assinala, sobretudo, a importância do investimento privado, que se movimenta segundo uma decisão “volátil e instável do empresariado”. “É uma variável que depende do que se passará na economia. Se a perspectiva é ruim, o empresário adota uma postura que racionalmente é defensiva”, explica.

Para impulsionar o investimento privado, Messemberg defende um papel mais ativo do governo federal. Assim como Carneiro, ele propõe mais investimentos em infraestrutura, sobretudo nos setores de transporte e energia. “São pontos de estrangulamento da economia que influenciam muito as decisões sobre investimento privado”, diz ele. Para que isso seja possível, porém, seria necessário repensar metas fiscais, como a do superávit primário. Em janeiro de 2012, o governo fez economias de 3,3% do PIB, acima da meta prevista de 3%.

“São metas fiscais que têm sido ajustadas pelo investimento, porque em outras variáveis, como saúde e educação, constitucionalmente não se pode mexer”, diz o coordenador do Ipea, para quem outro ponto fundamental é desonerar os impostos do setor industrial e transferir a conta para o setor de serviços. “É a indústria que faz os grandes investimentos no país. E se os preços relativos são o problema, por causa do câmbio, precisamos atacar os custos, justamente com menos impostos”, propõe.

Messemberg reconhece que os investimentos totais no país, somando fontes públicas e privadas, cresceram em 2011 acima do consumo, o que é uma boa notícia. Em 2012, a tendência deve continuar a mesma e a taxa total pode passar de 20% do PIB.





Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em Olinda. O estímulo aos investimentos públicos tem sido um fator importante para se evitar a queda da atividade econômica e a manutenção do nível de emprego

A receita para evitar que o Brasil seja atingido mais intensamente pela crise internacional depende de vários atores, mas o governo federal tem um papel-chave. Construir defesas e barreiras para impedir que o tsunami financeiro chegue às nossas fronteiras são medidas decisivas

O economista ressalta, porém, que para que ela chegue a 25%, um patamar considerado condizente com as necessidades brasileiras,

4,7%
de crescimento

na formação bruta de capital fixo, ou o aumento da capacidade produtiva, confirmaria o vigor dos investimentos

a velocidade de avanço teria de ser muito maior. “Para isso ocorrer, só mesmo se o governo sinalizar um futuro positivo, apesar

das dificuldades com o cenário internacional”, afirma.

CÂMBIO E JURO Além de impulsionar a infraestrutura, uma forma de “sinalizar um futuro positivo” seria reduzir os juros e impedir a apreciação do real. Em sucessivas reuniões, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central tem dado passos nesse sentido, ao baixar paulatinamente a taxa de juros. É possível que tal orientação prossiga nos próximos meses. Os efeitos positivos dessa medida são muitos: reduzem-se as despesas públicas com juros, torna-se o mercado de títulos públicos menos atrativo para o especulador externo,



“Se a perspectiva é ruim, o empresário adota uma postura defensiva. Os pontos de estrangulamento da economia influenciam muito as decisões sobre investimento privado. [...] As metas fiscais têm sido ajustadas pelo investimento, porque em outras variáveis, como saúde e educação, constitucionalmente não se pode mexer”

Roberto Messemberg,
coordenador de Análises e Previsões do Ipea

evitando a apreciação do real, e ainda se estimula o crédito no mercado interno.

Para muitos observadores, porém, apenas a redução dos juros não será suficiente para evitar a valorização do real e impulsionar o consumo interno. Ocké-Reis, do Ipea, por exemplo, sugere como uma medida a ser avaliada a tributação e o controle do capital especulativo, com o objetivo de desvalorizar o real. Com essa iniciativa, a economia nacional seria beneficiada porque as importações não seriam tão atrativas, ao contrário das exportações. Ele também propõe um melhor aproveitamento fiscal do Fundo Soberano.

Ocké-Reis sublinha ainda a importância de redução dos *spreads* bancários. O mesmo faz Carneiro. “É uma anomalia, quando se consideram os padrões internacionais”, afirma o professor da Unicamp. Segundo ele, até meados da década de 2000 havia justificativa, do ponto de vista macroeconômico, para as diferenças entre os juros cobrados e os recebidos pelos bancos, associada à instabilidade e à volatilidade de taxas de câmbio e juros. Essa combinação acentuava o risco da intermediação financeira. Entretanto, desde

então a redução desta instabilidade reduziu os riscos, mas não os *spreads*. “Tal persistência se deve a fatores microeconômicos, como o alto e crescente grau de oligopolização do sistema bancário brasileiro e a insuficiente concorrência”, diz Carneiro.

Segundo Artur Henrique, da CUT, o alto *spread* atinge até o crédito consignado, para o qual o risco é praticamente zero. Por causa disso, ele e outros sindicalistas defendem junto à presidenta Dilma a criação de uma

1,94%
do PIB

é a taxa do déficit atual em transações correntes do país


conferência nacional do setor financeiro, a fim de que os banqueiros expliquem as

causas do *spread* e medidas possam ser tomadas para reduzi-lo.

O governo federal tem lançado uma série de medidas de desoneração fiscal e da folha de pagamentos para tornar a atividade empresarial mais eficiente e competitiva, especialmente para os setores exportadores. Além disso, outras iniciativas visam aumentar os aportes no BNDES, para incrementar o volume de crédito destinado à indústria, e no Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Persistem ainda os altos custos de energia e de comunicação, majorados em grande medida para viabilizar o processo de privatização das estatais ao longo dos anos 1990. O aumento real de tarifas foi uma das formas encontradas à época para tornar as empresas atraentes para o capital privado. Agora a solução se apresenta como um problema.

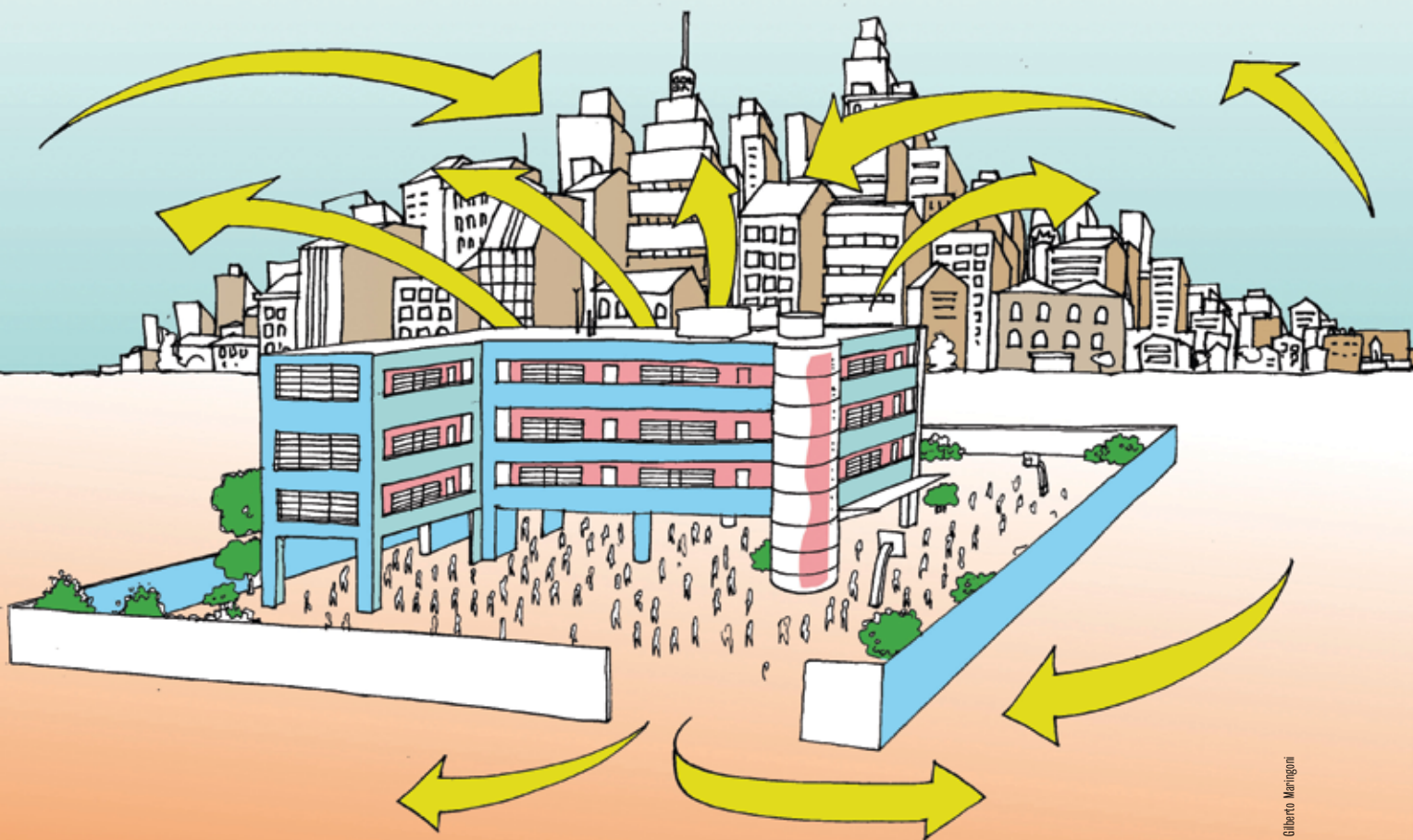
A ação do governo pela redução do *spread* bancário tem o objetivo de baratear o crédito ao consumidor e elevar o consumo. Os bancos públicos têm papel decisivo para que o objetivo seja atingido.

Diante de um quadro externo cada vez mais incerto, cada país busca criar defesas através de filtros protecionistas e desvalorizações competitivas em suas moedas nacionais.

A receita para evitar que o Brasil seja atingido mais intensamente pela crise internacional depende de vários atores, mas o governo federal tem um papel-chave. Construir defesas e barreiras para impedir que o tsunami financeiro chegue às nossas fronteiras são medidas decisivas. No plano interno, o incentivo ao mercado interno, com medidas anticíclicas também integra o arsenal de iniciativas a serem realizadas. A presidenta Dilma tem uma série de armas para conduzir o país a um novo estágio de desenvolvimento. Os problemas globais são reais e profundos, mas podem ter seus efeitos minimizados, como na crise de 2008. 

A complexa relação entre Estado e ONGs

Igor Ojeda – de São Paulo



Após denúncias de supostas irregularidades com verbas públicas, o debate sobre o papel das ONGs ganhou destaque na agenda nacional. O centro da questão diz respeito às fronteiras entre a esfera pública e a privada

Ao longo de 2011 a atuação das chamadas organizações não governamentais (ONGs) ganhou destaque na mídia. Os motivos centrais foram denúncias de possíveis irregularidades nos repasses de verbas ministeriais para entidades desse tipo, que levantaram mais uma vez o debate sobre a porosidade da fronteira entre as esferas pública, privada e estatal no Brasil.

Embora não se possa generalizar, convênios entre o governo federal e tais entidades estariam sendo utilizados como forma de desviar dinheiro público. Ministros foram afastados, investigações estão em curso e o Executivo tomou providências drásticas.

Em 31 de outubro, a presidenta Dilma Rousseff emitiu decreto em que determinava a suspensão por 30 dias dos repasses federais a ONGs. Todos os contratos passariam por uma detalhada análise e novas regras para os convênios seriam elaboradas.

Até meados de fevereiro deste ano, um grupo de trabalho formado por integrantes do Ministério da Casa Civil, Controladoria Geral da União (CGU) e Ministério do Planejamento analisou 1.403 convênios. Destes, 917 estavam regulares, 305 deman-

davam mais esclarecimentos e 181 foram cancelados.

Em dezembro, outro decreto federal determinou a realização de chamamentos públicos para a celebração de convênios entre instituições públicas e ONGs e a obrigação de que todos os órgãos governamentais passem a integrar o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do governo federal (Sinconv).

181

convênios

firmados entre governo e ONGs
apresentavam irregularidades
e foram cancelados

SEM CONTROLE As denúncias chamaram a atenção de muitos críticos pela inexistência de controles e fiscalização claros sobre a

atuação dessas instituições e pelo aumento considerável nos últimos anos do número de ONGs que lidam com montantes significativos de verbas públicas. O problema mais de fundo seria uma espécie de terceirização de atividades próprias do Estado e de suas responsabilidades perante a cidadania.

“Por muito tempo as ONGs foram vistas de forma virtuosa, pois durante o período militar elas reivindicaram e carregaram a esperança de democratização e resolução das questões sociais. Porém, assim como nas organizações privadas ou públicas, há problemas de gestão de recursos nesse universo”, analisa a professora da Universidade Paulista (Unip) Olívia Perez, doutora em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e estudiosa do tema.

Na opinião do sociólogo Rudá Ricci, diretor-geral do Instituto Cultiva e membro da Executiva Nacional do Fórum Brasil do Orçamento, os casos de desvios de verbas públicas por meio de convênios podem ser explicados pela lógica político-partidária de uma parte das entidades supostamente sem fins lucrativos. “Mas não só por isso. Várias ONGs que assumiram a direção de conselhos



“O regime ditatorial fechou diversos canais de comunicação entre a população e o governo, levando setores da sociedade a organizar-se paralelamente na luta por seus direitos. Os chamados ‘novos movimentos sociais’ lutavam pela ampliação da atuação dos cidadãos na condução das políticas governamentais e na resolução das carências sociais. E as ONGs auxiliavam os movimentos sociais por meio de apoios e assessorias”

Olívia Perez,
professora da Unip

de gestão pública que possuem fundos especiais passaram a apresentar projetos de suas organizações para acessarem recursos desses fundos. Algo como colocar a raposa para cuidar do galinheiro. Totalmente antiético. Ao aceitarmos a lógica das Oscips e OSs na terceirização da gestão pública-estatal, incorremos nesse risco”, alerta.

60%
das ONGs

associadas em 2007 possuíam recursos públicos federais em seus orçamentos

Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) e OSs (Organizações Sociais) são figuras jurídicas criadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-

2002) no âmbito do processo de reforma de Estado. Na prática, são entidades de direito privado que assumem a gestão de bens públicos como hospitais, creches e parques, entre outros. “Precisamos de um marco regulador mais objetivo e nítido e que apresente sistemas de transparência e controle sobre as ONGs”, defende Ricci.

Cândido Gryzbowski, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), entidade filiada à Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (Abong), explicita a lógica político-partidária presente em algumas organizações. Ele lembra que as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) já instaladas para investigá-las “param de funcionar” sempre quando entidades controladas por políticos passam a ser o alvo. “Porque quase todo deputado tem sua ONG. As emendas parlamentares são para isso. É uma forma de se criar o curral eleitoral. Não vou dizer que todas desviam dinheiro. Mas servem, no mínimo, para criar seu reduto”.

HISTÓRICO NO BRASIL No artigo *ONGs e governo: autonomia x dependência*, publicado no final de 2009, a professora Olívia Perez lembra que a atuação das ONGs (denominação surgida no contexto de criação da Organização das Nações Unidas, no pós-Segunda Guerra Mundial) no Brasil começou a se consolidar durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985). “O regime ditatorial fechou diversos canais de comunicação entre a população e o governo, levando setores da sociedade a organizar-se paralelamente na luta por seus direitos. Os chamados ‘novos movimentos sociais’ lutavam pela ampliação da atuação dos cidadãos na condução das políticas governamentais e na resolução das carências sociais. E as ONGs auxiliavam os movimentos sociais por meio de apoios e assessorias.”

Os projetos tornaram-se duradouros e passaram a ser financiados, principalmente, pela cooperação internacional, exigindo a constituição jurídica dessas entidades. “No seu estágio inicial, as ONGs pautavam suas práticas e discursos contra o assistencialismo e na defesa da emancipação humana”, explica o artigo.

Cândido Gryzbowski, em artigo recente, lembra que “a democracia no Brasil deve muito às ações não governamentais das Pastorais Sociais (da Criança, da Terra, Urbana...), às redes e fóruns (economia solidária, catadores de lixo, segurança alimentar, Articulação do Semiárido, Agroecologia, Reforma Urbana...), aos movimentos sociais e suas entidades (Sem Terra, Atingidos por Barragens, Sem Teto Urbanos, Favelados, UNE e entidades de juventude...), às feministas e suas entidades, aos movimentos negros e suas entidades, aos movimentos dos GLBT, às entidades cidadãs de comunicação e iniciativas de inclusão cultural, às Apaes, às Santas Casas, aos movimentos cidadãos como o Ficha Limpa e tantas e tantas outras iniciativas”.

Em 1988, muitas reivindicações dos novos movimentos sociais e das entidades vinculadas a eles foram incorporadas na



Projeto “Bairro a bairro” da Ong Núcleo, em Porto Alegre, desenvolvido em comunidades periféricas. Os anos 1990 assistiram a um aumento significativo do número de entidades sem fins lucrativos no país

nova Constituição Federal, que estabeleceu a ampliação da participação cidadã na gestão pública, garantindo “o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do

governo nos órgãos colegiados”. No final dos anos 1980 e começo dos anos 1990, tal prerrogativa, reservada na Carta Magna para a gestão da seguridade social, logo foi extrapolada para outras áreas, como saúde e educação, por meio da formação de Conselhos Gestores.

No entanto, ainda na década de 90 a relação entre governos e entidades sem fins lucrativos foi alterada, explica a professora Olívia Perez em seu artigo. De acordo com ela, parte das ONGs se distanciou dos movimentos sociais e da atuação em oposição ao Estado e assumiu um papel de interlocução com este. “De denúncias e mobilizações, muitas ONGs passaram a prestar serviços assistenciais e emergenciais, muitos em parceria com o Estado.”

Isso se deveu, em grande parte, pela chamada Reforma do Estado elaborada em 1995 pelo então ministro da Administração e Reforma do Estado Luiz Carlos Bresser-Pereira. Ele propôs a transferência de serviços como escolas, hospitais e centros de pesquisas para o chamado setor público não-estatal. Os argumentos centrais seriam o aumento de eficiência na execução desses serviços e a diminuição dos custos governamentais. O Estado ainda teria a responsabilidade de formulação das políticas públicas e fiscalizaria a atuação das entidades.

“No início, a intenção das ONGs era colocar a cidadania na rua, pressionando para que as políticas de Estado fossem implementadas. Mas, ao se adotar uma agenda liberal no Brasil, criaram-se certas figuras jurídicas que reduziram o Estado. É um modelo do liberalismo clássico, não o de uma sociedade democrática com justiça social”

Cândido Gryzbowski,
diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)



No bojo da Reforma do Estado, viriam a Lei das Organizações Sociais, em 1998, e a Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, em 1999. No ano seguinte, seria aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal, que teria como consequência a limitação de gastos com pessoal e a adoção de uma disciplina mais rígida na relação entre arrecadação e gastos. Dessa maneira, a saída encontrada pelos governos de todo o país foi a de terceirizar parte dos serviços prestados pelo Estado, o que não esbarraria nas limitações impostas pela lei.

RECURSOS PÚBLICOS Os anos 1990 assistiram a um aumento significativo do número de entidades sem fins lucrativos no país. Em 2008, o **Ipea** publicou, em parceria com a Associação Brasileira de Organizações

Embora não se possa generalizar, convênios entre o governo federal e tais entidades estariam sendo utilizados como forma de desviar dinheiro público. Ministros foram afastados, investigações estão em curso e o Executivo tomou providências drásticas

não Governamentais (Abong), o estudo *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2005*, que mostrou que entre 1996 e 2005 o crescimento desse tipo de organização havia sido de 215,1%; de

107,3 mil para 338,2 mil em todo o Brasil. O mesmo estudo revelou que, em 2005, a idade média das ONGs era de 12,3 anos, sendo que a maior parte delas, 41,5%, havia sido criada na década anterior.

“De fato, a partir da década de 1990 houve uma expansão de diversas organizações civis, inclusive daquelas que executam serviços governamentais junto ao poder público. Esse crescimento pode ser explicado pelas novas diretrizes dos governos pós- democratização – que se abriram às parcerias com organizações civis – e também pela multiplicação de iniciativas da sociedade civil”, opina a professora Olívia Perez.

Ainda de acordo com o levantamento do **Ipea**, em 2005 as 338 mil organizações sem fins lucrativos existentes representavam 5,6% do total de entidades públicas e privadas de todo o país e empregavam 5,3% dos traba-

Milton Jung/Divulgação



Trabalho realizado pelos artistas da ONG Revolucionarte, que oferece cursos de pintura para jovens carentes, em São Paulo. Para Candido Gryzbowski, do Ibase, a Abong defende um marco regulatório para o setor que classifique os diversos tipos de entidades sem fins lucrativos e defina critérios para seu funcionamento

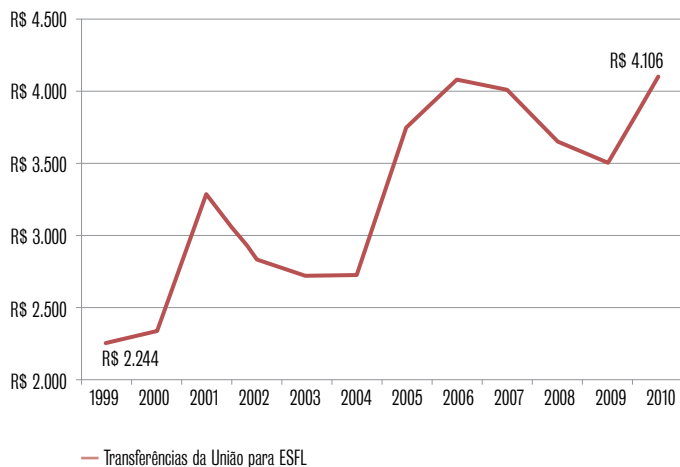
215%
foi o

crescimento do número de ONGs em todo o Brasil entre 1996 e 2005

lhadores brasileiros. Ou seja, um contingente de 1,7 milhão de pessoas que ganhavam, em média, R\$ 1.094,44 por mês. “Esse valor equivalia a 3,8 salários mínimos daquele ano, isto é, uma remuneração ligeiramente superior à média nacional, que era de 3,7 salários mínimos mensais naquele mesmo ano”, explica o estudo.

O que também cresceu significativamente ao longo dos últimos anos foi a dependência das ONGs de recursos governamentais. Dados publicados em 2010 pela Abong revelaram que enquanto 16,7% de suas pouco mais de 200 associadas tinham de 41% a 100% de seus

Gráfico 1: Transferências a entidades privadas sem fins lucrativos – 1999 a 2010 (em milhões de R\$ de março de 2011)



Elaboração: Ipea, a partir dos dados do Orçamento Brasil.
 Obs.: Foram consideradas as transferências pela modalidade 50%.
 Nota: Valores liquidados e deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

associadas contavam com verbas vindas da cooperação internacional.

O sociólogo Rudá Ricci explica que nos últimos anos os recursos internacionais se dirigiram a outros países, uma vez que o Brasil, hoje a sexta maior economia mundial, foi se tornando, gradualmente, um doador em potencial, não mais receptor de recursos.

Logo, as entidades sem fins lucrativos começaram a buscar fontes alternativas de financiamento. “O impacto dessa nova realidade sobre as ONGs é imenso. Vou citar dois. O primeiro: as organizações que vivem de convênios perdem o vigor ideológico e autonomia política porque, na prática, assumem a terceirização do serviço público, principalmente nas áreas sociais. Em segundo lugar, altera-se a estrutura de poder interno nas entidades. Agora, gerentes de projetos – que possuem conta própria,



“Várias ONGs que assumiram a direção de conselhos de gestão pública que possuem fundos especiais passaram a apresentar projetos de suas organizações para acessarem recursos desses fundos. Algo como colocar a raposa para cuidar do galinheiro. Totalmente antiético. Ao aceitarmos a lógica das Oscips e OSs na terceirização da gestão pública-estatal, incorremos nesse risco”

Rudá Ricci,
 diretor-geral do Instituto Cultiva e membro da Executiva Nacional do Fórum Brasil do Orçamento

338

mil

organizações sem fins lucrativos representavam 5,6% do total de entidades públicas e privadas do país em 2005

como se exige na maioria dos convênios – acabam tendo maior poder que os diretores (que, no Brasil, não podem receber nenhum pagamento por essa função). Assim, as ONGs se tornam mais empresariais e muito menos militantes”, analisa Ricci.

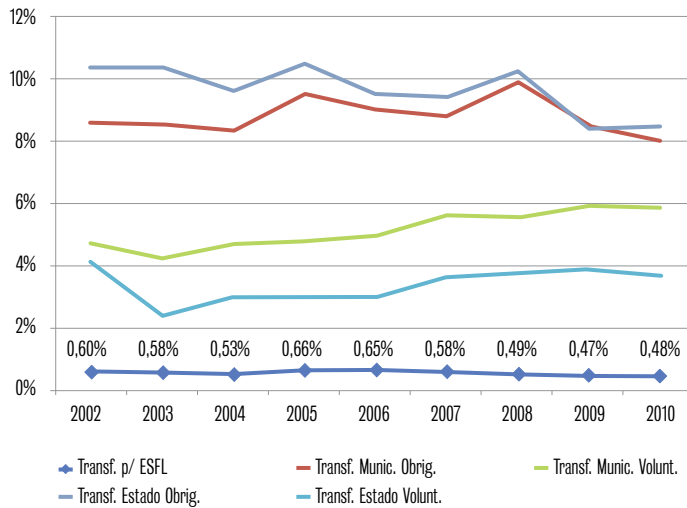
orçamentos oriundos de recursos públicos federais em 2003, em 2007 esse percentual passou para 37,4%.

“Em 2007, 60,4% das associadas possuíam recursos públicos federais em seus orçamentos, 30,2% contavam com recursos

municipais e 28,3% afirmaram ter recursos estaduais”, relatava a publicação lançada pela associação. De acordo com ele, os recursos federais eram, naquele ano, o segundo tipo de fonte mais acessado pelas entidades vinculadas à Abong; 78,3% das

ESTUDO DO IPEA Em dezembro do ano passado, o Ipea divulgou, em seu Comunicado número 123, *Transferências federais a entidades privadas sem fins lucrativos (1999-2010)*. De acordo com o levantamento, esse tipo de repasse

Gráfico 2: Proporção do orçamento geral da União transferida para estados, municípios e ESFLs, em relação ao orçamento anual (2002 a 2010)



Elaboração: Ipea, a partir dos dados do Orçamento Brasil e Siga Brasil.

Nota: Valores liquidados e deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O orçamento liquidado anual sem despesas financeiras foi calculado utilizando os grupos de despesa (GND) 1, 3 e 4, desconsiderando investimentos financeiros e despesas com a dívida pública.

Obs.: Para instituições sem fins lucrativos, foram consideradas as transferências pela modalidade 50.

aumentou entre 1999 e 2002, com pico em 2001. De 2004 a 2006, observou-se uma tendência mais acentuada de crescimento de

transferências, que decresceu até 2009, para aumentar novamente em 2010. Se em 1999 o valor total dos repasses federais a entidades

sem fins lucrativos foi de R\$ 2,2 bilhões, em 2010 era de R\$ 4,1 bilhões.

4,1

bilhões de reais

foram repassados pelo governo a entidades sem fins lucrativos em 2010

O próprio comunicado, no entanto, faz a ressalva: “Diante da proporção de recursos repassados às ESFLs [entidades sem fins lucrativos] no orçamento anual como um todo – especialmente quando comparada com transferências a entes subnacionais e com a expansão dos gastos orçamentários globais ao longo do período analisado –, verifica-se que essa forma de repasse tem peso bastante reduzido no orçamento federal”. Segundo o documento, ao se considerar as transferências obrigatórias e voluntárias, o repasse a ONGs nunca foi responsável por mais de 2,5% do total de transferências, alcançando 1,8% em 2010. Ainda de acordo com o documento do Ipea, apesar desse percentual pequeno, chama a atenção o crescimento do número de organizações como as Oscips e as OSs, assim como o aumento da dotação de recursos a elas.

MODALIDADES DE ONGS Cândido Gryzbowski, do Ibase, frisa que a cooperação internacional era fundamental para se garantir a autonomia das organizações. “Se a gente conseguia dizer coisas para o governo era porque a gente não dependia dele. E isso está acabando”.

No entanto, ele chama a atenção para a generalização que se faz para se tratar dos casos de desvios de recursos públicos e terceirização



Atividade da ONG Apoio-Associação de Auxílio Mútuo, em Heliópolis, zona sul de São Paulo. Para a pesquisadora Olívia Perez, “Um Estado forte não exclui uma sociedade civil ativa. E possível a junção de diferentes formas de trabalho na atenção de questões públicas”

Principais constatações do comunicado número 123 do Ipea

- A alocação de recursos públicos federais para entidades sem fins lucrativos sofre forte variação anual, com alguma tendência de crescimento nos 12 anos analisados (1999 a 2010)
- O valor real do orçamento global da União – que exclui despesas financeiras – aumentou mais de 80% entre 2002 e 2010, enquanto o crescimento do orçamento destinado às ONGs foi de 45% no mesmo período
- As fatias do orçamento federal anual repassadas como transferências voluntárias para estados e municípios apresentam leve trajetória de crescimento a partir de 2006, enquanto as transferências para entidades sem fins lucrativos sofreram pequena queda entre 2006 e 2010
- Especialmente a partir de 2006, gastos com saúde e, em menor medida, com educação – por meio de transferências federais a ONGs



- perdem espaço para gastos com ciência e tecnologia
- Nos últimos quatro anos, o percentual de recursos destinado a Oscips e OSs vem se ampliando, embora ainda seja pequeno se comparado ao valor global das transferências.

do papel do Estado. Segundo Gryzbowski, o universo das entidades sem fins lucrativos é bastante amplo. O diretor do Ibase reforça que as filiadas à Abong, entre outros exemplos, não tomam o lugar do Estado nem adotam ações assistencialistas; ao contrário: defendem direitos e promovem políticas estruturais e emancipatórias. “No início, a intenção das ONGs era colocar a cidadania na rua para pressionar para que as políticas de Estado fossem implementadas. Mas, ao se adotar uma agenda liberal no Brasil, criou-se certas figuras jurídicas que reduziram o Estado. É um modelo do liberalismo clássico, não o de uma sociedade democrática com justiça social.”

Para a professora Olívia Perez, entretanto, a parceria entre organizações civis e os

45%
foi o aumento
no orçamento da União destinado às ONGs entre 2002 a 2010

governos para a concretização de políticas públicas pode oferecer benefício, como a redução dos custos dos serviços para o Estado, mais eficiência – pela boa capilaridade das entidades –, menos burocracia e a

possibilidade de interferência da sociedade civil organizada em questões importantes. “Um Estado forte não exclui uma sociedade civil ativa. É possível e desejada a junção de diferentes forças e formas de trabalho na atenção de questões públicas e também no controle de ambas as esferas”, opina.

A dependência de recursos estatais cresceu significativamente ao longo dos últimos anos. Dados publicados em 2010 pela Abong revelaram que em 2003, 16,7% de suas pouco mais de 200 associadas tinham parte significativa de seus orçamentos oriundos de recursos públicos federais. Quatro anos depois, esse percentual saltou para 37,4%

MARCO REGULATÓRIO PARA O SETOR A revisão da legislação que trata das ONGs por parte do governo federal vem sendo comandada pela Secretaria Geral da Presidência. Uma proposta estava prevista para ser apresentada em março. De acordo com o ministro Gilberto Carvalho, o financiamento público às entidades será mantido. Além disso, tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei que visa a estabelecer normas mais rígidas para a realização de convênios entre ONGs e os governos.

Segundo Cândido Gryzbowski, a Abong tem defendido desde os anos 1990 um marco regulatório para o setor que classifique os diversos tipos de entidades sem fins lucrativos e defina critérios republicanos para seu funcionamento, como transparência e prestação de contas. A associação propõe, também, a criação de um fundo – com recursos das estatais – que financie as ONGs, para que, desse modo, elas sejam independentes em relação aos governos. **ii**



O BNDES e a “Copa da FIFA” no Brasil

Em relação à Copa de 2014, cabe ressaltar o papel desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que é, de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria Geral da União (CGU) e o Ministério Público Federal (MPF), o terceiro maior investidor direto nas obras relativas ao evento, estando atrás da Caixa Econômica Federal e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

Segundo o TCU¹, o BNDES seria responsável por fornecer créditos no valor de aproximadamente R\$ 5 bilhões dos R\$ 23,4 bilhões previstos. O Tribunal divulgou que a cargo do banco estariam os financiamentos às obras dos estádios em 12 cidades-sede² e uma única obra de mobilidade urbana, a BRT Transcarioca, via planejada para facilitar o deslocamento do Aeroporto Internacional Tom Jobim para a Penha e a Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.

A linha do banco para reforma e construção de hotéis, que pode chegar a R\$ 2 bilhões, e o compromisso com o financiamento de até 80% dos investimentos com a privatização dos aeroportos, dão indícios de que a participação do BNDES seja muito maior do que a levantada até agora por órgãos oficiais e que a instituição se configure na maior financiadora da Copa.

Daí a importância da prestação de contas pelo BNDES à sociedade. De um lado, as informações disponibilizadas são insuficientes, contrariando o princípio constitucional da publicidade e a recém-aprovada Lei 12.527/2011, que regulamenta o acesso à informação no Brasil. De outro, a política socioambiental do Banco é negli-

gente em salvaguardar riscos de violações de direitos associados aos projetos que financiam e que têm se concretizado em casos de remoção por conta de obras da Copa. A lei ambiental no Brasil é clara ao prever a responsabilidade solidária do agente financiador com riscos associados à atividade econômica por ele financiada.

Segundo o TCU, o BNDES seria responsável por fornecer créditos no valor de aproximadamente R\$ 5 bilhões dos R\$ 23,4 bilhões previstos

Outro ponto refere-se aos riscos de superfaturamento, também já concretizados nas obras dos estádios do Maracanã/RJ, Mané Garrincha/DF e Manaus/AM. Por conta destes casos, o TCU instou o banco a estabelecer cláusulas contratuais no sentido da suspensão ou glosa do financiamento quando o sobrepreço fosse constatado.

Esta inoperância do banco é ainda mais preocupante, considerando a sanção, em agosto do ano passado, da Lei nº 12.462/2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas para as obras relativas aos megaprojetos. O Procurador Geral do MPF afirmou a inconstitucionalidade da referida Lei. Segundo nota técnica do Grupo de Trabalho da Copa do MPF, a nova Lei vai de encontro à Constituição Federal, não garante a igualdade de concorrência nas licitações, apresenta “cláusulas intoleravelmente abertas” e ainda não assegura as

exigências que fazem parte de todo processo de licenciamento ambiental no país.

A sobreposição do direito privado sobre o público que vem se verificando nos preparativos dos jogos encontra sua consumação no projeto da Lei Geral da Copa, aprovado pela Comissão Especial da Câmara. Tal projeto reconhece e se submete aos interesses dominantes da FIFA, desrespeita a legislação brasileira e abandona o projeto de um legado social significativo para o país. Os Comitês Populares da Copa e o Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor (IDEC) lançaram a campanha “Fifa baixa a bola” e afirmaram que, se aprovada, a lei “transforma o País do futebol num lugar de monopólio da Fifa, violação de direitos e repressão contra cidadãos brasileiros”.

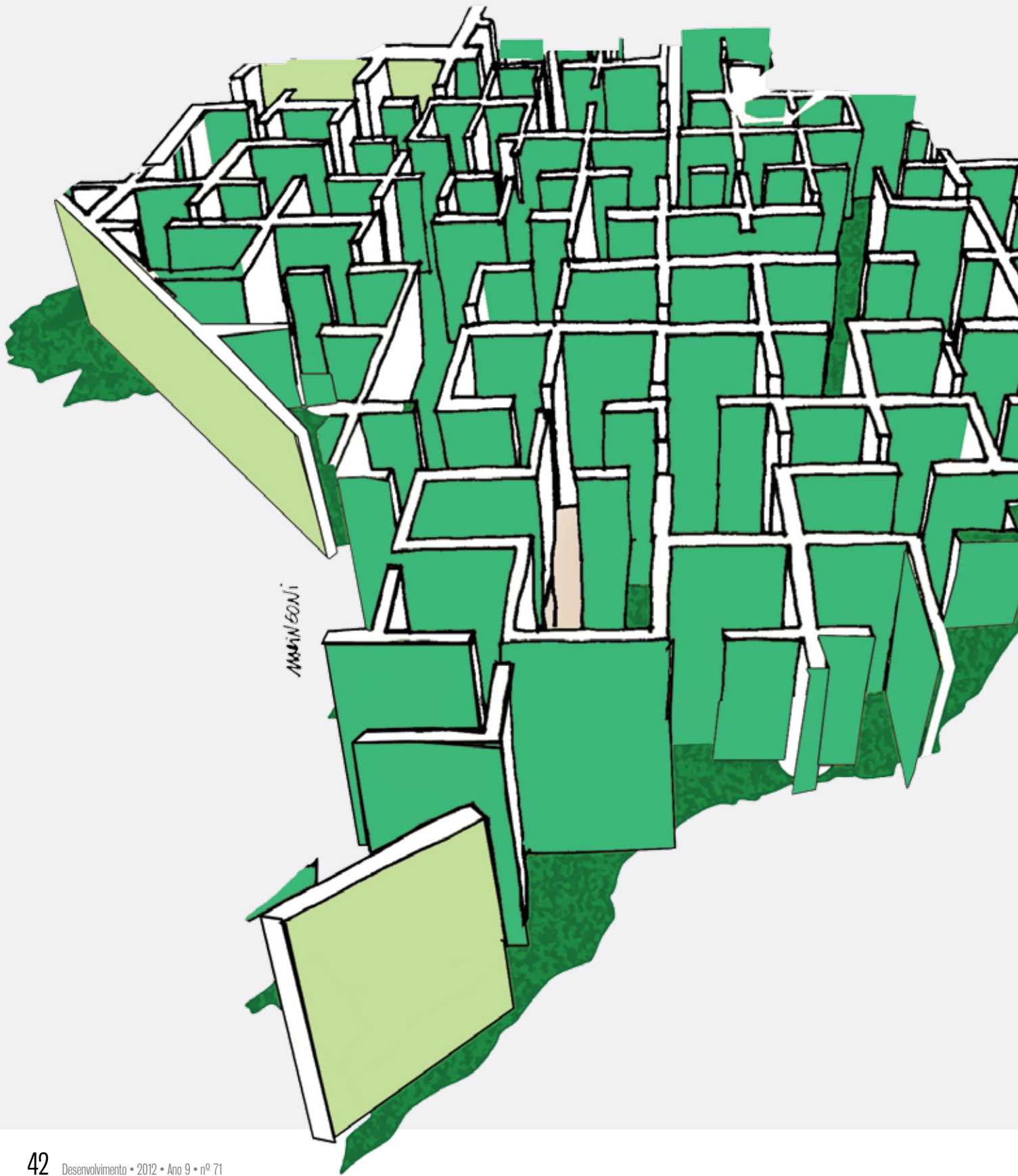
No caso do BNDES, importa chamar a atenção dos gestores públicos e da população para a necessidade imperiosa do banco assumir sua responsabilidade pública, não apenas evitando, por meio de seus contratos, que violações de direitos sejam acarretadas pelos empreendimentos apoiados, mas também promovendo, via novas linhas de financiamento, um efetivo, equilibrado e justo desenvolvimento dos territórios. **ii**

Carlos Tautz, João Roberto Lopes Pinto e Máira B. Fainguelernt são coordenadores de pesquisa do Instituto Mais Democracia — Transparência e controle cidadão de governos e empresas.

1 Os relatórios do TCU podem ser encontrados em: portal2.tcu.gov.br/ Em 19 de setembro, o Senado federal divulgou o relatório “O aumento oficial dos custos das obras da Copa do Mundo FIFA de 2014”, de autoria do assessor parlamentar Alexandre Sidnei Guimarães, apontando um aumento de 28,7% nos custos, para R\$ 30,66 bilhões. O aumento se deveu ao recálculo do custo das obras e à inclusão de mais três projetos, a se localizarem em Belo Horizonte (MG), no âmbito do PAC Mobilidade Grandes Cidades, orçados em R\$ 3,247 bilhões.

2 Programa ProCopa Arenas do BNDES, em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/procopaarenas.html.

BRASIL





O mapa do Brasil pode mudar

Daniella Cambaúva – de São Paulo

Existem cerca de trinta propostas de subdivisão dos estados brasileiros. Algumas delas estão em tramitação no Congresso Nacional. As motivações variam de demandas por uma maior presença do poder público em zonas afastadas das capitais, até a acomodação de forças políticas regionais e desempenho econômico de determinadas localidades. O Ipea realizou estudos técnicos sobre a questão. Uma coisa é certa: decisões dessa magnitude requerem não apenas amadurecimento dos projetos, mas estudos detalhados de seu impacto no desenvolvimento

No dia 11 de dezembro de 2011 a população do Pará foi chamada às urnas para tomar uma decisão inédita. Naquele domingo, mais de quatro milhões de eleitores votariam se o estado seria ou não desmembrado em três: Carajás, Tapajós e um novo Pará, com 18% de seu território atual. No fim, cerca de 66% dos paraenses optaram pela manutenção da unidade.

De acordo com a Constituição, para que um novo estado ou território federal seja criado, é preciso da “aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito e do Congresso Nacional”. O caso paraense está longe de ser único. Atualmente existem cerca de trinta propostas para criação de novas unidades na federação brasileira.

Doze delas já tramitam no Congresso, conforme concluiu o Comunicado **Ipea** 125, *Divisões estaduais: aspectos relevantes de pesquisa e a experiência do plebiscito no Pará*. Há nuances e variantes entre algumas proposições, que resultam em algumas duplicidades e superposições. Há também demandas que ainda não chegaram a nenhuma das duas casas legislativas. Ao todo seriam criados cinco territórios federais e dez estados, indica o estudo, disponível no endereço www.ipea.gov.br.

RESULTADOS DAS DIVISÕES De acordo com levantamento realizado pelo geógrafo José Donizete Cazzolato, do Centro de Estudos

da Metrópole (CEM) e autor do livro *Novos Estados e a divisão territorial do Brasil: uma visão geográfica* (Oficina de Textos), a redivisão do Pará esteve acompanhada de diversos outros projetos, apresentados no Congresso desde a vigência da atual Constituição.

Na região Norte, a que sofreria mais modificações caso todas as divisões se efetivassem, seriam criados o território do Rio Negro, do Solimões e do Juruá, todos frutos da divisão do Amazonas. Também haveria o território federal do Oiapoque (resultante de uma possível partilha do Amapá) e o estado do Gurgueia (a partir da divisão do Piauí). O Maranhão seria desmembrado,

com o surgimento do Maranhão do Sul, que pertenceria à região Nordeste. O mapa regional contemplaria ainda o estado do Rio São Francisco (a partir da Bahia).

Já no Centro-Oeste, há propostas para o surgimento do território do Pantanal (entre o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul) e dos estados do Mato Grosso do Norte e do Araguaia (resultantes da secção do Mato Grosso). Viria também à luz o estado do Planalto Central (a partir de Minas Gerais e de Goiás). Minas também sofreria novas cisões, caso surgissem Minas do Norte e Triângulo Mineiro.

No sudeste, teríamos o estado de São Paulo do Leste (com desmembramento de

Renato Ferrigno/Agência Câmara



“A redivisão de um estado é, antes de mais nada, um processo de descentralização econômica, social, política e administrativa, na medida em que se vai permitir a abertura de novas perspectivas, uma nova fronteira de desenvolvimento e possibilitar uma melhor distribuição das receitas públicas”

Lourival Mendes,
Lourival Mendes (PTdoB-MA), deputado federal e presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Criação do Estado do Maranhão do Sul



Lançadas na Câmara as Frentes Parlamentares em defesa dos estados do Tapajós e de Carajás. O plebiscito para a divisão do Pará foi realizado no dia 11 de dezembro. O deputado Lira Maia (Democratas do Pará) foi eleito presidente da Frente pelo Tapajós

São Paulo), a volta do estado da Guanabara (a partir da emancipação da cidade do Rio de Janeiro em relação ao restante do estado) e o estado do Triângulo Mineiro (a partir do desmembramento de Minas Gerais).

Só a região Sul do país não tem, até o momento, propostas de criação de novos estados e Territórios Federais, segundo o estudo.

O projeto de desmembramento do Piauí está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado desde 2007. O novo ente federativo teria como base o vale do rio Gurgueia, uma das áreas mais produtivas do estado, propícia para a agricultura irrigada, principalmente de frutas para exportação. O estado teria 155.568 quilômetros quadrados e, com base em dados de 2005, uma população de 645.296 pessoas, ou seja, 21,46% do total de habitantes do Piauí.



UM NOVO MARANHÃO Em novembro de 2011, foi formada a Frente Parlamentar em Defesa da Criação do Estado do Maranhão do Sul, composta por 207 deputados federais. O presidente da Frente, deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), se apoia no seguinte argumento: “Nós não vamos dividir para perder e sim para crescer”. Para ele, um

novo estado não deve ser visto sob a ótica de despesas e custos, mas visando a uma “melhor governabilidade”.

“A redivisão de um estado é, antes de mais nada, um processo de descentralização econômica, social, política e administrativa, na medida em que se vai permitir a abertura de novas perspectivas, uma nova fronteira de desenvolvimento e possibilitar uma melhor distribuição das receitas públicas”, afirma ele

Sebastião Madeira (PSDB), prefeito de Imperatriz, uma das cidades candidatas à capital do novo estado, é autor de um projeto apresentado quando era deputado federal, em 2001, solicitando a realização de um plebiscito. Em suas palavras, a população da região se sente presa ao restante do estado porque a administração fica focada apenas em uma área, próxima à capital, em detrimento de localidades afastadas



Rio Tocantins, divisa natural entre os estados do Maranhão e do Tocantins

de São Luís. “Eu tentei durante dez anos e nunca consegui porque o Congresso é muito atrelado ao Poder Executivo, que tem calafrios quando escuta falar em novo estado”.

Para Madeira, com o desfecho desfavorável à divisão do Pará, “ficou mais distante o sonho”. Lourival Mendes discorda. O deputado defende que o plebiscito do Pará não é um ponto negativo para a Frente por serem dois casos distintos. “O trabalho está caminhando positivamente e nossa próxima meta é a mobilização mais intensa das lideranças políticas dentro do Congresso Nacional”, afirma.

CENTRO-OESTE EM DISPUTA A demanda por um plebiscito sobre a criação do Mato Grosso do Norte também não é assunto novo. Em 1995, foi levada ao Congresso pela primeira vez

por meio de um PDC (Projeto de Decreto Legislativo) do deputado Wellington Fagundes (PR-MT). De lá para cá, ele mudou de

opinião. Hoje o parlamentar é uma das forças contrárias a divisão. “Quando apresentei o projeto, havia uma sensação de isolamento.

Sidney Moreira



“Na primeira etapa é feita a aprovação da realização do plebiscito. Aí vai para o estado – é outra maneira de chamar a população para participar, diretamente. Depois vai para a Assembleia Legislativa estadual e, se ela aprovar, volta para o Congresso. Então todos os representantes de cada estado acabam votando”

Paulo de Tarso Linhares,
técnico de planejamento e pesquisa do Ipea



“Uma porção regional como Santo Amaro, que se estende por toda a parte sul do município de São Paulo, tem forte identidade, significativo contingente demográfico, concentra importantes equipamentos produtivos e comerciais, área de mananciais hídricos, sistema organizado de transporte público e vasta rede viária conectando seus distritos e bairros. Poderia então Santo Amaro ser um estado brasileiro?”

José Donizete Cazzolato,
geógrafo

Você não tinha energia elétrica ou estradas. As coisas mudaram muito, o estado já está mais integrado”, pontua ele.

Os projetos de Fagundes já estão arquivados, mas o assunto não saiu do Legislativo. Em abril de 2009 o deputado Sandro Mabel (PR-GO) apresentou um projeto retomando o pedido de plebiscito, não apenas pela criação do Mato Grosso do Norte, mas também pelo estado do Araguaia. Como sempre acontece ao final das legislaturas, a demanda foi arquivada, mas com possibilidade de voltar para a pauta. Basta que um parlamentar solicite.

“FRAGILIDADE NA ARGUMENTAÇÃO” Entre os especialistas no assunto, há um consenso: diante de tantas propostas de redesenho geopolítico, é necessário tentar entender quais as motivações de tantos movimentos seccionistas.

Um dos argumentos é o das divergências étnicas e culturais distinguindo as populações da área a ser separada do restante do estado.

4

milhões

de paraenses foram chamados às urnas para decidir se o estado seria ou não desmembrado

Fala-se também em uma centralização política e de recursos públicos na capital e em regiões próximas, deixando os municípios mais distantes abandonados. Outro fator é o interesse na captura de recursos federais, visto que seriam necessários aportes da União para viabilizar novas unidades. Existe ainda um aspecto mais político, pressupondo que “determinadas lideranças avaliam as possibilidades de se conquistar maiores espaços de poder com a redivisão”, conforme consta no Comunicado do Ipea já mencionado aqui.

Para o economista do Instituto, Rogério Boueri, autor de um estudo sobre custos de financiamento das unidades federativas e suas implicações na criação de novos estados, “há vários motivos para as propostas, alguns mais legítimos que outros”. Ele cita o exemplo do Pará, em que a população se queixa de falta de atendimento do governo do estado nas regiões mais distantes, concentrando a atenção na capital, Belém. Há, em contrapartida, uma busca pela redução da concorrência eleitoral, um dos motivos classificados por Boueri como “menos nobres”.

“É muito importante reconhecer a legitimidades desses pedidos porque muitas populações são negligenciadas. Mas, separar não é, de longe, a melhor solução”. Segundo Boueri, o caminho é debater como devem ser distribuídos os recursos estaduais. “Cada vez haverá mais demandas de separação”, concluiu.

AVALANCHE DE PROJETOS Já o geógrafo José Donizete Cazzolato acredita que está acontecendo uma avalanche de projetos e contesta os argumentos usados pelos parlamentares defensores da separação: “Uma porção regional como Santo Amaro, que se estende por toda a parte sul do município de São Paulo, tem forte identidade (foi município independente por um século), significativo contingente demográfico (mais de dois milhões de habitantes), concentra importantes equipamentos produtivos e comerciais, área de mananciais hídricos, sistema organizado de transporte público e vasta rede viária conectando seus distritos e bairros. Poderia então Santo Amaro ser um estado brasileiro?”, questiona.

Segundo ele, “é perceptível que as propostas de criação dos novos estados têm, quase todas, a marca da improvisação, da fragilidade na argumentação e do aparente oportunismo. Refletem intenções calcadas num idealismo pouco sustentável ou na individualidade dos proponentes e respectivos projetos políticos, nas vantagens locais,

R\$ 15 bilhões

seria o impacto orçamentário anual para o funcionamento dos novos estados propostos

independentemente do conjunto federativo, da escala territorial, da exequibilidade financeira ou da conveniência temporal”.

Para cada novo estado instituído seria necessário novo poder Executivo, nova Assembleia Legislativa, mais postos de governador e de vice-governador, além de três senadores e um mínimo de oito deputados federais para cada um deles.

Na avaliação de Cazzolato, se todas as propostas fossem aprovadas, haveria uma descaracterização da estrutura político-administrativa do país, que apresentaria então diferenças ainda maiores na representatividade na Câmara dos Deputados entre grandes e pequenos estados. Isto é, estados com muitos eleitores, como São Paulo, ficariam ainda mais subrepresentados, enquanto aqueles menores seriam sobrerepresentados.

POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO Paulo de Tarso Linhares, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, acredita é preciso aprofundar o debate e conhecer melhor de que maneira a criação de novos estados influencia o desenvolvimento da vida da população. “Significa instituir novos atores no cenário nacional. Significa redistribuir o poder no país. Em uma federação, criar uma nova unidade não é algo trivial. Isso se reflete na tomada de decisões. É mais do que mudar o número de unidades”, afirmou.

Outro aspecto que, segundo os pesquisadores, merece atenção é: quais seriam os impactos para o orçamento público se todas as unidades propostas fossem criadas?

Boueri afirma que seria possível arcar com esse custo – que envolve, além da atividade regular dos governos estaduais, a infraestrutura necessária para seu funcionamento. “Estima-se que seriam cerca de R\$ 15 bilhões a mais por ano.

De acordo com Linhares, os impactos no orçamento devem fazer parte do debate, mas o superávit de um potencial novo estado não pode ser um critério absoluto de avaliação. “Boa parte deles não arrecadaria o suficiente para arcar com seus custos. Mas isso é relativo. A questão é se unidades menores tiverem mais capacidades para oferecer determinados serviços pode melhorar para o Brasil. Mesmo que custe mais caro”.

Há outros fatores a serem levados em conta, como, por exemplo, a questão do desenvolvimento regional, a acomodação de facções políticas e em que novas configurações favoreceriam ou não o exercício democrático das decisões administrativas. A resposta a cada uma dessas questões é complexa e envolve um sem número de variáveis. Estudos aprofundados de cada caso são essenciais, para que o componente emocional não seja o essencial em decisões dessa magnitude

CRITÉRIOS PARA OS PLEBISCITOS A discussão esbarra em outro aspecto polêmico: quem

tem direito de participar do plebiscito? Segundo a Constituição, quem deve aprovar o novo estado, por meio do voto direto, é apenas “a população diretamente interessada”. E, para a Justiça Eleitoral, a população diretamente interessada é apenas aquela do estado a ser dividido.

Há quem discorde. Em meados de 2011, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) agendou a consulta popular sobre a criação de Carajás e Tapajós, o professor da Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo), Dalmo Dallari, apresentou ao Tribunal uma solicitação formal para que todo o Brasil participasse diretamente da decisão. Isso porque, segundo Dallari, toda a população brasileira estaria diretamente interessada.

Boueri concorda com o argumento do jurista: “Eu sempre fui a favor de que toda a população fosse consultada porque implica gastos para a nação inteira”.

Paulo de Tarso Linhares advoga que a decisão não precisa ser tomada diretamente. A população de outras regiões do país acaba participando por meio de seus representantes no Congresso. “Na primeira etapa é feita a aprovação da realização do plebiscito. Aí vai para o estado – é outra maneira de chamar a população para participar, diretamente. Depois vai para a Assembleia Legislativa estadual e, se ela aprovar, volta para o Congresso. Então todos os representantes de cada estado acabam votando”.

Há outros fatores a serem levados em conta, como, por exemplo, a questão do desenvolvimento regional, a acomodação de facções políticas e em que novas configurações favoreceriam ou não o exercício democrático das decisões administrativas. A resposta a cada uma dessas questões é complexa e envolve um sem número de variáveis. Estudos aprofundados de cada caso são essenciais para que o componente emocional não seja o essencial em decisões dessa magnitude. **1**



A Praça é do povo, como o céu é do condor¹

Inspirado pelas várias visitas nas periferias das cidades brasileiras durante seus oito anos de governo, o ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva solicitou para sua equipe o desenvolvimento de um programa que levasse para os setores carentes equipamentos públicos de qualidade. Isso garantiria o acesso da população mais pobre não apenas a serviços básicos, mas também a espaços de cultura, esporte e lazer.

Anunciada em março de 2010, no lançamento da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Praça dos Esportes e da Cultura (PEC) – inicialmente Praça do PAC – foi um projeto desenvolvido em parceria por vários Ministérios: Cultura, Esporte, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Justiça e Trabalho e Emprego, sob coordenação da Casa Civil da Presidência da República. Posteriormente, quando do momento da seleção de propostas, essa coordenação passou para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Desde janeiro último, o comando está a cargo do Ministério da Cultura (MinC), por definição da Presidenta Dilma Roussef.

Cada um dos ministérios envolvidos definiu um programa, composto de diversos equipamentos públicos a serem implantados num mesmo local, criando um espaço (praça), que agrega diversos serviços essenciais. Estes serão construído em áreas de alta vulnerabilidade das cidades brasileiras.

O objetivo das Praças dos Esportes e da Cultura é integrar num mesmo local programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para

o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital. O objetivo é promover a cidadania, o direito à cidade e a ampliação do acesso a serviços públicos nos territórios onde serão implantadas.


Sua concepção, objetivos e projetos arquitetônicos foram desenvolvidos por uma equipe multidisciplinar e interministerial. O trabalho resultou num projeto de referência que culminou na seleção das primeiras 401 praças, de um total de 800. O projeto da Praça prevê três modelos (700m², 3.000m² e 7.000m²) e um programa básico, com salas de aula, biblioteca, telecentro, cineteatro, quadra e equipamentos de esportes, entre outros². Projetos de arquitetura e engenharia de cada um dos modelos de Praça foram disponibilizados, podendo ser adotados ou não pelos proponentes, cujo compromisso é manter o programa definido para cada modelo.

A construção das Praças e seus equipamentos transformarão territórios antes desprovidos de espaços públicos e alternativas de lazer em novos pontos de encontro e de disseminação de expressões de cultura popular. Serão também centros de oportunidades, por meio de cursos e oficinas de formação e capacitação, permitindo novas alternativas de emprego e renda para a comunidade.

As Praças, uma vez concluídas, serão equipamentos públicos sob responsabilidade dos proponentes. Sua manutenção e gestão, bem como os recursos financeiros estarão a cargo de prefeituras, governos estaduais ou governo distrital.

Esse é com certeza o maior desafio do MinC em relação às Praças. Trabalhar o tema da gestão compartilhada, na qual o poder público e comunidades poderão juntos administrar esses novos espaços, é de extrema importância. Realizar a mobilização social, identificando as lideranças e envolvendo a comunidade para se apropriar desse novo equipamento, bem como, capacitar estados e municípios a trabalhar de forma matricial e compartilhada em parceria com a comunidade, os ministérios envolvidos e a iniciativa privada, são alguns dos temas que serão tratados pelo MinC no decorrer dos meses de construção das primeiras 401 Praças.

Seminários regionais e um curso à distância estão sendo elaborados para atender os gestores públicos, em parceria com os demais ministérios envolvidos e instituições especializadas no tema da gestão.

O sucesso das PECs não está apenas no seu objetivo ou na sua proposta, mas sim na capacidade que os gestores públicos terão em gerenciá-las de forma compartilhada e matricial e na capacidade do MinC e demais ministérios envolvidos em ajudá-los nesse desafio de melhorar a qualidade de vida dos moradores das periferias das cidades brasileiras. 

Cid Blanco Jr é arquiteto e urbanista, é Diretor de Infraestrutura Cultural da Secretaria Executiva do MinC e responsável pela implementação do projeto Praça dos Esportes e da Cultura – PEC.

1 Castro Alves (1847-1871)

2 Mais detalhes sobre cada um dos modelos de Praça:
<http://www.pracas.cultura.gov.br>



Mônica

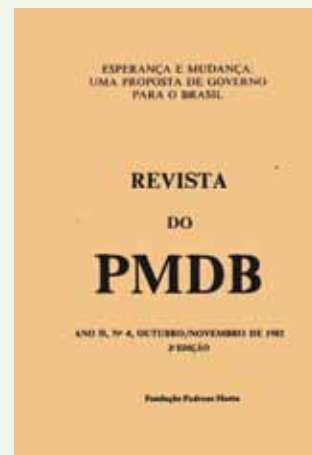
Esperança e mudança: o último grande marco do nacional- desenvolvimentismo

Gilberto Maringoni – de São Paulo

Há trinta anos vinha há público o mais consistente programa partidário da fase final da ditadura. Era o *Esperança e mudança*, abrangente documento elaborado por intelectuais desenvolvimentistas e apresentado pelo PMDB, então uma frente de oposições. Era a expressão de um setor da sociedade que desejava fortalecer o caráter planejador do Estado como forma de superação da crise econômica daqueles anos

O mês de setembro próximo marca os trinta anos do lançamento do mais consistente e completo programa partidário desenvolvimentista já elaborado em nosso país. Trata-se do documento *Esperança e mudança*, lançado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em 1982. Suas teses focam o tema central da transição da ditadura (1964-1985) para a democracia: o papel e as atribuições do Estado na sociedade. Exaurido por recorrentes déficits no balanço de pagamentos, pelo endividamento externo tornado impagável após as seguidas elevações de juros nos Estados Unidos, por baixas reservas cambiais e pela inflação “galopante”, o Estado brasileiro do início dos anos 1980 perdera boa parte de sua capacidade de intervir e planejar a economia.

Com um tom antiliberal e nacionalista, o programa peemedebista foi provavelmente a última grande manifestação do nacional-desenvolvimentismo entre nós. Tais diretrizes, como se sabe, balizaram quase todo nosso processo de industrialização, entre 1930 e 1980, quando o país deixou de ser um imenso produtor agrícola para se tornar a sétima economia do mundo capitalista. Apesar de suas inegáveis qualidades, aquele programa tem sido minimizado pelos historiadores. Não está na internet. O próprio PMDB, em sua página na rede, sequer o menciona. Nem mesmo o livro *A história de um rebelde (1966-2006)*, de autoria do ex-deputado federal Tarcísio Delgado, uma espécie de levantamento oficial sobre a trajetória da agremiação, cita aquelas formulações.



CRISE FINAL DA DITADURA O *Esperança e mudança* é um arrazoado de 119 páginas, dividido em quatro capítulos: “A transformação democrática”, “Uma nova estratégia

Belluzzo lembra que uma das preocupações do grupo era fazer frente ao problema da carência de financiamentos de longo prazo para a constituição de grandes grupos industriais nacionais. O ideário peemedebista teria de se defrontar com a crise das dívidas externas dos países do terceiro mundo e pelo virtual estancamento de financiamentos estrangeiros. “Avaliávamos ser necessária a constituição de fundos públicos para financiar o desenvolvimento no longo prazo”, lembra o economista. “Nossos grupos empresariais eram frágeis, daí a necessidade que sentíamos de construir grandes empresas com forte indução do Estado, via BNDES”, ressalta ele. Era uma ideia formulada por alguns países asiáticos, que constituíram, entre os anos 1970 e 1980, poderosos conglomerados para competir internacionalmente, com suporte estatal. “Era o caso dos *chaebols* coreanos”, diz Belluzzo. O primeiro parágrafo do texto sintetiza a visão partidária sobre a disputa política e econômica da época:



Livro sobre história do partido não menciona programa desenvolvimentista de 1982

política – o divórcio profundo entre a sociedade e o Estado, a ausência de confiança e de representatividade. A dívida externa sufoca. Obriga o governo a curvar-se ante os grandes interesses bancários. Campeia a corrupção, a imprevidência, a desesperança.

DEFESA DO PLANEJAMENTO Em seguida, é apresentada a proposta de intervenção estatal no desenvolvimento econômico:

O PMDB propõe o planejamento democrático como forma de estabelecer e garantir que o conjunto de políticas públicas obedeça a prioridades fixadas democraticamente – prioridades que busquem um novo estilo de desenvolvimento social. O Planejamento democrático implica na (sic) elaboração de um Plano, sob controle e sob a influência das instituições democráticas. Plano fixado através de lei, supervisionado eficazmente pelo Congresso com a interação e auxílio das organizações populares.

Linhas à frente, são definidas as principais medidas do ideário proposto:

Distribuição de renda começa com uma nova política salarial, começa com a elevação da base dos salários, com o aumento real do salário mínimo, com uma reforma que implante uma reforma

100%
de inflação

era a taxa alcançada no ano de 1982

O Brasil atravessa uma fase crítica: a pior crise econômica e social desde os anos 30 coexiste com uma profunda crise institucional. As estruturas do Estado estão carcomidas pela privatização do interesse público, a política econômica está imobilizada, o governo carece de largueza de visão para enfrentar o estado de desagregação crescente. O mais grave, porém, é a crise



Silvany Muerficia

Maria da Conceição Tavares era uma das integrantes do grupo de economistas do PMDB no início dos anos 1980



Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, comanda uma reunião em 1988

justa para a previdência social. (...) É preciso conter a alta contínua do custo de vida através de uma política antiinflacionária eficaz. (...) A distribuição de renda e de riqueza nacional também não virá, de maneira progressiva e irreversível, sem grandes reformas sociais e institucionais. Sem uma reforma agrária – que garanta o acesso á terra a quem nela trabalhe – e a reorganização da vida rural, apoiada por múltiplas políticas, não será possível criar uma agricultura eficiente, com

população rural livre e próspera. Sem uma ampla reforma tributária não será possível eliminar as enormes injustiças do atual sistema de impostos, que gravam muito pesadamente os assalariados de baixa renda enquanto que as classes privilegiadas pagam parcelas insignificantes de seus rendimentos. Sem uma reforma financeira não será possível democratizar o crédito, com taxas de juros baixas, acessíveis aos consumidores de baixa renda. (...) sem uma reforma fundiária urbana não será possível uma

verdadeira política urbana, que regularize a situação de milhões de favelados, e que coíba a especulação imobiliária.

Além de propor uma estratégia de desenvolvimento “que liquide com a especulação parasita, sustentada atualmente pela dívida pública interna”, o PMDB advogava medidas emergenciais de curto prazo:

A dívida externa não pode continuar administrando o Brasil (...) não é mais suportável a continuidade de taxas

“Hoje em dia há uma concepção mais pragmática do que programática”

Para Antonio Lassance, documento de 1982 expressa tempo em que agradar o chamado “mercado” não era o centro da ação dos partidos. A seguir, sua opinião.

“O *Esperança e mudança* é um programa elaborado num tempo em que os partidos se esmeravam por explicitar claramente o que pretendiam fazer em termos de política econômica. Nas últimas décadas, essa preocupação foi para o campo oposto, e os partidos se dedicam a listar aquilo que não vão fazer para não desagradar grupos de interesse de maior peso, aqueles eufemisticamente apelidados de “mercado”.

Além disso, três coisas importantes mudaram muito desde então.

Primeiro, a preocupação por apresentar uma concepção ampla e coerente, naquela época, ainda com uma predominância do nacional-desenvolvimentismo, desapareceu quase por completo.

Segundo, a visão de longo prazo, que desapareceu, nos anos 1980, engolida pelo contexto de hiperinflação e, nos anos 1990, pela aversão neoliberal à ideia

de planejamento, sendo substituída, na melhor das hipóteses, pelos exercícios de cenarização de riscos e oportunidades aos quais o Brasil deveria simplesmente se adaptar. Só recentemente o longo prazo tem voltado a ter alguma importância, com os planos decenais, de forma setorial.

Finalmente, o terceiro aspecto importante que mudou é que a mediação existente entre economistas com vinculação partidária e a formulação dos programas de governo teve seus laços rompidos. Nesse último aspecto, cada vez mais se vê que esta interlocução é mais pragmática do que programática.

Tais mudanças tiraram dos partidos a condição de espaço de debate e fonte de embates que, em outros momentos, foram importantes para aprimorar a compreensão da sociedade sobre o que estava acontecendo na economia e para engajá-la na mudança de rumos”.

reais de juros estratosféricas. A política alternativa do PMDB começa com a imediata redução do patamar de juros, desvinculando-o do giro da dívida externa. (...)

DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO O tom de todo o documento é claramente influenciado pelas proposições de Raul Prebisch (1901-1986) e Celso Furtado (1920-2004) na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), com a tônica

das relações internacionais expressas nas contradições entre centro e periferia do sistema capitalista. Além disso, as ideias de Roberto Simonsen (1889-1948), sobre a necessidade de um planejamento de longo alcance transparecem naquelas linhas. “Também há traços de Schumpeter, de Marx e de Keynes no texto”, lembra Luiz Gonzaga Belluzzo.

Para concretizar suas diretrizes econômicas, o programa aponta a democratização do Estado como “o único caminho adequado para colocar, definitivamente, a

política econômica e social a serviço dos interesses da sociedade”. A tradução política das mudanças era a convocação de uma “Assembléia Nacional Constituinte como solução-síntese”. Ou seja, o documento via nos desarranjos econômicos uma expressão de problemas que só poderiam ser resolvidos no âmbito político. Um grande peso era dado à necessidade da participação dos movimentos sociais na vida nacional e ao fortalecimento dos partidos políticos.

O documento via nos desarranjos econômicos uma expressão de problemas que só poderiam ser resolvidos no âmbito político. Um grande peso era dado à necessidade da participação dos movimentos sociais na vida nacional e ao fortalecimento dos partidos políticos

AS POLÍTICAS SOCIAIS As iniciativas sociais seriam divididas em três grandes vertentes:

- Políticas sociais clássicas, como a salarial, previdenciária, de abastecimento alimentar, saúde, educação, que atuam diretamente sobre o atendimento às necessidades básicas da população.
- Políticas de reordenamento do espaço urbano, regional e do meio ambiente. (...)
- (...) Políticas estratégicas de reordenamento do sistema produtivo que devem ajustar-se às prioridades redistributivas.

Para controlar a inflação, que em 1982 alcançava a marca de 100% ao ano, o texto propunha:

- A reimposição imediata e rigorosa dos controles de preços, com mecanismos antecipatórios de detecção dos aumentos de custo;

Década perdida ou ganha?

A disputa que se abriu na sociedade brasileira entre 1985 e 2002 teve como agentes principais os partidos políticos. A seguir vieram entidades trabalhistas, empresariais, estudantis etc., além de universidades e outras instituições. A grande imprensa, que em sua maior parte apoiou a implantação da ditadura no país, também fez parte dos debates.

O pensamento conservador chama os anos 1980 de década perdida, por ter representado um tempo em que as classes dominantes não conseguiam materializar seu projeto de poder para a sociedade brasileira. Além disso, pesa na apreciação o fato do Brasil ter literalmente quebrado em 1982 e da alta inflação ter se tornado um problema virtualmente crônico.

De outra parte, do ponto de vista dos movimentos democráticos da sociedade brasileira, aquela foi uma década ganha. Não apenas nasceram e se firmaram inúmeras entidades e partidos populares, como se abriu uma nova fase histórica para o país, através do fim da ditadura e da promulgação da Constituição, em 1988.

- A adoção de uma política seletiva de crédito, com mecanismos penalizadores para as empresas que ultrapassem os tetos fixados;
- A adoção de uma política de estímulo da oferta de alimentos e gêneros industriais básicos, com controle das margens de lucro industriais e comerciais;
- A redução firme e gradativa dos coeficientes de correção monetária e queda imediata da taxa de juros.

Ao se voltar para a questão trabalhista, o PMDB propunha “A reposição gradativa do poder real de compra do salário mínimo (...) visando duplicar seu valor real num prazo o mais curto possível”. Concomitantemente a tal medida, o programa advogava a adoção da estabilidade no emprego e de

uma reforma na Previdência Social que ampliasse direitos. Outra medida apontada pelo texto seria a realização de uma reforma agrária, que reduzisse o fluxo migratório campo-cidade.

As formulações alcançavam ainda políticas de energia e de transportes, de desenvolvimento científico e tecnológico e de política agrícola. A dada altura, apresentava “Diretrizes para o financiamento da nova etapa de expansão”. Como aspecto central, reafirmava ser “essencial reverter a ‘privatização’ do Estado com uma Reforma Administrativa que recolocasse em seus devidos lugares uma grande parte dos organismos e funções que se elidiram da administração direta”.

CONSTITUINTE E REGULAÇÃO O programa teve expressões na ação partidária durante a formulação da Carta de 1988. “Havia ecos do *Esperança e mudança* no PMDB daquela época, embora o partido já fosse governo e tivesse a experiência de participar dos planos econômicos da gestão Sarney” (1985-1990), aponta Belluzzo. Em seu primeiro discurso como presidente da Assembléia Nacional Constituinte, em 2 de fevereiro de 1987, Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, vocalizava as diretrizes básicas do programa:

A ação reguladora do Estado na atividade econômica: a livre iniciativa, necessária ao desenvolvimento do país, deverá exercer-se sem o sacrifício dos trabalhadores, e a riqueza não poderá acumular-se ao mesmo tempo em que aumentam a miséria e a fome em benefício dos privilegiados.

Em nossos dias, quando o Brasil procura retomar uma rota de desenvolvimento sustentável, torna-se importante voltar-se ao *Esperança e mudança* e examinar suas linhas em detalhe. Isso deve ser feito menos pelas questões político-partidárias ou pelo estudo do passado recente e mais para se avaliar os dilemas e contradições atuais da economia brasileira. **II**

A frente de oposições

O PMDB, fundado em 1980, é caudatário do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), criado em 1966. À época vigorava o bipartidarismo consentido pela ditadura. O governo era sustentado pela Aliança Renovadora Nacional (Arena).

O PMDB abrigou entre os anos 1970 e 1980 um amplo espectro de forças

políticas, que ia de liberais de direita até comunistas. Representava também anseios dos setores industriais paulistas, da grande e da média burguesia, das classes médias e de setores do movimento popular.

Com o fim da ditadura e o surgimento de novas agremiações, o partido perdeu seu caráter de frente de oposições.



Rio + 20, Agenda 21 e pactos globais para a sustentabilidade: mais do mesmo?

Mesmo antes de sua realização, há um desânimo geral quanto aos possíveis resultados que podem advir da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20. Esse desânimo é acarretado pela percepção de que há poucos resultados concretos na coordenação internacional e na implementação de políticas ambientais globais vinte anos após a realização da Rio – 92. Aquela conferência teve como um de seus resultados a elaboração da Agenda 21 Global, um programa contendo recomendações de como acelerar a substituição dos atuais padrões de desenvolvimento vigentes na direção de um novo paradigma.

O Brasil publicou, em 2002, a Agenda 21 Brasileira, na busca por internalizar, nas políticas públicas do país e em suas prioridades regionais e locais, os valores e princípios do desenvolvimento sustentável. Para tanto, foram assumidos 21 objetivos de sustentabilidade, que deveriam ser incorporados de forma transversal às políticas públicas nacionais. Em outra frente, o governo federal – nos Planos Plurianuais (PPAs) 2004-2007 e 2008-2011 – criou o Programa Agenda 21, cujo objetivo era induzir e monitorar a incorporação dos 21 objetivos nas políticas do governo federal, bem como fomentar fóruns regionais, estaduais e municipais de Agenda 21. Esses fóruns atuam por meio de parcerias entre governo, setor privado e sociedade civil, em construção participativa para a definição de políticas públicas adequadas às diferentes localidades. Assim, não só as diretrizes nacionais, mas também as subnacionais seriam reformuladas de acordo com o princípio da sustentabilidade.


Às vésperas da Rio + 20, podemos afirmar que não houve avanços significativos na implementação da Agenda 21 no Brasil. Seus objetivos não foram incorporados nas políticas públicas nacionais – que continuam fragmentadas e pouco afeitas ao paradigma do desenvolvimento sustentável. Uma evidência disso é que os programas do governo federal em voga no PPA raramente mencionam a Agenda 21 como elemento base para sua construção.

Após o *boom* gerado pela publicação da Agenda 21 brasileira, o número de municípios que informaram ter iniciado o processo da Agenda 21 local caiu de 1.652 para 1.105 entre 2002 e 2009, uma redução de 33%. Isso mostra que a maior parte desses processos não obteve continuidade no longo prazo, sendo vulneráveis a mudanças políticas. Em pesquisa realizada pelo Ministério do Meio Ambiente (2011), se percebe que os processos de locais são amplamente dependentes da vontade política dos governos. Há problemas de representatividade nos fóruns e déficits com relação à disponibilidade de recursos para execução de políticas de desenvolvimento sustentável. Pelo seu limitado alcance e sucesso, o programa Agenda 21 perdeu importância e chega desacreditado à Rio + 20.

No entanto, o objetivo declarado da conferência é o mesmo que pautou a elaboração da Agenda 21: “definir a **agenda** do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas”. A lógica de realização e os produtos esperados para o evento não são novos, esperando-se “**renovar o compromisso político** com o desenvolvimento sustentável”. No entanto, a utilidade prática de renovar compromissos políticos e constituir uma nova agenda de objetivos para a sustentabilidade é duvidosa,

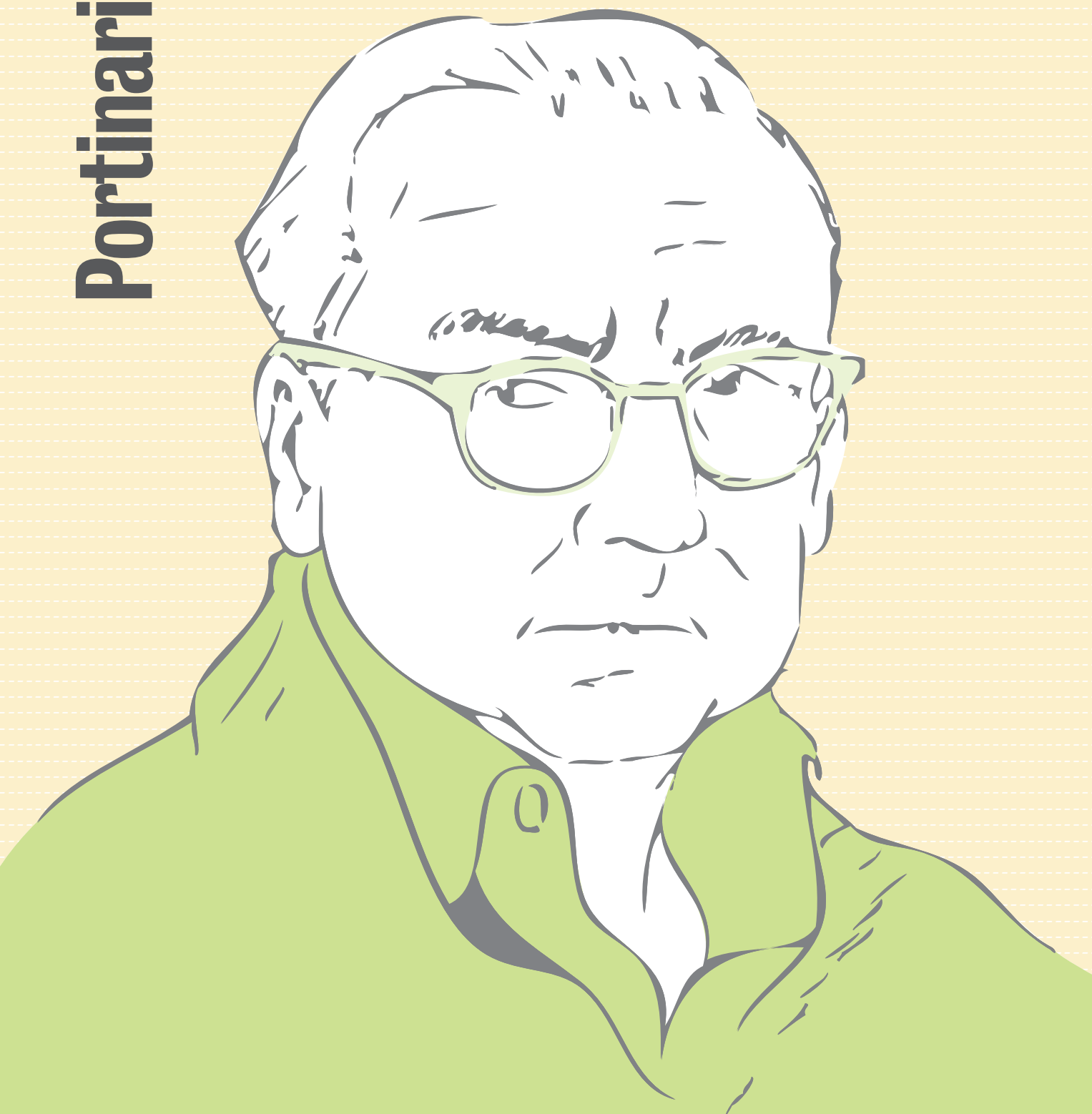
tendo em vista os poucos resultados dos compromissos políticos pactuados em 1992.

No âmbito internacional, a política ambiental é conhecida por não contar com mecanismos de sanção ou incentivos necessários para garantir uma ação coletiva coordenada entre os entes nacionais. O dilema das mudanças climáticas e os déficits de implementação de acordos internacionais, como a Agenda 21, o protocolo de Kyoto e a Convenção da Biodiversidade são ilustrativos da pouca efetividade em torno do tema. Corre-se o risco de repetirmos uma conferência que institucionaliza diversos conceitos e modelos politicamente corretos, sem que haja avanços concretos nos mecanismos que garantam a concretização dessa nova agenda da sustentabilidade.

A esperança repousa no tema intitulado “a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável”. A pergunta-chave é como garantir um conjunto de sanções e incentivos para afiançar que os compromissos políticos sejam implementados. É necessário também que se definam responsabilidades claras para a coordenação e a articulação de atores governamentais, do setor privado e da sociedade civil. Para além de atualizar conceitos e renovar uma agenda de compromissos, **o gargalo atual da questão ambiental está fundamentalmente relacionado à sua estrutura de governança**. Reformular essa estrutura é tarefa demasiado complexa e seria ilusório acreditar que isso será resolvido em apenas uma conferência. Mas é necessário dar o primeiro passo. Se isso for feito, a Rio + 20 poderá alcançar relativo sucesso. 

Igor Ferraz da Fonseca é técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, da Diretoria de Estado, Instituições e Democracia, Diest.

Portinari



As cores do povo brasileiro

Gilberto Maringoni – de São Paulo

Com um estilo pessoal e profundamente brasileiro, Portinari fez de sua arte uma longa narrativa das dores e alegrias do Brasil trabalhador. Participou intensamente da vida cultural e política do país e ficaria consagrado como um dos mais importantes pintores do século XX

Cândido Portinari já era um dos principais nomes da pintura mundial em 1952, quando recebeu um desafiante convite da Organização das Nações Unidas: elaborar dois painéis que seriam permanentemente expostos no gigantesco *hall* de entrada do edifício-sede, em Nova York. A ele caberia propor o tema da obra. Não teve dúvidas. O planeta saíra do mais terrível conflito bélico da História havia sete anos. Sugeriu “Guerra e paz”. Foi aceito sem restrições.

Os trabalhos foram executados num enorme galpão da extinta TV Tupi, no Rio de Janeiro. Cerca de 180 esboços foram feitos para os dois murais de 140 metros quadrados cada um. Depois de um esforço intenso ao longo de quatro anos, a inauguração foi marcada para 6 de setembro de 1957.

A radicalização da Guerra Fria levou o governo dos Estados Unidos a dificultar a entrada de personalidades que não se alinhavam aos dogmas do Departamento de Estado. Portinari era comunista, algo que nunca escondera.

Seu visto de entrada no país vinha sendo seguidamente negado desde o fim da década anterior. Talvez se fizesse um pedido especial, teria sua permissão concedida. Mas resolveu esperar por um convite formal de Washington. O convite não veio.

A inauguração resumiu-se uma pequena cerimônia e o pintor ficou no Brasil.

INFÂNCIA POBRE Talvez a dureza de convicções que o artista exibiu naquele episódio tenha origem em uma infância cheia de dificuldades. Cândido Torquato Portinari, filho de camponeses italianos, nasceu no penúltimo dia de 1903, numa fazenda de café, em Brodósqui, cidadezinha próxima de Ribeirão Preto. Era o segundo de doze irmãos. A infância foi passada entre trabalhadores pobres do interior paulista.

À medida que crescia, o garoto mostrou sua predileção pelo desenho. Logo, a expressão gráfica se mostrou mais que uma distração. Revelou-se uma vocação. O pai, sensível a isso, conseguiu que o menino tivesse aulas

com um pintor local. A educação regular não foi longe: abandonou os estudos no 3º ano primário.

Aos 15 anos, em 1919, o rapaz mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital federal, para estudar desenho e pintura. Matriculado no Liceu de Artes e Ofícios, teve uma vida dura, de grandes privações e pouco dinheiro. Mas na primeira metade da década seguinte, começou a ter seus trabalhos reconhecidos pela imprensa, em mostras e exposições na cidade.

No entanto, quando apresentou seu primeiro trabalho ao Salão Anual da Escola Nacional de Belas Artes, em 1924, a obra foi recusada. Não era uma pintura acadêmica. O quadro *Baile na roça*, uma tela de dois por dois metros, retratava com cores fortes um costume interiorano.

Suas preocupações sociais se manifestaram em uma entrevista a um jornal carioca, em 1926: “Arte brasileira só haverá quando os nossos artistas abandonarem completamente as tradições inúteis e se entregarem com toda a alma à interpretação sincera do nosso meio?”

Em 1929, vence o concurso do Salão Anual da ENBA e, com o prêmio, faz uma viagem a Paris, onde ficou por dois anos. Aproveitou a estadia para palmilhar praticamente todos os museus e galerias da capital francesa e explorar o meio artístico de outras grandes cidades europeias. Lá conhece sua futura esposa, Maria Martinelli, uma uruguaia de 19 anos.

ARTISTA SOCIAL Na volta ao Brasil, sua faceta artística voltada para temas sociais se sobressai. Sua concepção de pintura e de usos das cores muda, por influência dos modernistas. Nos anos seguintes são produzidos quadros como *Preto na enxada*, *O estivador*, *O sorveteiro*, *Mestiço* e outros. Retratam a pobreza e as duras condições do mundo do trabalho. As telas não apenas ganham destaque entre círculos intelectuais, como incomodam pelo potencial de denúncia.

Pouco a pouco, Portinari altera a escala de suas obras. Em lugar de quadros, sempre que possível realiza murais que possam ser admirados por um público pouco familiarizado com salões ou galerias.

Em 1935, recebe menção honrosa na Exposição Internacional do Instituto Carnegie, de Pittsburg, nos EUA. E no ano seguinte, realiza os afrescos do prédio do Ministério da Educação, no Rio, edifício projetado por Le Corbusier. Nessa época, o tema da seca nordestina adentra sua obra, até culminar com *Os retirantes*, de 1958.

Nos anos 1940, Portinari exporia em Nova York e realizaria murais para a biblioteca do Congresso, em Washington. Uma grande exposição, com 130 obras, percorreria várias cidades estadunidenses.

Ao mesmo tempo, nunca perdeu de vista a religiosidade popular. Seus quadros com motivos sacros sempre tiveram a preocupação de mostrar figuras bíblicas como gente do povo, com expressões de alento e tristeza, em uma arte de características sacras e sociais.

As pinturas da capela de Brodóski, realizadas no início dos anos 1940, são exemplo disso. Aos críticos dizia: “Pinto a

dor, a alegria, o trabalho, a miséria, o meu povo enfim”. A mesma interpretação se dá em suas obras históricas, quando produz *Primeira Missa* (1948) e *Tiradentes* (1949).

Ainda em 1944, colabora com Oscar Niemeyer na decoração da igreja da Pampulha, em Belo Horizonte, o primeiro trabalho de destaque do arquiteto.

O MILITANTE Portinari teve intensa participação na vida política. Embora sua arte não fosse militante, ela deixava clara sua percepção sobre as abissais diferenças sociais no país. Optou por retratar o povo, suas festas, suas manifestações e sua miséria. E criou um estilo peculiar, pessoal e profundamente brasileiro.

Portinari teve intensa participação na vida política. Embora sua arte não fosse militante, ela deixava clara sua percepção sobre as abissais diferenças sociais no país. Optou por retratar o povo, suas festas, suas manifestações e sua miséria. E criou um estilo peculiar, pessoal e profundamente brasileiro.

Em 1945, disputa uma vaga ao Senado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Mas é derrotado pelo industrial Roberto Simonsen, do PSD, que realiza uma campanha milionária. O resultado é cercado de polêmicas.

Em entrevista concedida em Roma, em 1979, aos jornalistas Iza Freaza e Albino Castro, o dirigente comunista Diógenes Arruda Câmara denuncia uma suposta fraude na contagem dos votos:

“Nós elegemos um senador, que foi o Cândido Portinari, o grande pintor. Ele foi eleito. Basta dizer o seguinte: o Roberto Simonsen, que havia sido apoiado pelo PSD, pelo Getúlio e por todo mundo, estava atrás da votação de Portinari cerca de 50


mil votos. Essa noite ia ser fechada a ata geral das eleições em São Paulo. Na noite seguinte, para surpresa, os quase 50 mil votos de diferença a favor do Portinari haviam passado milagrosamente... ou melhor dito: foram roubados e passados para Roberto Simonsen. Quer dizer: o Roberto Simonsen não foi eleito pelo eleitorado. Foi eleito pelo Tribunal Estadual Eleitoral de São Paulo. O verdadeiro senador eleito foi Cândido Portinari”.

Simonsen não se pronunciou, mas Portinari ficaria conhecido como “Senador furtado”.

Em 1947, com o crescente alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, vários direitos democráticos são restringidos. Há intensa perseguição nos meios sindicais e o registro do PCB é cassado. No final do ano, com o acúmulo de tensões políticas no horizonte, Portinari muda-se para o Uruguai, onde permanece até o ano seguinte.

AUGE E DEBILIDADE Nos anos seguintes, o artista consolida seu prestígio no Brasil e no exterior. Na I Bienal de São Paulo, em 1951, ele tem uma sala especial. No ano seguinte, recebe o convite para a elaboração dos painéis da ONU. Expõe na Polônia, Israel, Bélgica e Áustria.

No auge de sua carreira, um grave problema de saúde começa a se manifestar. A partir de 1952, ele começa a receber advertências médicas para que evite manusear tinta a óleo. Uma intoxicação proveniente do chumbo contido na composição química das tintas acaba por debilitar sua saúde. O conselho clínico revelou-se inócuo. Como abandonar seu ofício e sua arte? O artista munuiu-se de luvas para tentar proteger o organismo. Mas a partir dali sua saúde foi se debilitando, ao mesmo tempo em que o trabalho e as viagens se intensificavam.

Morre aos 58 anos, em 6 de fevereiro de 1962, no Rio de Janeiro, cidade onde passara a maior parte da vida. 

INTERNACIONAL

Tecnocracias à moda da União Europeia?

Pedro Estevam da Rocha Pomar — de São Paulo



A crise europeia, especialmente na Grécia e na Itália, resultou na queda de governos democraticamente eleitos. Em seu lugar, tomaram posse administrações tidas como “técnicas” e “distantes das paixões políticas”. Quatro especialistas — Carlos Eduardo Carvalho (PUC-SP), Ladislau Dowbor (PUC-SP), Tullo Vigevani (UNESP) e Franklin Trein (UFRJ) — debatem as consequências econômicas e políticas de tais eventos

Enquanto a crise europeia segue seu caminho, é possível divisar, entre as perdas mais óbvias, os reveses causados à democracia e à soberania de algumas nações. Tanto a Grécia, obrigada a cancelar um referendo popular, como a Itália, em que a crise acelerou a saída de Silvio Berlusconi do poder, possuem novos governos desde o final de 2011. Os dois países contam com administrações tidas como “técnicas” ou “tecnocráticas” – termo que o *Financial Times*, por exemplo, emprega para classificar a atual administração italiana. Eles resultam de pressões da Alemanha, França, Banco Central Europeu (BCE) e de outros atores do jogo das finanças mundiais.

Os primeiros-ministros Lucas Papademos (Grécia) e Mario Monti (Itália) são egressos da área econômica. Papademos é ligado ao setor financeiro, exerceu a presidência do Banco Nacional da Grécia e foi vice-presidente do Banco Central Europeu (BCE). Monti, embora de origem acadêmica, foi comissário

europeu e neste cargo assumiu a tarefa de controlar monopólios. Mas em que medida seria aceitável classificá-los como meros “técnicos” ou “tecnocratas”? Afinal de contas, que significado tem tais palavras?

80%
do controle

do mundo corporativo planetário está nas
mãos de 737 corporações

QUESTÕES OCULTAS Carlos Eduardo Carvalho, economista e professor da PUC-SP, pensa que o emprego de tais termos é mistificador. Estariam ocultas as questões centrais que levam à aprovação desses dirigentes políticos

por jornais como o *Financial Times* e pelas instâncias decisórias da UE. “O objeto das decisões que deverão tomar é essencialmente político, no sentido de que estão envolvidas escolhas que afetam interesses sociais e econômicos diferenciados e por vezes contraditórios. Afinal, quem pagará a conta do ajuste, quem deverá ser castigado pelos problemas que geraram a situação atual, e outras escolhas semelhantes?”. Para Carvalho, “aqueles são dois governos tão ‘técnicos’ e políticos quanto os anteriores”.

A segunda questão que se procura esca-motear, prossegue ele, “É que não há saber ‘técnico’ a ser utilizado para resolver os problemas. O que há são pessoas de confiança dos setores dominantes na UE para garantir a aplicação de medidas que não afetem os bancos e o capital financeiro”.

Franklin Trein, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), enxerga nesse cenário uma espécie de intervenção

direta da alta finança, destinada a afastar os intermediários habituais: “Papademos e Monti são muito mais agentes do capital do que de forças políticas tradicionais, organizadas em partidos internos a cada um dos dois países”, opina. “Monti, embora tenha tido atividades acadêmicas, sempre foi consultor do sistema financeiro. Como disse Bill Gates, em recente entrevista ao periódico espanhol *El País*, os técnicos são mais frios e assim estão em condições de tomar medidas mais duras com menos problemas de consciência”.

ALTA FINANÇA O professor de Ciência Política Tullo Vigevani, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), acredita porém que a designação não é totalmente desprovida de sentido, pois explica parte das razões pelas quais estas pessoas foram escolhidas. “Tanto Papademos quanto Monti – e não apenas eles, mas boa parte dos seus ministérios e altos cargos – têm fortes ligações com a alta finança, sobretudo europeia. Não se tratam de escolhas originadas normalmente do jogo político”, argumenta. “Creio que possam ser considerados como técnicos com formação em altos escalões da administração financeira da UE”.

Ao mesmo tempo, continua Vigevani, é mais difícil caracterizar a relação desses personagens com o mundo político. “Na Itália, o presidente Giorgio Napolitano, ocupante de um cargo normalmente institucional e protocolar, teve um papel na escolha de Monti. Os partidos políticos têm de se adaptar a esses governantes, calculando que apenas eles poderiam tomar as medidas antipopulares e, em alguns casos, anticorporativas, que a UE e especialmente o governo alemão estão determinando”.

Além dos partidos de centro-esquerda que dão suporte aos governos grego e italiano, observa ainda o professor da Unesp, “Boa parte da opinião pública ilustrada, inclusive da classe média, também os apoia, pois os consideram o caminho da salvação nacional”.

Arissou Menthigal.com



“A irresponsabilidade dos grupos financeiros levou a uma primeira fase da crise, com transferência de dinheiro público para os bancos. E agora está na segunda fase, com transferência do déficit público assim criado para as populações”

Ladislau Dowbor,
economista e professor da Puc-SP

236
bilhões

de euros é o valor da dívida pública da Grécia

ULTIMATO À DEMOCRACIA A hipótese de que tais governos supostamente técnicos seriam a consequência política de ultimatos da Alemanha e da França é só parcialmente correta, pois não explica toda a equação. “São governos de confiança, que irão procurar soluções que não contrariem os interesses dominantes da Alemanha e da França, mas são também o resultado de um ultimato das elites financeiras dos



Stock

Crise coloca em risco União Europeia

dois países contra suas próprias instâncias democráticas, de modo a evitar o surgimento de políticas que penalizem os seus próprios bancos e os seus próprios interesses financeiros dominantes”, diz Carvalho, da PUC-SP.

Vigevani concorda: “Deve-se considerar que essas imposições resultam também de boa convergência com grupos econômicos e políticos locais”. E ressalta: “A convergência de conservadores e socialistas dá base parlamentar ao governo de Papademos, na Grécia”.

A explicação para o descarte dos interlocutores usuais (os líderes partidários) e

do controle do mundo corporativo planetário está nas mãos de 737 corporações, e que neste grupo restrito 147 corporações densamente estruturadas (*tightly nit*) controlam 40% do total. Dessas, três quartos são grupos de intermediação financeira”. Nesse contexto, afirma Dowbor, não é preciso recorrer a teorias conspiratórias para entender as raízes da crise financeira mundial. Isso é demonstrado através da “facilidade com que foi sendo desmontado o marco jurídico que assegurava a estabilidade, da generalização das reduções de impostos sobre as grandes fortunas e, sobretudo, do

da dívida pública grega, de 236 bilhões de euros, os motivos da intransigência da Alemanha e França: “Alemanha e França são credores de dívidas privadas e têm grandes investimentos no país, a começar pelo setor de turismo, que necessita de estabilidade política e tranquilidade social para continuar produzindo bons resultados”.

Algumas declarações do primeiro-ministro Monti dão a entender que ele considera excessiva a receita de austeridade imposta à Grécia. Haveria diferenças de enfoque importantes entre os dois países?

Divulgação



“Na Itália, o presidente Giorgio Napolitano, ocupante de um cargo normalmente institucional e protocolar, teve um papel na escolha de Monti. Os partidos políticos têm de se adaptar a esses governantes, calculando que apenas eles poderiam tomar as medidas antipopulares e, em alguns casos, anticorporativas, que a UE e especialmente o governo alemão estão determinando”

Tullo Vigevani,
professor de Ciência Política, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)

sua substituição por “técnicos” de confiança pode ser encontrada no processo de crescente e brutal concentração do capital, como sustenta o economista Ladislau Dowbor, professor da PUC-SP. “O poder econômico se deslocou claramente, nas últimas décadas, das mãos dos governos para as grandes corporações. Um balanço recente do insuspeito ETH (Instituto Federal Suíço de Tecnologia) de Zurique conclui que 80%

movimento geral de transferência do custo das irresponsabilidades para as populações”. Em suas palavras, “foram emitidos, em derivativos, 601 trilhões de dólares, para um PIB mundial da ordem de 60 trilhões de dólares”.

MOTIVOS DA INTRANSIGÊNCIA Trein, da UFRJ, vê na composição majoritariamente externa

1,4
trilhão

de euros é a dívida pública da Itália

Não é bem assim, sugere Trein. “Monti está se antecipando à prescrição de um remédio amargo que pode ser imposto também à Itália. Ainda que o PIB italiano seja quase cinco vezes maior do que o da Grécia, e mesmo que sua dívida pública de 1,4 trilhão de euros não esteja majoritariamente em mãos estrangeiras – são 56% internos, contra 44% externos –, a França é credora de 511 bilhões e a Alemanha de 119 bilhões de euros”. A dívida em mãos da França representa algo em torno de 20% de seu PIB.

Segundo ele, o primeiro-ministro italiano sabe que se houver a necessidade de alguma negociação da dívida, será muito difícil se chegar a qualquer entendimento que contemple os interesses de seus concidadãos.

A opinião de que os remédios receitados à Grécia são demasiado fortes é comum na Europa e no mundo, assinala Vigevani, da



Grafite em muro na Grécia. Crise tem levado população ao desespero e à revolta

Unesp. “O próprio presidente do BCE, o italiano Mario Draghi, sinalizou algumas perplexidades. A explicação para a receita deve ser encontrada em diferenças de opiniões no BCE e, sobretudo, na Alemanha”, afirma ele.

“Hoje a Alemanha se encontra em dificuldades para rever a política financeira para a Europa, pois sustenta um modelo de austeridade internamente e, por outro lado, sua força e prosperidade dependem em boa medida da própria UE”.

DISTORÇÕES NO CRÉDITO Dowbor, da PUC, define a situação com um aparente paradoxo: “A irresponsabilidade dos grupos financeiros levou a uma primeira fase da crise, com transferência de dinheiro público para os bancos. E agora está na segunda fase, com

transferência do déficit público assim criado para as populações”.

A rigidez das medidas de contenção impostas por vários governos europeus – como os da Espanha, Portugal, Itália, França, Bélgica, e, claro, da Grécia em particular – contrasta com as ações que continuam a ocorrer no mercado financeiro, com o beneplácito das autoridades monetárias. “Neste momento, foi amplamente divulgado por Ignacio Ramonet, do *Le Monde Diplomatique*, que os intermediários financeiros estão tomando a recente linha de crédito que lhes foi aberta pelo BCE a 1% e emprestando este dinheiro aos governos em dificuldade, na linha de 6%, um gigantesco *carry-trade* com dinheiro público”, critica Dowbor.

Segundo ele, montou-se um impressionante sistema de transferência de recursos das populações para os bancos através dos governos.

PERDAS DE DIREITOS As medidas estipuladas por Alemanha e França aos países da UE em dificuldades parecem ser substancialmente as mesmas formuladas pelos teóricos do neoliberalismo desde sempre: compressão salarial, cortes nas aposentadorias e pensões, redução dos investimentos públicos e programas de privatização.

“Em geral nesses pacotes a ofensiva maior é contra os direitos sociais. Mas não se pode desconhecer que esse ataque é quase sempre acompanhado de medidas que deveriam tornar mais transparente o sistema econômico e financeiro”, exemplifica o professor Vigevani.

Franklin Trein é mais pessimista. “No mundo globalizado deste início de século, a crise da economia norteamericana de 2008 contribuiu significativamente para o agravamento da situação na Europa”. E



Protesto em Tessalônica, segunda maior cidade grega, em março último

ele ironiza ao dizer que com frequência se ouvem denúncias sobre as contas falsas apresentadas pelos governos gregos. Mas nunca se fala onde foram parar “aqueles bilhões malversados, que mesmo tendo passado pelo bolso dos trabalhadores da Grécia não estão escondidos embaixo dos colchões. Sabe-se, mas não se diz, que através de gastos públicos e privados aqueles bilhões voltaram para as mãos dos prestamistas”, fustiga.

“O salário mínimo é rebaixado, as aposentadorias e pensões são cortadas, os investimentos públicos em setores básicos para as populações mais carentes e ainda indispensáveis à manutenção da produtividade e da produção da própria economia são cortados ou adiados, funcionários públicos são demitidos aos milhares, tudo em nome de uma austeridade que deve permitir ao Estado grego pagar aos capitais financeiros interesses impostos sob condições em que não há qualquer equidade de negociação da

dívida presente e futura”, relata o professor da UFRJ.

O dinheiro que está sendo entregue à Grécia não é para dar condições de recuperação de sua economia, mas para pagar seus credores. “O custo deste dinheiro é de tal ordem que nenhum cidadão grego com mais de 45 anos viverá em uma Grécia livre das restrições que lhes são impostas neste momento”, completa ele.

APETITES FINANCEIROS Setores empresariais sofrerão perdas indiretas, admite o professor Carvalho, da PUC-SP, mas a isso se resumiria a socialização dos prejuízos: “Parte do empresariado vai sofrer perdas, caso daqueles ligados ao mercado doméstico e à demanda dos trabalhadores. Para a elite do capital e do empresariado, não há medidas penalizadoras, pelo que eu sei”.

Cáustico, o professor Dowbor chama atenção para a cegueira dos apetites finan-

ceiros. “Tanto na Grécia como na Itália, os governos estavam na mão dos grupos financeiros europeus, e tiveram todo o apoio possível para reduzir impostos sobre os mais ricos e substituir uma política fiscal responsável por dívidas contraídas nestes bancos. Eles ignoravam os déficits que estavam sendo criados, e o aumento da dívida pública destes países? Foram enganados?”, provoca.

“Empréstimos deste tipo envolvem sempre a cláusula de *disclosure*, que obriga os países que recebem o dinheiro a manter os livros de contas abertos. Esqueceram de olhar?” Dowbor é bastante contundente em sua apreciação do problema colocado por *Desafios do Desenvolvimento*: “Hoje considera-se lamentavelmente como técnico alguém que tenha participado ativamente do mercado financeiro, como se não fosse uma atividade fortemente política, em defesa dos interesses dos grupos financeiros”. **d**

A regulação da mídia na América Latina

Gilberto Maringoni e Verena Glass — de São Paulo



O debate sobre a regulação dos meios de comunicação gera controvérsias em todo o continente. De um lado, movimentos sociais desejam estabelecer novas regras de funcionamento a um setor que se modifica rapidamente. De outro, empresas acusam tais articulações de quererem uma volta da censura. O que há por trás de cada formulação?

Uma polêmica ronda a América Latina. Ela toca em pontos sensíveis e várias ordens de interesses. Trata-se das propostas envolvendo a elaboração de novas legislações para os meios de comunicação em alguns países do continente.

Isso acontece especialmente na Venezuela, Argentina, Equador e Bolívia. No Brasil ainda não há uma decisão de governo a respeito.

O pano de fundo é a mudança no panorama político continental a partir da virada do século. Em alguns países há uma reação ao modelo de matiz liberal, adotado nos anos 1980-90. Assim, as disputas em torno da comunicação envolvem diversas concepções políticas.

A área de comunicações tem se mostrado particularmente sensível às demandas por novas regras de funcionamento. As empresas de mídia, por lidarem com difusão de ideias, valores e abordagens subjetivas, alegam que a pretensão dos que advogam a criação de novas normas é implantar a censura e o cerceamento à livre circulação de ideias. Os defensores das mudanças afirmam o contrário. Dizem que o setor é monopolizado e que um novo pacto legal teria por base a defesa de um pluralismo de opiniões.

Além disso, uma série de progressos técnicos tornou obsoletas as políticas públicas de comunicação estabelecidas há mais de duas décadas.

A área de comunicações tem se mostrado particularmente sensível às demandas por novas regras de funcionamento. As empresas de mídia, alegam que a pretensão dos que advogam a criação de novas normas é implantar a censura e o cerceamento à livre circulação de ideias. Já os defensores das mudanças dizem que o setor é monopolizado e que um novo pacto legal teria por base a defesa de um pluralismo de opiniões

As primeiras legislações sobre meios de comunicação no continente foram criadas no período do nacional desenvolvimentismo, entre os anos 1930 e 1960, tendo como marca inspiradora a estratégia de substituição de importações. Seus pressupostos básicos

eram a definição do espectro radioelétrico como espaço público (que funcionaria em regime de concessão à iniciativa privada) e a não permissão para que estrangeiros fossem proprietários de empresas ou meios.

As políticas de abertura das economias, privatizações e enfraquecimento dos poderes de fiscalização e regulação do poder público resultaram em várias situações de hiatos legais. A constituição de agências reguladoras, de composição tripartite – Estado, empresas e sociedade civil –, em alguns casos, deixou as sociedades a mercê de oscilações e da volatilidade dos mercados.

Com a entrada em cena de novas tecnologias, esse cipoal legal tende a ficar superado.

TECNOLOGIA E ECONOMIA Há em curso um processo de internacionalização das empresas de comunicação na América Latina. Ele obedece pelo menos duas dinâmicas, uma tecnológica e outra econômica.

A primeira delas, a tecnológica, refere-se ao grande salto realizado pela microeletrônica nos últimos quarenta anos e que poderia ser sintetizado pela convergência de mídias, observada a partir da segunda metade dos anos 1990. Telefonia, televisão, rádio, transmissão de dados, cinema e música passaram

a confluir e a se apoiar cada vez mais em plataformas comuns. No âmbito legal, isso fez com que lógicas balizadoras nas décadas anteriores, que tratam separadamente de televisão, rádio, indústria cinematográfica e fonográfica e telefonia ficassem obsoletas.

Como conviver com leis que impediam a participação de estrangeiros em grupos de mídia, se as empresas de telefonia, privatizadas e desnacionalizadas, estão não apenas no mercado de *internet*, mas no de televisão, de radiofonia e de produção de conteúdos? Como submeter tais empresas às jurisdições nacionais?

A segunda variável dessa equação tem contornos na dinâmica da economia. A abertura dos países do sul do mundo à globalização, através dos pontos definidos pelo Consenso de Washington (1989), acarretou ampliação da liberdade de circulação de capitais, incremento de investimentos em carteira, compra de empresas, *joint-ventures* e fusões de toda ordem.

Ativos negociados nas grandes bolsas internacionais mudam rapidamente de mãos e sociedades são feitas e desfeitas com a rapidez de um impulso eletrônico. Acionistas majoritários tornam-se minoritários da noite para o dia. Na lógica dos negócios, não haveria razões para que empresas de comunicação seguissem senda diversa.

Agora, um provedor de internet, um sítio, portal ou uma emissora de TV a cabo pode emitir conteúdo de qualquer parte do globo para qualquer país, sem necessidade de antenas transmissoras ou equipamentos sofisticados.

DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS Outra novidade da invenção da tecnologia digital e das redes virtuais é a desterritorialização das empresas de comunicação.

Até o advento da revolução digital (1980-90) as empresas de comunicação precisavam estar sediadas no país em que operavam. Não se tratava apenas de uma exigência legal, baseada no ideário do nacional-desenvolvimentismo. Toda uma teia de negócios, especialmente aqueles ligados à publicidade e ao financiamento dos meios, estava ancorada em fronteiras definidas.

Agora, um provedor de internet, um sítio, portal ou uma emissora de TV a cabo pode emitir conteúdo de qualquer parte do globo para qualquer país, sem necessidade de antenas transmissoras ou equipamentos sofisticados.

O problema central é que os provedores de internet e as emissoras de TV a cabo não são classificáveis como empresas produtoras de conteúdo informacional pelas antigas legislações.

A privatização das teles na América Latina, nos anos 1980-90, abriu uma caixa de Pandora. Foram vendidos

monopólios de telefonia do Estado. É possível que os governantes que patrocinaram tais ações não vislumbrassem estar às portas de uma reviravolta tecnológica que possibilitaria a convergência de mídias e ultrapassaria as fronteiras.

As empresas de telefonia, por exemplo, que nos anos 1990 tinham a seu cargo apenas a comunicação de voz à distância, consolidaram-se, duas décadas depois, como os maiores provedores de internet da região e apresentam um poder de fogo dificilmente igualado por qualquer rede de TV tradicional.

Atualmente televisão, rádio, telefonia, cinema, literatura, audição musical, transmissão de dados, instrumentos de navegação e outros podem ser captadas por um mesmo *smartphone*. Mas cada uma daquelas funções obedece a regras específicas.

Provedores de internet apresentam tecnologia para produzir e transmitir conteúdos. Como os provedores não estão enquadrados nas antigas normas legais, suas atrações podem ser produzidas em qualquer parte do mundo e enviados, com características locais, a qualquer país. Ao mesmo tempo, como as empresas globais possuem representações também em cada país, uma complicada cadeia de brechas nas antigas regulações foi aproveitada para legalizar as novas firmas.

CEPAL E IPEA Em 2003, a Cepal (Comissão Econômica da América Latina e Caribe), órgão da ONU, lançou o livro *Los caminos hacia una sociedad de la información en América Latina y el Caribe*.

Embora defasado no quesito tecnologia, o estudo de 130 páginas busca dar conta das implicações da convergência tecnológica, dos marcos regulatórios até então existentes, do financiamento e do capital humano, entre outros. Segundo o documento:

“O ponto de partida na tarefa de criar um marco regulatório para a sociedade da





informação é o respeito pelos direitos humanos fundamentais”.

“O ponto de partida na tarefa de criar um marco regulatório para a sociedade da informação é o respeito pelos direitos humanos fundamentais”.

O pesquisador argentino Martin Becerra, em entrevista concedida em outubro de 2011, comenta a situação da América Latina diante do novo quadro do setor. Para ele,

“Na América Latina, há uma falta de tradição no controle estatal da regulação sobre os meios de comunicação, se comparamos com a situação da Europa ou da América do Norte. (...) Uma perspectiva democratizadora deveria orientar a ação do setor dos meios de comunicação à regulação equânime, pública, transparente e equitativa”.

Os pesquisadores do Ipea Fernanda De Negri e Leonardo Costa Ribeiro, publicaram no boletim *Radar Ipea* nº 7, de outubro de 2010, um artigo intitulado “Tendências tecnológicas mundiais em telecomunicações – Índice de medo do desemprego”. De acordo com eles,

“Recentemente, um estudo realizado pela Comissão Europeia mostrou que grande parte

da distância existente entre Estados Unidos e Europa em termos de investimentos privados em P&D se deve ao setor de TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação).

O setor privado norte-americano investe 1,88% do produto interno bruto (PIB) em P&D, contra 1,19% do setor privado europeu. No setor de TICs, estes investimentos são de 0,65% do PIB nos EUA e 0,31% na Europa. (...) No caso brasileiro, as diferenças – em termos de recursos alocados em P&D – em relação aos EUA e à Europa são ainda mais marcantes. O setor privado brasileiro investe, segundo dados de 2008 do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), cerca de 0,5% do PIB em P&D, entre os quais apenas 20%, ou 0,1% do PIB, são realizados pelos setores de TICs.

AS NOVAS LEIS Na Venezuela (2000), na Argentina (2009) e na Bolívia (2011) foram aprovadas normas para regulamentar a atividade de comunicação. No Equador, em dezembro de 2011, a Assembleia Nacional discutia novas regras para o setor. O México possui uma legislação aprovada em 1995, que não impõe restrições ao capital externo. No Brasil, o debate sobre uma nova legislação faz parte da demanda de diversos setores sociais. Mas ainda não entrou na pauta político-institucional do país.

ARGENTINA A legislação mais abrangente e detalhada para o setor de comunicações dos anos recentes foi promulgada na Argentina, em 2009. A própria presidente Cristina Kirchner presidiu reuniões na Casa Rosada com líderes sindicais e estudantis, proprietários de empresas de comunicação, produtores independentes, reitores de universidades, diretores e professores das faculdades de comunicação, líderes de igrejas e associações de rádios e televisões comunitárias para apresentar ideias e sugestões.

A *Ley de Medios*, promulgada em outubro de 2009, é longa – 166 artigos – e cheia de remissões a outras normas. Ela representa uma resposta ousada à supremacia dos meios de comunicação no jogo político, social e cultural da atualidade. A *Ley* propõe mecanismos destinados à promoção, descentralização, desconcentração e incentivo à competição, com objetivo de barateamento, democratização e universalização de novas tecnologias de informação e comunicação.

Alguns pontos da lei argentina merecem destaque:

- Democratização e universalização dos serviços;
- Criação da Autoridade Federal dos Serviços de Comunicação Audiovisual, órgão autárquico e descentralizado, que tem a função de aplicar, interpretar e fiscalizar o cumprimento da lei;
- Criação do Conselho Federal de Comunicação Audiovisual da defensoria pública de serviços de comunicação audiovisual, para atender reclamações e demandas populares diante dos meios de comunicação;

“Na América Latina, há uma falta de tradição no controle estatal da regulação sobre os meios de comunicação, se comparamos com a situação da Europa ou da América do Norte”.

Martin Becerra,
pesquisador argentino

– Combate à monopolização – nenhum operador prestará serviços a mais de 35% da população do país. Quem possuir um canal de televisão aberta não poderá ser dono de uma empresa de TV a cabo na mesma localidade;

– Concessões de dez anos, prorrogáveis por mais dez;

– Reserva de 33% dos sinais radioelétricos, em todas as faixas de radiodifusão e de televisão terrestres em todas as áreas de cobertura para as organizações sem fins lucrativos;

– Os povos originários terão direito a dispor de faixas de AM, FM e de televisão aberta, assim como as universidades públicas.

BOLÍVIA Em 10 de agosto de 2011, o presidente Evo Morales promulgou a *Ley general de telecomunicaciones, tecnologías de información y comunicación*, que estabelece um marco regulatório para a propriedade privada de rádio e televisão e garante vários direitos aos chamados povos originários. O dispositivo legal também criou um processo de licitação pública para as concessões, e estipulou requisitos a serem cumpridos pelas concessionárias privadas.

A norma é menos abrangente que sua correspondente argentina, mas caminha na mesma direção: fortalecer instrumentos legais do poder público na supervisão da atividade de comunicação. Assim, o espectro radioelétrico, nos termos da lei, segue em mãos do Estado, “que o administrará em seu nível central”.

A grande novidade do conjunto de normas, que envolve 113 artigos, é a distribuição de frequências por setores: Estado, até 33 por cento; Comercial, até 33 por cento; Social comunitária, até 17 por cento e Povos indígenas, camponeses e comunidades interculturais e afrobolivianas, até 17 por cento.

As concessões das frequências do Estado serão definidas pelo Poder Executivo. Já para o setor comercial, haverá licitações públicas e no caso do setor social comunitário – povos originários, camponeses e afrobolivianos –,

as concessões serão feitas mediante concurso de projetos, com indicadores objetivos. A lei estabelece ainda que a sociedade civil organizada participará do desenho das políticas públicas em tecnologia de telecomunicações, tecnologias de informação e comunicação e serviço postal, exercendo o controle social em todos os níveis de Estado sobre a qualidade dos serviços públicos.

Por fim, a lei afirma que todas as instâncias de governo – federal, provincial e municipal – garantirão espaços para a organização popular exercer esse direito.

Na I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), se destacaram seis pontos centrais: um novo marco regulatório para as comunicações, a regulamentação do artigo 221 da Constituição Federal (que trata da regionalização da programação da televisão), os direitos autorais, a comunicação pública (radiodifusão estatal), o marco civil da internet e a concretização do Conselho Nacional de Comunicação.

VENEZUELA Na Venezuela, a Lei Orgânica de Telecomunicações foi aprovada em março de 2000. Trata-se de uma norma extensa, com 224 artigos, que “estabelece um marco legal de regulação geral das telecomunicações, a fim de garantir o direito humano das pessoas à comunicação e à realização das atividades econômicas de telecomunicações necessárias para conseguir-lo, sem mais limitações que a Constituição e as leis”.

A lei também reserva a exploração dos serviços de telecomunicações a pessoas domiciliadas no país. O órgão responsável

por supervisionar os serviços é o Ministério da Infraestrutura, e foi criada a Comissão Nacional de Telecomunicações (Conatel), “instituto autônomo, dotado de personalidade jurídica e patrimônio próprio (...) com autonomia técnica, financeira, organizativa e administrativa” para “administrar, regular, ordenar e controlar o espaço radioelétrico”.

O tempo de concessões de frequências de rádio e televisão é estipulado para um período máximo de 15 anos, podendo ou não ser prorrogado. E foram estabelecidas sanções aos concessionários que vão de admoestação pública, multa, e revogação da concessão à prisão dos responsáveis.

A nova legislação também regulamenta o mercado secundário de concessões.

A subscrição de um acordo de fusão entre empresas operadoras de telecomunicações, a aquisição total ou parcial dessas companhias por outras empresas operadoras assim como a divisão ou criação de filiais que explorem os serviços de telecomunicações, quando impliquem mudanças no controle sobre as mesmas deverão submeter-se à aprovação da Comissão Nacional de Telecomunicações.

BRASIL No Brasil, onde ainda vigora o Código Nacional de Telecomunicações de 1962, apesar da vigência de novas normas – como a Lei do Cabo (1994) e da Lei da TV Paga (2011) – não há uma regulação abrangente nessa área. Uma parcela expressiva da sociedade organizada (movimentos populares e entidades empresariais) e representantes do Estado realizaram, no fim de 2009, a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), onde se destacaram seis pontos centrais: um novo marco regulatório para a comunicação, a regulamentação do artigo 221 da Constituição Federal (que trata da regionalização da programação da televisão), os direitos autorais, a comunicação pública (radiodifusão estatal), o marco civil da internet e a concretização do Conselho Nacional de Comunicação. São debates que ainda aguardam desfecho. **i**

“A América Latina está em ebulição em matéria de regulação dos meios de comunicação”

Conversamos com Bia Barbosa, do Coletivo Intervezes, e Dênis de Moraes, professor de Comunicação na Universidade Federal Fluminense e autor de diversos livros sobre o tema. *Desafios do desenvolvimento* procurou também um representante da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), mas não obteve resposta. A seguir, trechos das entrevistas.

Desafios do Desenvolvimento – Vários países do continente — em especial Argentina, Bolívia e Venezuela — têm aprovado novas regulamentações sobre as comunicações. Como você vê este panorama?

Bia Barbosa – A atualização dos marcos regulatórios da comunicação em diferentes países da América Latina mostra vontade política dos governos e apoio da população para dar maior pluralidade e diversidade a um setor estratégico para a consolidação da democracia nesses países. Em cada uma dessas nações, ficou claro que as reformas que vinham sendo implementadas precisariam necessariamente passar também por esta área, sob o risco de direitos fundamentais como a liberdade de expressão e o acesso à informação continuarem sendo negados ao conjunto daquelas populações.

Denis de Moraes – A América Latina está em ebulição em matéria de regulação dos meios de comunicação. É uma tentativa de superar a histórica letargia do Estado diante da avassaladora concentração das indústrias de informação e entretenimento nas mãos de um reduzido número de corporações, quase sempre pertencentes a dinastias familiares. Cabe ao Estado um papel regulador, harmonizando anseios e zelando pelos direitos à informação e à diversidade cultural.

Desafios do Desenvolvimento – No caso brasileiro, como está esse debate?

Bia Barbosa – Infelizmente, estamos distantes dos avanços conquistados na América Latina. Depois da I Conferência Nacional de Comunicação, realizada em 2009, com a participação do poder público em todas as suas esferas, de setores significativos do empresariado e da sociedade civil, a expectativa era a de que o governo federal colocaria em discussão pública uma proposta de novo marco regulatório. Até agora, no entanto, o anteprojeto elaborado pelo então ministro Franklin Martins continua secreto, e o conjunto das resoluções da I Confecom não saiu do papel. Recentemente o governo voltou a anunciar que em breve abrirá uma consulta pública sobre o novo marco regulatório. A sociedade civil e os movimentos populares esperam que o novo compromisso se cumpra.

Denis de Moraes – O Brasil está na vanguarda do atraso em termos de regulação da mídia. A legislação de radiodifusão brasileira continua sendo uma das mais anacrônicas da América Latina. Até hoje, não foram regulamentados os artigos 220 e 221 da Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, que, respectivamente, impedem monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação de massa (art. 220, § 5º) e asseguram preferência, na produção e programação das emissoras de rádio e televisão, a “finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas”; além da “promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação” (art. 221,

I e II). O imobilismo dos sucessivos governos chega a ser alarmante.

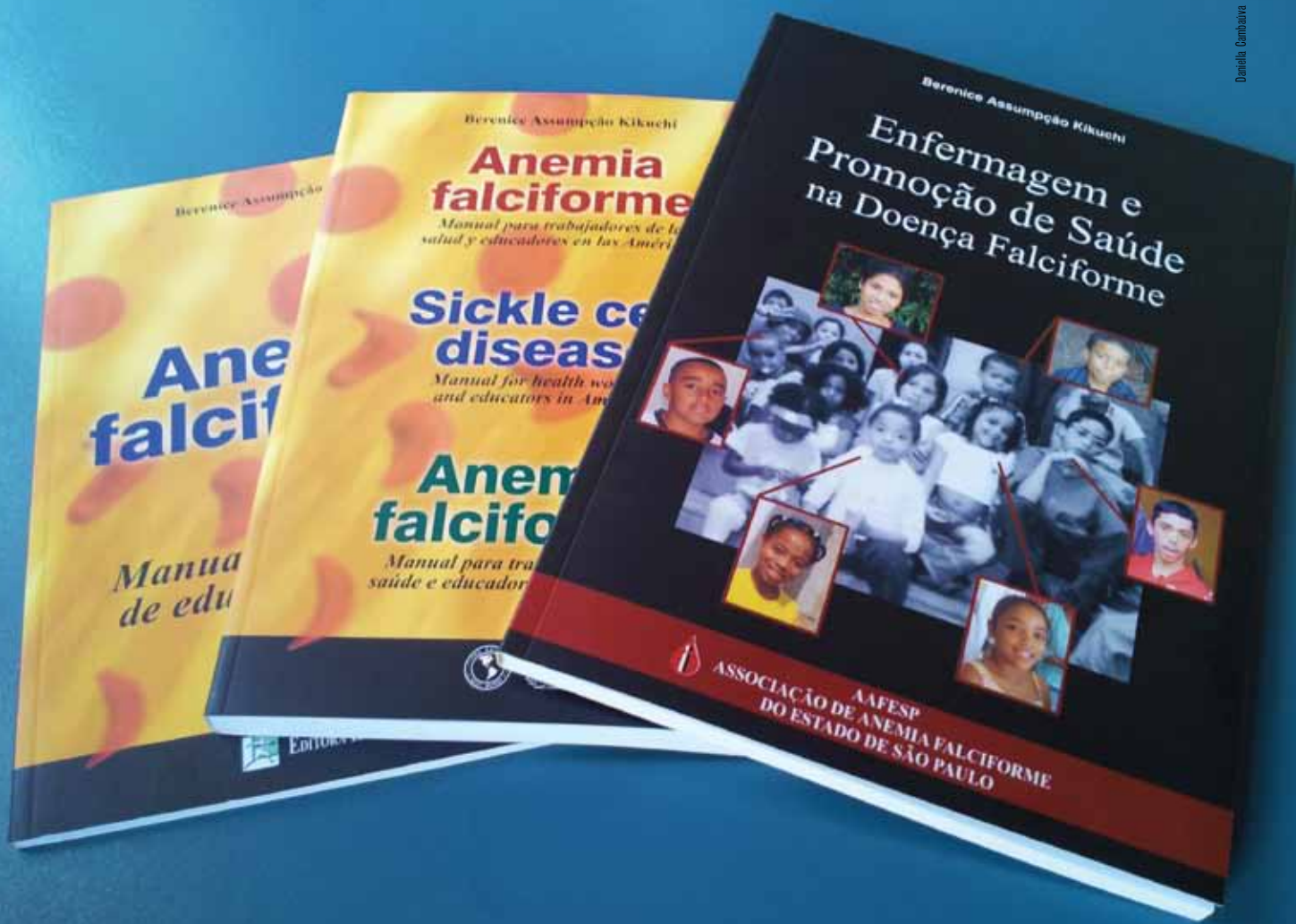
Desafios do Desenvolvimento – Há necessidade de se regulamentar as comunicações num tempo de surgimento acelerado de novos meios?

Bia Barbosa – Sem dúvida. Nossa principal legislação do setor – o Código Brasileiro de Telecomunicações – tem 50 anos. É preciso efetivar a proibição do monopólio nos meios de comunicação de massa, como previsto na Constituição Federal; consolidar um sistema público de comunicação no país; regulamentar a veiculação de conteúdo regional e independente no rádio e na TV; criar mecanismos para que a população se defenda de eventuais abusos na exploração do serviço de radiodifusão; dar transparência aos processos de concessão e renovação de outorgas; acabar com as concessões para políticos; fomentar as rádios comunitárias; etc.

Denis de Moraes – É inadiável a necessidade de regular o sistema de comunicação sob concessão pública. Em primeiro lugar, devemos ressaltar a importância estratégica das políticas públicas de comunicação para redefinir o setor de mídia em bases mais equitativas, combatendo assimetrias que têm favorecido a iniciativa privada (hoje, predominantemente nas mãos de dinastias familiares, muitas delas associadas a corporações transnacionais). Está em questão proteger e valorizar as demandas coletivas frente à voracidade mercantil que prospera à sombra da convergência entre as áreas de informática, telecomunicações e mídia, tornada possível pela digitalização.

Uma luta invisível

Daniella Cambaúva – São Paulo



Daniella Cambaúva

Associação desenvolve trabalho com portadores de anemia falciforme e enfrenta a falta de informações sobre a doença — tanto por parte dos profissionais da saúde como da população em geral. Luta maior é que pacientes sejam atendidos pelo SUS

Uma modesta casa que não possui mais de oitenta metros quadrados é a sede da Associação da Anemia Falciforme do Estado de São Paulo (AAFESP), na Vila Matilde, zona leste da capital. Quem abre as portas, pontualmente às 9h, todos os dias, é a técnica em enfermagem Silmara Assumpção, a responsável pela entidade. Atrás dela, está a enfermeira Berenice Assumpção Kikuchi, sócia-fundadora. Ali, as duas coordenam um projeto que, em março de 2012, completou 15 anos: uma organização sem fins lucrativos com objetivo de auxiliar portadores de anemia falciforme.

São diversos os sintomas: baixa imunidade, dores nos ossos, músculos e articulações, palidez, cansaço fácil, interferência

na produção hormonal e surgimento crônico de úlceras, sobretudo nas pernas.

Uma das manifestações mais conhecidas da doença é a anemia crônica- número reduzido de glóbulos vermelhos –, por conta da rápida destruição dessas células. Um glóbulo normal dura, em média, 120 dias. Já um glóbulo falciforme dura em torno de 15 dias. Estima-se que, no Brasil, nasçam 3,5 mil crianças com anemia falciforme por ano, o que a caracteriza como um problema de saúde pública.

3,5
mil crianças

nascem, no Brasil, com anemia falciforme por ano

Caracterizada por uma deformação nos glóbulos vermelhos do sangue, a anemia falciforme é uma enfermidade genética, incurável e com alta taxa de mortalidade.

Caracterizada por uma deformação nos glóbulos vermelhos do sangue, a anemia falciforme é uma enfermidade genética, incurável e com alta taxa de mortalidade. Em pessoas saudáveis, essas células têm aspecto arredondado e elástico. Em quem tem a doença, elas possuem forma de foice – o que originou o nome “falciforme” – e consistência anormalmente rígida, dificultando sua circulação pelos vasos sanguíneos.



Silmara Assumpção, técnica em enfermagem, e Berenice Assumpção Kikuchi, enfermeira, em frente à sede da Associação da Anemia Falciforme do Estado de São Paulo (AAFESP), na capital paulista

ORIENTAÇÃO E CONVIVÊNCIA Para Berenice, a ajuda a quem tem a doença precisa ultrapassar os cuidados médicos: é preciso informar sobre a enfermidade, orientar os familiares e fazer com que essas pessoas consigam frequentar a escola e depois se insiram no mercado de trabalho.

Sob essas diretrizes, a AAFESP ganhou, em 2001, o prêmio ODM Brasil, que incentiva ações, programas e projetos que contribuem efetivamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Na época, a entidade foi uma das 17 escolhidas entre 92 inscritos.

O prêmio foi proposto pelo Governo Federal na abertura da primeira Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, em 2004. A ação conta com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e associações do setor privado. Já a Coordenação técnica do Prêmio é de responsabilidade do **Ipea** e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

O maior obstáculo era a escassez total de informações sobre a doença. “Não tinha nem folheto. Não havia nada de políticas públicas sobre anemia falciforme. As iniciativas pioneiras na área saíram daqui”.

Berenice Assumpção Kikuchi,
enfermeira

Segundo o economista do **Ipea** Luis Fernando de Lara Resende, responsável pelo prêmio, o objetivo não é apenas dar reconhecimento público às entidades, mas também propiciar visibilidade ao trabalho delas. “Uma distinção como essa, concedido pela própria presidenta da República, é muito importante. E no caso das ONGs, acaba ajudando inclusive na captação de recursos. É um reconhecimento imenso”, afirmou.

O ODM Brasil acontece a cada dois anos e já está em sua quarta edição.

INÍCIO DIFÍCIL. O trabalho da AAFESP começou com um pequeno grupo de adultos. Na época, conta Berenice, o maior obstáculo era a escassez total de informações sobre a doença. “Não tinha nem folheto. Não havia nada de políticas públicas sobre anemia falciforme. As iniciativas pioneiras na área saíram daqui”. Hoje, há 330 pessoas com a doença cadastradas na AAFESP. A maior parte delas é negra, tem baixa renda e baixa escolaridade.

Além de sobrinha, Silmara é o braço direito de Berenice e seu trabalho é focado

no cuidado com as crianças. Algumas já se tornaram adolescentes – uma vitória da associação: não houve nenhuma morte de nenhum cadastrado com idade entre zero e dez anos.

O membro mais velho da AAFESP é uma mulher de 53 anos que fez parte do primeiro grupo da associação, do qual muitos já morreram em idade adulta. A fundadora segura um dos livros da entidade e conta quantas baixas houve entre aqueles que estão na foto da capa: três, que conseguiram passar pela



Daniela Cambaiva



Exame pré-natal feito no Instituto de Perinatologia da Bahia (IPERBA)



Material em quadrinhos com informações sobre a doença



infância, mas morreram na adolescência. O último faleceu em novembro de 2011 – um golpe duro para Berenice e Silmara.

Apesar de as duas serem profissionais da área da saúde, nenhum procedimento é realizado ali. Afinal, o trabalho da associação é feito não apenas com aqueles que têm a doença, mas também com familiares. “As crianças vão aprender como viver com a doença, evitar o fatalismo. Hoje elas já têm como exemplo alguns que conseguiram ir à

“As crianças vão aprender como viver com a doença, evitar o fatalismo. Hoje elas já têm como exemplo alguns que conseguiram ir à escola, fazer faculdade. Antes elas ficavam em casa para serem poupadas”

escola, fazer faculdade. Antes elas ficavam em casa para serem poupadas”.

APRENDENDO A CONVERSAR “As mães aprenderam a conversar com o médico. Muitos médicos ainda não sabem direito o que é. E essa é a causa da alta mortalidade”, explicou Berenice.

Segundo a enfermeira, a importância do diagnóstico precoce é inquestionável: nos estados das regiões sul, sudeste e nordeste do Brasil, onde o teste é realizado até cinco semanas após o nascimento, a mortalidade na idade entre zero e cinco anos caiu de 30% para 2,5%.

Quando a doença não é diagnosticada, há forte risco de infecções e muitos morrem de pneumonia sem nem mesmo saber que são portadores de anemia falciforme. Quando o diagnóstico é feito na infância, a criança recebe a penicilina profilática: uma dose a cada vinte e um dias, se for injetável, a opção oferecida pela rede pública. Se for via oral, o remédio custa R\$ 154 por mês e não é oferecido pelo Estado.

Depois de sobreviver à infância e à adolescência, são outros os desafios. Silmara e Berenice relatam que não é raro alguém com doença falciforme perder o emprego por força de internações frequentes. Contam também a história de uma jovem, recém-casada e grávida de seis meses – segundo Berenice, um fato, anos atrás, impensável para alguém com a doença. A jovem, no entanto, perdera o bebê havia três dias e ainda aguardava no hospital pelo procedimento de retirada do feto, com medo de uma complicação. “Essa é a dificuldade da pessoa com anemia falciforme. Ela está com o feto há três dias, tem risco de infecção”.

VIDA MILITANTE Enfermeira formada na década de 1970, Berenice se engajou na militância na área da saúde. Uma militância que ela atribui a sua família. Passou a juventude em

um ambiente de luta social, nas décadas de 1960 e 1970, quando seus pais eram lideranças do movimento de reivindicação por escolas e por estação de trem na Zona Leste de São Paulo. “Cresci em um bairro que precisava de um monte de coisas. Fui trabalhar em um bairro que também precisava de um monte de coisas”.

Berenice não tinha nenhuma motivação pela luta racial, mas, aos poucos, foi se aproximando de movimentos de combate às desigualdades étnicas. “Comecei a ver diferenças que eu não via no meu cotidiano”. Ela também não tinha qualquer ligação com a anemia falciforme, não tinha visto um único um caso.

A enfermeira foi diretora do distrito de saúde em Guaianazes durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1993). Quando Paulo Maluf, em 1993, assumiu a Prefeitura de São Paulo pela segunda vez, Berenice

diz, com ironia, que ficou de “escanteio”. “Fiquei parada quase dois anos sem função: era eu e meu ponto”. Até que uma colega lhe contou sobre uma criança com anemia falciforme e lhe perguntou se sabia o que era. Foi quando se deu conta de que não sabia nada sobre a doença. Nem ela, nem os médicos. Então, encaminhou o garoto

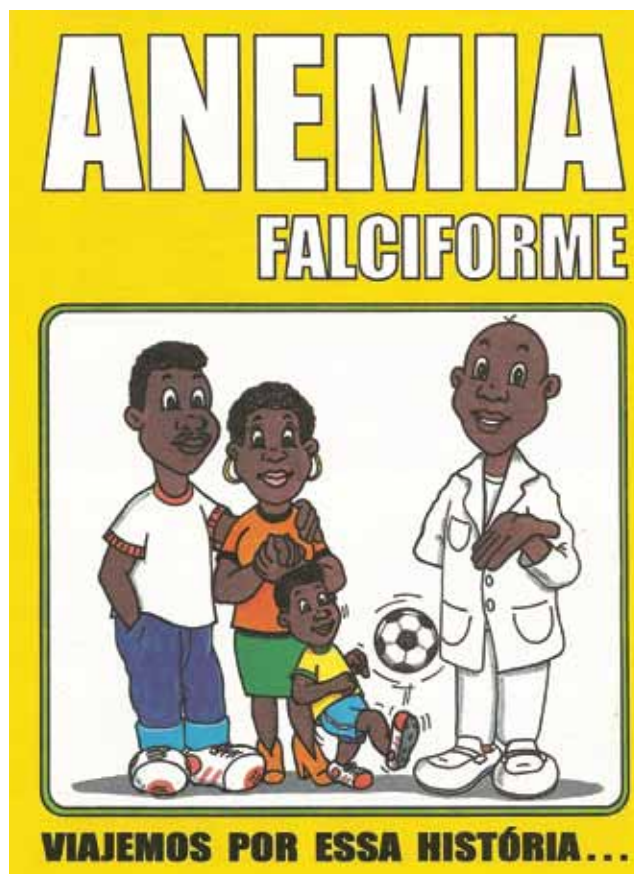
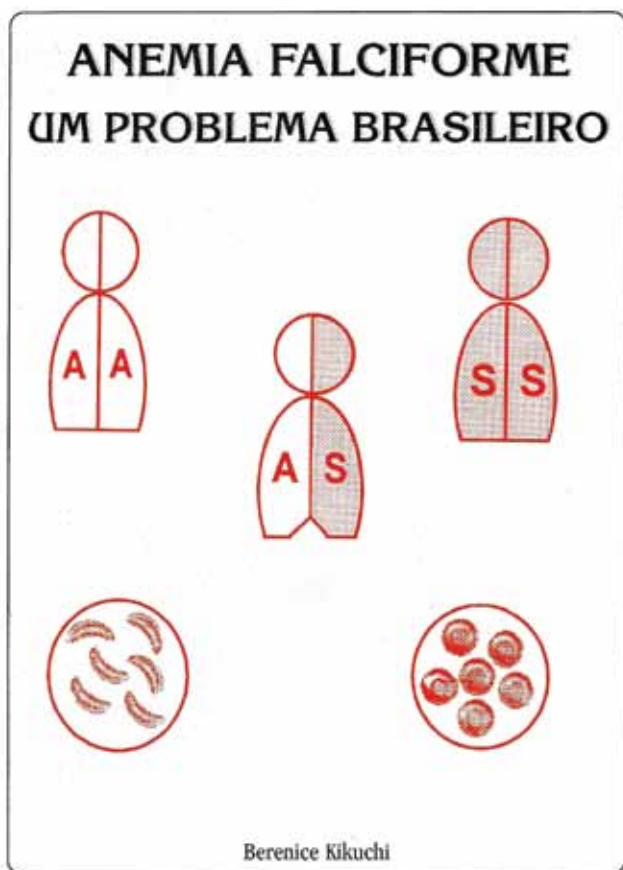
“Não queremos competir com o poder público. Queremos mostrar o viável. O que nós oferecemos é luta. Porque você chega lá e eles não sabem o que te dizer no posto, ou no hospital. A gente luta para reverter isso”.

Berenice Assumpção Kikuchi,
enfermeira

para o hemocentro de São Paulo, onde havia um grupo de anemia falciforme. “Aí começa a história daquela mãe, que mudou a minha vida”.

Daquele dia em diante, Berenice começou o trabalho que deu origem à AAESP, e também pressionando os governos pela implementação de políticas públicas para portadores da doença. É dela, por exemplo, o texto da legislação de 1997, que inclui o diagnóstico da enfermidade no teste do pezinho na cidade de São Paulo. Ela trouxe a ideia da Jamaica e dos Estados Unidos, onde passou três meses, e de Cuba, onde ficou por duas semanas. “Eram os três países que estavam mais adiantados nos estudos dessa doença”.

“Não queremos competir com o poder público. Queremos mostrar o viável. O que nós oferecemos é luta. Porque você chega lá e eles não sabem o que te dizer no posto,



Cartilhas distribuídas pela Associação da Anemia Falciforme do Estado de São Paulo (AAFESP)



“A anemia é um dos sintomas. Se a gente fosse escolher um sintoma que mais representa, talvez fosse a dor”.

Joice Aragão de Jesus,
pediatra e sanitarista

ou no hospital. A gente luta para reverter isso”, afirmou.

ANEMIA E DOR “A anemia é um dos sintomas. Se a gente fosse escolher um sintoma que mais representa, talvez fosse a dor”, explica a pediatra e sanitarista Joice Aragão de Jesus, técnica da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias, e uma das profissionais da Coordenação da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados DAE/SAS, do Ministério da Saúde.

Pelo fato de a anemia ser apenas um dentre os muitos sintomas, Joice prefere tratar a enfermidade como “doença falciforme” – uma postura que condiz com a mudança de atitude em relação a essa questão por parte do governo federal, nos últimos nove anos.

Para ela, o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva representou um marco no combate à doença, sobretudo após a implementação da Política Nacional, em 2005. Então docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Joice foi convocada pelo Ministério da Saúde para implantá-la.

Hoje é possível falar em avanços. “A gente tem medicamento, tem projeção internacional e muito respeito no exterior”, comenta. Atualmente, o Brasil tem quatro acordos na

área com países africanos: Senegal, Gana, Angola e Benim.

No plano interno, implantou-se em 12 estados brasileiros o diagnóstico precoce da doença por meio do teste do pezinho, feito cinco semanas depois do nascimento do bebê. Quanto antes for feito o diagnóstico, mais eficiente é o tratamento, o que minimiza o sofrimento dos portadores da enfermidade. Segundo informações do Ministério da Saúde, cerca de 25% das crianças falciformes não alcançam cinco anos de vida quando não têm o acompanhamento médico adequado.

25%
das crianças

falciformes não alcançam cinco anos de vida quando não têm o acompanhamento médico adequado

É por isso que as políticas públicas pensadas no âmbito do governo federal atuam principalmente em três frentes: além do diagnóstico, privilegia-se a capacitação dos profissionais de saúde (entre médicos,

enfermeiros, nutricionistas e fisioterapeutas) e a inserção do tema nos debates universitários. Como aponta Joice de Jesus, um dos maiores desafios no tratamento dos doentes é a “invisibilidade” da anemia falciforme, ainda pouco conhecida pelos profissionais. Não raro portadores recebem alta de hospitais brasileiros sem o diagnóstico da doença, tendo tratado apenas alguns de seus sintomas, de forma isolada.

Apesar de enaltecer e admirar o trabalho de ONGs como a AAFESP – “Não vou a São Paulo sem as organizações” –, Joice acredita que casos como este serão evitados à medida que se fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), muito em razão do perfil socioeconômico dos atingidos. “É uma população que sofre de uma doença crônica, que tem dificuldade de acesso e baixo salário”, explica, ao caracterizar boa parte dos falciformes brasileiros como “sus-dependentes”. “Nosso trabalho está baseado em ações de equidade. A luta pela doença falciforme é uma luta pelo SUS”.

RECURSOS E INVESTIMENTOS Se há duas décadas, o desafio era percorrer um caminho que ainda não havia sido trilhado, hoje, “a maior dificuldade são recursos financeiros”. Sem hesitar, Berenice afirma que essa é uma área em que não se consegue captar investimentos. Um de seus objetivos é conseguir reformar o espaço da associação e contratar funcionários fixos – a entidade conta apenas com o trabalho de 22 voluntários, entre psicólogo, dentista, fisioterapeuta, contador e jornalista. Quando a AAFESP promove eventos, esse número chega a 50 ou 60 pessoas. As duas também contam com outros familiares que ajudam na associação, mas sem vínculos fixos.

A AAFESP não tem qualquer ligação com entidades religiosas ou com partidos políticos por uma opção de Berenice. Ela diz não querer se vincular a nada que a faça perder “controle sobre si mesma”. **1**

Saúde

Brasil e Cuba aprofundam acordos em saúde



O governo brasileiro anunciou novos acordos firmados com Cuba para a realização de pesquisas em conjunto no âmbito da saúde pública, em particular

no tratamento contra o câncer e a diabetes. Estão previstas também investigações relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias e medicamentos e articulação para a pesquisa clínica em oncologia, com terapia e diagnóstico preventivo.

Entre as atividades previstas está a comercialização de produtos como *kits* de diagnóstico, medicamentos, insumos farmacêuticos, sangue, tecidos e células.

Segundo informações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), foram assinados 38 acordos bilaterais que envolvem projetos na área de saúde, sendo 12 deles prioritários, pois se referem principalmente à terapia e ao diagnóstico de diferentes tipos de tumor, tratamento de diabetes e produção de vacinas preventivas e terapêuticas. Para a Agência, a cooperação entre Brasil e Cuba vai promover o acesso das populações a produtos de qualidade e diminuirá o gasto dos ministérios da saúde dos dois países.

Biogás

Itaipu e Embrapa querem ampliar uso do biogás

Uma parceria entre a empresa Itaipu Binacional e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) pretende estender o uso do biogás e do sistema do plantio direto no país.

No caso dos projetos sobre plantio direto, as iniciativas terão também o apoio da Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha (FEBRAPDP).

Os projetos preveem a criação de novas tecnologias para a cadeia produtiva do biogás e o desenvolvimento de novos biodigestores, com maior eficiência energética. Outro ponto da pesquisa pretende desenvolver novos reatores biológicos, de alta eficiência,

além de novas tecnologias para filtragem do biogás destinada à produção de biometano veicular. Ao todo, estão envolvidos pelo menos vinte pesquisadores das unidades de Agricultura, Suíno e Aves, Solos, Agroenergia, Soja, Trigo, Meio Ambiente e da sede da Embrapa.

As ações fazem parte da meta do Governo Federal para redução da emissão de gases do efeito estufa. Até 2020, o setor agropecuário brasileiro deve deixar de emitir 1 bilhão de toneladas de CO₂, dentro do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC).



Tecnologia

Brasil e China pesquisam nanotecnologia

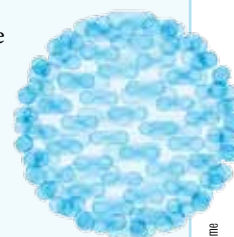
Brasil e China trabalharão juntos para desenvolver nanotecnologia. O projeto contempla a criação de um centro conjunto, o CBC-Nano (Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia). Ainda não está definida a agenda de pesquisas, mas a ideia é que os dois países desenvolvam sensores e dispositivos para uso em diagnósticos clínicos. O objetivo é ter equipamentos portáteis, confiáveis e com baixo custo de produção.

Um dos objetivos é desenvolver novos produtos a partir da biomassa, usando a nanotecnologia para transformar resíduos agrícolas. O Brasil, sendo um dos principais produtores mundiais de alimentos e de *commodities* agrícolas,

gera grande volume de biomassa ainda não aproveitada.

A nanotecnologia diz respeito à capacidade de manipular matérias de tamanho atômico, de 1 a 100 nanômetros. Cada nanômetro tem um milionésimo de milímetro. Segundo a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o mercado internacional de nanotecnologia deverá atingir US\$ 693 bilhões até o final de 2012 e US\$ 2,95 trilhões em 2015.

A China é considerada uma das maiores potências na pesquisa com nanotecnologia, enquanto o Brasil ocupa a 25ª posição.



Agricultura

Novo sistema de irrigação



A nova versão do Sistema Brasileiro de Classificação de Terras para Irrigação (SiBCTI), lançada pela Embrapa Solos, unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária localizada no Rio, já está disponível em livro para gestores da área agrícola, professores e estudantes, e tem previsão para ser lançada também em versão digital.

A primeira versão do SiBCTI foi lançada em 2005. Antes desse novo sistema, não havia uma maneira precisa de auxiliar o governo na adoção de políticas de irrigação, especialmente no Nordeste. Havia o risco de serem feitos investimentos em um determinado grupamento de solos com retorno muito baixo ou mesmo com a perda do solo por motivo de salinização, por exemplo. A versão atualizada do sistema garante segurança maior ao investimento.

Ela poderá subsidiar o Programa Mais Irrigação, que será lançado ainda este ano pelo governo federal. A iniciativa visa a implantar 200 mil hectares de perímetros irrigados em todo o semiárido nordestino, com a criação de 500 mil postos de trabalho.

Amazônia

Ministério da Ciência e Tecnologia investe na Amazônia

Para o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, o físico Marco Antonio Raupp, formular políticas bem definidas de investimentos na região da Amazônia será uma das prioridades de sua gestão. O ministro afirmou a necessidade de fomentar a estrutura de comunicações na região por meio do projeto do satélite geoestacionário de comunicações, que também deverá servir como base para o Plano Nacional de Banda Larga na Amazônia.

Segundo o ministro, outra de suas tarefas é aprimorar a relação entre a Agência Especial Brasileira (AEB), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA),

a fim de que os órgãos atuem de modo complementar em seus projetos, firmando os vínculos e relações formais.

Por fim, também caberá ao MCTI impulsionar as atividades da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), cuja finalidade é estimular o intercâmbio entre a rede de institutos tecnológicos brasileiros e as empresas.



Inovação

Crise afeta inovação



A crise econômica mundial tem afetado a capacidade de inovação das companhias. É o que indica o “Barômetro Global de Inovação” da General Electric (GE). De acordo com o estudo, 88% dos entrevistados consultados relataram sentir dificuldade no acesso ao capital de risco, bem como no investimento privado e até mesmo no financiamento do governo. Outros 77% informaram sentir uma redução ou reavaliação da disposição da empresa em assumir tais riscos.

Segundo o levantamento, ao comparar os resultados da pesquisa com os dados

econômicos externos, o relatório evidencia que os países onde as políticas de inovação são percebidas como mais competitivas apresentam índices mais altos do que aqueles cujas políticas são percebidas como menos competitivas. Além disso, o trabalho mostrou que os investimentos internos das empresas em inovação estão particularmente em risco quando a comunidade de negócios percebe uma mudança negativa ou a deterioração das políticas governamentais de apoio à inovação.

O Barômetro da Inovação consultou 2,8 mil executivos com cargos de liderança de 22 países – estes, envolvidos diretamente com a estratégia de suas empresas em relação à inovação e à tomada de decisão para que pudessem integrar a pesquisa.

América do Sul

Brasil e Argentina criarão estatal para hidrelétricas

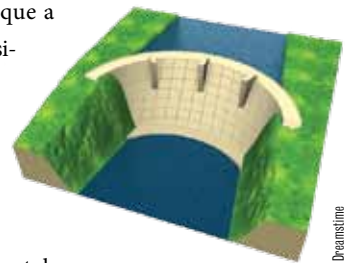
Os governos do Brasil e da Argentina criarão uma empresa estatal binacional com a finalidade de administrar as hidrelétricas de Garabi e de Panambi. O anúncio foi feito em fevereiro, após encontro entre o ministro de Minas e Energia brasileiro, Edison Lobão, e o ministro argentino do Planejamento, Julio de Vido.

As hidrelétricas serão construídas na

fronteira dos dois países e o modelo de administração a ser adotado será semelhante ao da usina Itaipu Binacional, construída pelo governo brasileiro em parceria com o Paraguai entre 1975 e 1982.

De acordo com o ministro brasileiro, a potência das usinas de Garabi e Panambi será de 1.150 megawatts (MW) 1.050 MW, respectivamente. Lobão também

afirmou que a parte brasileira da estatal será vinculada à Eletrobras, tal como ocorre com Itaipu.



Investimento

Cuba abre setor de açúcar a investimento da Odebrecht



O governo cubano anunciou um acordo com o conglomerado brasileiro Odebrecht que prevê investimentos na produção de açúcar na ilha. O contrato entre a empresa e o grupo estatal Azcuba terá

duração de 10 anos.

Trata-se do primeiro investimento de um grupo privado estrangeiro no setor, até então exclusivamente estatal. Por meio de sua subsidiária em Cuba, a Companhia de Obras em Infraestrutura (COI), a Odebrecht atuará na ampliação da capacidade de moagem de cana e na

revitalização do setor e administrará a produção da usina 5 de Septiembre, na província de Cienfuegos.

A produção de açúcar, que já foi uma das principais atividades da economia cubana, caiu drasticamente depois do Período Especial (1989-94) – de 8 milhões de toneladas a 1,2 milhão de toneladas na última safra.

Bolivia

Bolívia fará referendo para construção de estrada



O Senado boliviano aprovou a realização de uma consulta popular para tentar retomar o projeto da construção de uma rodovia ligando os departamentos de Beni e Cochabamba. A previsão é de que

a estrada, que receberia financiamento de US\$ 332 milhões do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), tenha 306 quilômetros. A empresa já trabalhava desde junho de 2011 na construção dos trechos 1 e 3, mas o projeto foi interrompido após uma série de protestos feitos por opositores e por setores indígenas. Eles alegam que haverá danos ambientais

ao Tipnis (Território Indígena e Parque Nacional Isiboro), reserva de um milhão de hectares por onde passará a rodovia, onde vivem de cerca de 12 mil indígenas.

O governo espera uma vitória do “sim” à rodovia, argumentando que os moradores do Tipnis dependem da agricultura e do plantio de coca e precisa da estrada para escoar a produção.

Agricultura

Seca reduz previsão da safra de soja, milho e trigo na Argentina



A produção de soja na Argentina na safra 2011-2012 deve cair para cerca de 43 milhões de toneladas – reduzindo ainda mais o número de 52 milhões, previsto anteriormente. Na campanha anterior, foram colhidas 48,90 milhões de toneladas. Essa queda de produtividade é atribuída à seca causada pelo fenômeno climático La Niña.

A estimativa é do Ministério da Agricultura argentino, feita no relatório de fevereiro, o primeiro oficial da nova safra. Segundo o governo, os agricultores cultivaram a soja em 18,8 milhões de hectares, o que significa uma redução de 100 mil hectares em relação ao plantio da temporada anterior.

A produção de milho também deve oscilar entre a previsão inicial, de 22,9 milhões, e a atual, de 20,5 milhões, apesar de haver um aumento de 9,6% na área plantada, estimada em cinco milhões de hectares. De acordo com o ministério, apenas 35% das lavouras estão em boas ou ótimas condições, sendo que 39% apresentam condições apenas regulares e 26% estão em mau estado.

As autoridades argentinas esperam ainda uma produção de trigo da ordem de 13,41 milhões de toneladas, queda de 15,1% em relação às 15,80 milhões de toneladas da safra 2010-2011.

América Latina

Chineses já emprestaram mais de US\$ 75 bi à América Latina, diz relatório

Os bancos estatais da China já emprestaram mais de US\$ 75 bilhões a países latino-americanos desde 2005, sendo que, só em 2010, este valor foi de US\$ 37 bilhões. Isso representa um volume de empréstimos maior do que aquele fornecido pelo Banco Mundial (BM), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo americano ExImBank juntos. As informações são do relatório *New Banks in Town: Chinese finance in Latin America*, divulgado em fevereiro deste ano.

Com isso, a China já ultrapassou os Estados Unidos como maior parceiro comercial de países como Brasil e Chile.

Os principais bancos chineses para financiamento exterior são o China Development Bank e o Export-Import China, e

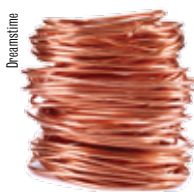


os credores geralmente são ligados a setores de matérias-primas ou são empresas com capital chinês presentes na América Latina.

Embora as taxas de juros dos bancos chineses sejam até mais altas que as do BID e do BID, por exemplo, seus empréstimos acarretam menos condicionantes aos credores. Além disso, eles representam uma alternativa de crédito a países inadimplentes, como Argentina e Equador, que estão impossibilitados de acessar os mercados de capitais internacionais.

Minério

Maiores reservas de cobre do mundo



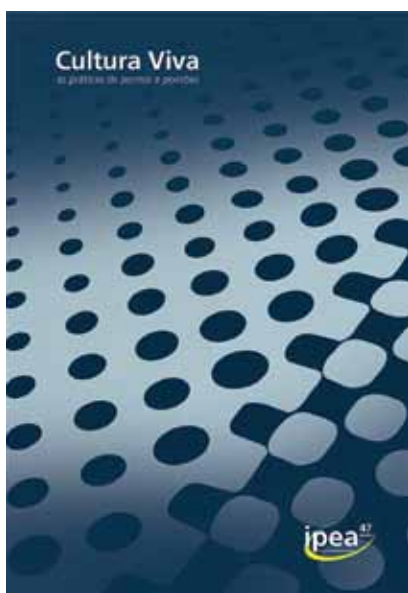
O Chile, maior produtor de cobre do mundo, é também o maior possuidor das reservas do planeta, revelou um estudo do Serviço Geológico dos Estados Unidos em sua edição de 2012. De acordo com a entidade, o país andino tem reservas de 190 bilhões de toneladas, 26% mais do que se estimava até então (150 bilhões de toneladas).

O volume da reserva chilena é mais que o dobro da do segundo colocado, o Peru.

Se o ritmo atual de extração se mantiver, a atividade está assegurada por, pelo menos, mais oito séculos, de acordo com o Serviço Geológico dos EUA.

Estima-se que o Chile tenha 28% das reservas mundiais de cobre, produzindo atualmente mais de um terço da demanda mundial, seguido pelo Peru (13%) e pela Austrália (12%). Esse é o terceiro metal mais utilizado do mundo, depois do ferro e do alumínio.

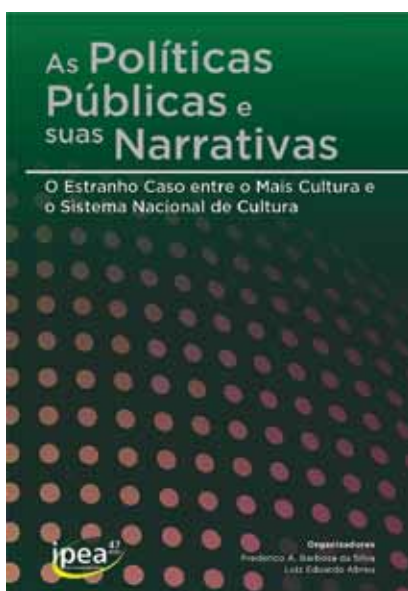
A íntegra do estudo está disponível no site do Serviço Geológico dos EUA: (<http://www.usgs.gov/>)



CULTURA VIVA: AS PRÁTICAS DE PONTOS E PONTÕES

Com objetivo de apresentar uma reflexão crítica a respeito do que foi realizado pelo “Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva”, do Ministério da Cultura (MinC) ao longo de seus quase sete anos de existência, o livro reúne o material produzido a partir da avaliação coordenada pelo **Ipea** do programa.

A obra se foca na análise das práticas culturais e institucionais das organizações e das associações que integram ou que já integraram o programa Cultura Viva, deixando vir à tona a visão dos pontos e pontões de cultura.



AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS NARRATIVAS: O ESTRANHO CASO ENTRE O MAIS CULTURA E O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Para buscar mecanismos de compreensão do funcionamento das políticas culturais em movimento, o livro traça um panorama histórico institucional das iniciativas do setor de cultura no Brasil, partindo desde a década de 1920 até o presente, momento de reforço institucional do MinC e de luta para a construção de um sistema de comunicação com a sociedade. São debatidos histórica e analiticamente as diversas formulações sobre o papel do Estado na cultura. A obra é fruto de uma parceria com a Secretaria de Articulação Institucional (SAI) do Ministério da Cultura (MinC), que demandou uma pesquisa de avaliação sobre o programa Mais Cultura e o então embrionário Sistema Nacional de Cultura (SNC).

CRISE FINANCEIRA GLOBAL: MUDANÇAS ESTRUTURAIS E IMPACTOS SOBRE OS EMERGENTES E O BRASIL - LIVRO 2

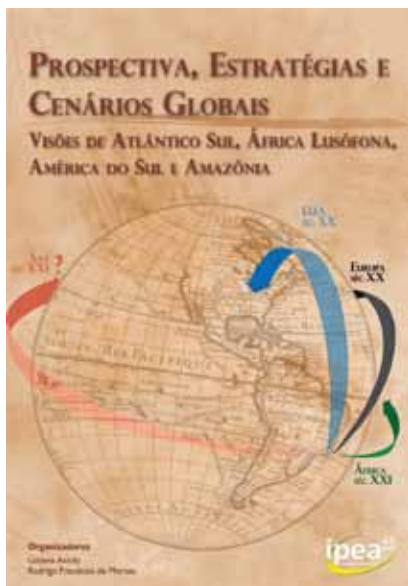
A publicação busca enfrentar algumas das questões que se colocaram para os países em desenvolvimento no cenário de recuperação da crise econômica mundial, com foco no caso brasileiro. Entre os temas tratados, destacam-se as tensões que envolvem a articulação dos países em desenvolvimento no sistema monetário internacional; a reação dos mercados financeiros desses países ao cenário de instabilidade e de incerteza provocado pela crise; os canais de transmissão da crise para esses países, em particular para o Brasil; e os efeitos para comércio exterior brasileiro.





INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS – EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS SELECIONADAS

O livro discute as mudanças ocorridas no quadro econômico mundial em função da crescente participação das empresas de países em desenvolvimento nos fluxos internacionais de capital, por meio dos investimentos diretos estrangeiros (IDE). Os pesquisadores apresentam as experiências de sete países que desempenham papel crucial nessas transformações (Brasil, África do Sul, China, Coreia do Sul, Espanha, Malásia e Rússia), analisando os perfis dos investimentos e as principais diretrizes de políticas públicas que têm fomentado esse movimento de internacionalização.



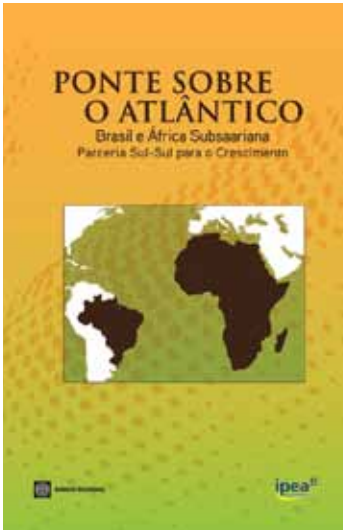
PROSPECTIVA, ESTRATÉGIAS E CENÁRIOS GLOBAIS: VISÕES DE ATLÂNTICO SUL, ÁFRICA LUSÓFONA, AMÉRICA DO SUL E AMAZÔNIA

O Brasil tem se mostrado um ator cada vez mais relevante no cenário internacional, com aproximação da América do Sul, da África e do Atlântico Sul. Com intuito de contribuir para esse processo, o Ipea realizou em 2010 o ciclo de seminários “Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais”.

Esta coletânea é fruto desse trabalho, que reúne as palestras dos seminários, com o objetivo de contribuir para uma melhor compreensão de quatro espaços estratégicos para o Brasil: Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia.

PONTE SOBRE O ATLÂNTICO BRASIL E ÁFRICA SUBSAARIANA: PARCERIA SUL-SUL PARA O CRESCIMENTO

O estudo descreve a crescente relação brasileira com os países africanos. Nos últimos anos as articulações foram para além das nações lusófonas, e passaram a incluir outros países do continente, abrangendo o comércio, o investimento e a transferência de conhecimentos. O documento, elaborado em parceria com o Banco Mundial, aborda também o crescimento das trocas comerciais entre Brasil e África. Recupera ainda, analiticamente, a política de aproximação com a África, implementada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e mantida no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff.



TRAÇANDO NOVOS RUMOS: O BRASIL EM UM MUNDO MULTIPOLAR

Elaborado pela Fundação Foresight – projeto da Fundação Alfred Herrhausen Society, ligada ao Deutsche Bank – em parceria com o Policy Network e com o Ipea, o livro chama a atenção para a posição-chave do Brasil no cenário do século XXI, sobretudo em termos de sua presença na economia mundial. Reunindo 15 artigos divididos em três partes (trajetórias do crescimento sustentável; tensões internas e coesão social; e autonomia da era da independência), o livro analisa o novo ciclo de desenvolvimento brasileiro, que tem combinado crescimento econômico com forte participação estatal e distribuição de renda.



A CHINA NA NOVA CONFIGURAÇÃO GLOBAL: IMPACTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS

Ainda que seja difícil precisar os efeitos das mudanças estruturais decorrentes da ascensão chinesa, existem evidências claras de que o crescimento da daquele país – que, em três décadas, transformou-se na segunda potência econômica mundial – tem provocado modificações profundas na ordem política e econômica nesse início de século XXI. O livro busca identificar e analisar o papel exercido pelo país asiático na nova ordem internacional, assim como os possíveis impactos dessa nova dinâmica para diversos países e regiões, com foco voltado para o caso brasileiro.



DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Com objetivo principal de discutir os problemas do desenvolvimento brasileiro para os próximos anos e traçar uma agenda de debates sobre a temática, o livro apresenta uma série de estudos, pesquisas e parcerias que o Ipea promoveu nos últimos anos com diversos atores da sociedade civil.

Considerando a assimetria existente entre as dimensões doméstica e internacional, a obra aborda aspectos variados, julgados como importantes desafios que o novo governo terá de equacionar para assegurar o desenvolvimento do país.



Bicicleta está na moda, mas não é prioridade

É de Eduardo Vasconcellos, um dos maiores especialistas brasileiros em mobilidade urbana, o seguinte pensamento: a ideologia das elites domina as decisões políticas no Brasil (visão histórica e sociológica) e elas, as elites, não estão dispostas a abdicar do projeto de desenvolvimento voltado para o uso do automóvel. Ele fez essa reflexão no “Fórum: cidades, bicicletas e o futuro da mobilidade”, realizado em São Paulo em julho deste ano. O objetivo foi enfatizar que não existe hoje no Brasil grupo político influente a ponto de fazer valer o projeto de desenvolvimento voltado para o uso de transportes não motorizados, dentre eles a bicicleta.

A realização do Fórum, idealizado por David Byrne para acontecer em mais sete cidades da América Latina, e a quantidade de pessoas presentes – 700 sentadas e 150 bicicletas do lado de fora – dão a mostra de como o tema tem ganhado relevância diante da opinião pública.

Iniciativas dos mais diversos segmentos da sociedade também reforçam a tese de que a bicicleta está na moda. São exemplos de políticas públicas locais, ações do meio acadêmico, empresas, ONG’s e sociedade civil. Uma das últimas telenovelas da Rede Globo de Televisão, com grande influência no acultramento da população, apresentou tramas que giravam em torno da personagem de três atletas ciclistas.

Edson Musa, da Caloi, reconhece que “Antes, ter carro era sinônimo de ser rico e de país desenvolvido. Isso está mudando. Hoje, país moderno, de vanguarda, é país que anda de bicicleta”. Não à toa essa citação faz parte da estratégia da empresa de investir

na produção de modelos mais confortáveis, sofisticados e de alto valor de venda.

Para além da moda, defendo que somos sim um país das bicicletas. A pesquisa *Sistema de Indicadores de Percepção Social – Mobilidade Urbana*, do **Ipea**, mostra que o percentual médio nacional de uso da bicicleta, dentre todos os outros modos, é de 7%. Para efeitos de comparação, esse percentual coloca o Brasil seguramente entre os dez países do mundo onde mais se usa a bicicleta. A Holanda tem 27% de uso e uma infraestrutura destinada ao ciclista 13 vezes maior do que a nossa.


No Governo Federal temos o Programa Bicicleta Brasil, do Ministério das Cidades, que foi instituído em 2004 com objetivo de fomentar o uso da bicicleta como meio de transporte e dar apoio de forma indireta para implantação de sistemas cicloviários no Brasil.

Desde então realizamos diversas atividades de apoio técnico e institucional, sendo que o apoio financeiro, esse indireto, não tem sido muito significativo. Sobre dados da Caixa Econômica Federal é possível verificar que foram investidos R\$ 5.459.876,44 do Orçamento Geral da União (OGU) em cicloviárias e obras cicloviárias de 2004 a 2011. Esse montante permite a construção de aproximadamente 30km de cicloviárias, algo insignificante perto dos três mil quilômetros reservados para pavimentação de vias na primeira fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC – Pavimentação), além dos outros quatro mil quilômetros da segunda fase a ser implementada no horizonte do próximo Plano Plurianual de Investimentos (PPA).

Por incrível que pareça, o ato mais recente e relevante de política cicloinclusiva praticado pelo Governo Federal não veio do Ministério

das Cidades e sim do Ministério da Educação com o Programa Caminho da Escola. Em maio deste ano foi anunciada a doação de trinta mil bicicletas para municípios com até cinco mil alunos matriculados na rede pública de educação básica. O objetivo é dar aos estudantes nova alternativa de acesso às escolas e a meta é chegar a doação de cem mil bicicletas até o final de 2011.

A Presidenta Dilma Rousseff, ao comentar a iniciativa, falou em “criar uma cultura do ciclismo no Brasil: é isso que queremos” e “se as prefeituras adotarem essa prática, construindo cicloviárias, eu tenho certeza que veremos muitas outras bicicletas circulando pelas ruas”. Considerando que as prioridades de investimento do Ministério das Cidades em mobilidade urbana são os PAC’s (Copa 2014, Pavimentação e Grandes Cidades) e que esses não contemplam o incremento da infraestrutura cicloviária do país, é de se esperar que os prefeitos se virem para construir cicloviárias. Enquanto isso ficamos com a estrutura operacional precária do Programa Bicicleta Brasil realizando eventos e fomentando a cultura do ciclismo, mesmo acreditando que sem infraestrutura cicloviária nada pode dar certo.

O principal desafio nesse momento é tornar a mobilidade por bicicletas prioridade na agenda política e inverter recursos significativos para sua implementação. Será fácil? Definitivamente não. Trata-se de um caso de fragilidade da democracia e distanciamento entre o povo e as decisões políticas. 

CURVAS DUPLAS - No mercado de arroz em Bamako, capital do Mali, país da África Ocidental sem saída para o mar, dois homens estão bastante ocupados na separação de arroz. O produto é cultivado ao longo dos bancos de areia do rio Niger, entre as cidades de Segou e Mopti. A região produz cerca de um terço do cereal do país. Utilizando água oriunda do rio Niger, o projeto de irrigação do Mali atinge cerca de 600 km² para a produção de arroz e cana-de-açúcar.

Como você vê o desenvolvimento? Como retratar uma face humana do desenvolvimento? Como os programas e iniciativas do desenvolvimento melhoram a vida das pessoas? A Campanha Mundial de Fotografia Humanizando o Desenvolvimento busca mostrar e promover exemplos de pessoas vencendo a luta contra a pobreza, a marginalização e a exclusão social. Chamando-se a atenção para os sucessos obtidos, a campanha pretende contrabalançar as imagens frequentes que mostram desolação e desespero. Uma galeria de fotos será permanentemente localizada no escritório do IPC e será aberta para visitação pública. Uma série de exposições fotográficas também será organizada em diversas cidades ao redor do mundo.



Wong Chi Keung

Nós temos o prazer de anunciar as 50 fotos selecionadas pela campanha. Gostaríamos de agradecer aos participantes de mais de 100 países que nos enviaram suas fotos e suas histórias e compartilharam sonhos e desafios. Nós agradecemos as instituições parceiras e membros do Comitê de Seleção por

suas contribuições para a campanha. Todos vocês tornaram a campanha uma realidade e nos ajudaram a destacar e promover o desenvolvimento através de novas lentes. Parabéns aos participantes.



Visite o site e veja algumas das fotografias da campanha: <http://www.ipc-undp.org/photo/>